





**RELATÓRIO E CONTAS
ANNUAL REPORT**

2012

APROVADOS EM ASSEMBLEIA GERAL
A 25 DE MARÇO DE 2013
APPROVED AT THE GENERAL MEETING HELD
ON 25 MARCH 2013

ÍNDICE	Relatório do Conselho de Administração	3
CONTENTS	<i>Board of Directors' Report</i>	4
	Relatório do Governo Societário	13
	<i>Corporate Governance Report</i>	14
	Demonstrações Financeiras em 2011	21
	<i>Financial Statements as at 2011</i>	21
	Demonstração de Ganhos e Perdas	22
	<i>Income Statement</i>	22
	Demonstração da Posição Financeira	24
	<i>Statement of Financial Position</i>	24
	Demonstração de Alterações do Capital Próprio	26
	<i>Statement of Changes in Equity</i>	26
	Demonstração do Rendimento Integral	28
	<i>Statement of Comprehensive Income</i>	28
	Demonstração de Fluxos de Caixa	29
	<i>Statement of Cash Flows</i>	29
	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	31
	<i>Notes to the Financial Statements</i>	32
	Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros	120
	<i>Inventory of Investments and Financial Instruments</i>	120
	Desenvolvimento da Provisão para Sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	126
	<i>Provision for Claims, for Claims filed in previous financial years and their readjustments (corrections)</i>	126
	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	129
	<i>Report and Opinion of the Supervisory Board</i>	130
	Certificação Legal de Contas	131
	<i>Legal Ratification of Accounts</i>	132

**RELATÓRIO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia o Relatório e Contas da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., referentes ao vigésimo sexto exercício de actividade, findo em 31 de Dezembro de 2012.

1. Introdução

Fundada em 15 de Maio de 1987, a Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., completou em 2012 o seu 25º aniversário.

A Lusitania Vida dedica-se, exclusivamente, à exploração do Ramo Vida e à Gestão de Fundos de Pensões; tendo como objectivo responder às necessidades das famílias e das empresas no âmbito da previdência pessoal, poupança e reforma.

A solidez financeira da Lusitania Vida, expressa num ratio de solvência superior a 300% constitui a garantia da sua elevada capacidade de resposta às responsabilidades assumidas junto de todos os seus clientes.

Num contexto económico difícil, caracterizado pela retracção económica e pelo elevado nível de desemprego que é transversal a toda a sociedade, a Lusitania Vida, mercê da sua prudente e cuidadosa gestão, obteve no exercício de 2012 um resultado líquido de 5,2 milhões de euros. Este resultado junta-se, assim, aos 21 anos consecutivos de resultados positivos e, mais uma vez constitui um importante contributo para o Grupo Mutualista em que se insere, o Montepio Geral.

Tendo o nosso Administrador, Senhor Dr. José António de Arez Romão, renunciado ao cargo a partir de Março de 2013 em virtude da sua passagem à situação de reforma, cumpre-nos expressar o nosso agradecimento pelo empenho, colaboração e importante contribuição para o desenvolvimento da Companhia desde a sua fundação.

2. Enquadramento Macroeconómico

Segundo os indicadores do FMI a economia mundial em 2012 registou um crescimento de 3,2%. Contudo a Zona Euro averbou uma contracção económica de 0,4%, mantendo o clima depressivo que caracterizou os dois anos precedentes.

O crescimento das economias emergentes também sofreu em 2012 um abrandamento, registando a China um crescimento económico de 7,2%, enquanto o Brasil registou apenas 1% de crescimento.

Nos Estados Unidos o crescimento económico acusou uma subida de 2,3%.

Com as aludidas taxas de crescimento, mostra-se difícil baixar o nível de desemprego existente, pelo que a ONU aponta para a necessidade de se criarem medidas de estímulo ao crescimento económico e assegurar a sustentabilidade orçamental a médio e longo prazo como forma de garantir a estabilidade e o desenvolvimento dos países com menores recursos e os considerados em vias de desenvolvimento.

Em Portugal, a queda da economia foi de 3,2% sendo previsível que em 2013, a implementação das medidas de consolidação orçamental previstas na LOE de 2013, contribuam ainda para agravar o rendimento e a procura interna, a qual só em parte poderá ser compensada pela evolução das exportações, prevendo o Banco de Portugal, numa primeira estimativa, uma contracção económica de 1,9%.

A taxa de desemprego registada em 2012 deve rondar os 16%, prevendo-se que em 2013 venha a superar os 17%.

**BOARD
OF DIRECTOR'S
REPORT**

Dear Shareholders,

Pursuant to legislation and the company's statutes, we hereby submit for the appraisal of the General Meeting the annual Report and Accounts of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., for its twenty sixth business financial year, ending at 31 December 2012.

1. Introduction

Lusitania Vida, founded on 15 May 1987, Companhia de Seguros, S.A., completed its 25th. anniversary in 2012.

Lusitania Vida is dedicated exclusively to the business of Life Insurance and Pension Management Funds; its objective is to respond to the needs of families and companies in providing cover for personal insurance, savings and retirement.

The financial stability of Lusitania Vida, expressed in a solvency ratio of over 300% is a guarantee of the company's high capacity to respond to the liabilities it has assumed with its clients,

Within a difficult economic context, marked by a downturn in the economy and a high unemployment level throughout society, Lusitania Vida, thanks to wise and cautious management, achieved in the 2012 financial year a net profit of 5.2 million euros. This result is added to 21 consecutive years of positive results and, once again, is an important contribution to Montepio Geral, the Group to which it belongs.

We would like to express our gratitude to José António de Arez Romão, who resigned from his position as our Director in March 2013 on reaching retirement, for his dedication, collaboration and the tremendous contribution he has made to the development of the Company from the time it was founded.

2. Macroeconomic Background

According to IMF indicators the world economy grew 3.2% in 2012. However, the Euro Zone saw the economy shrink by 0.4%, maintaining the depressed state that marked the previous two years.

Growth in the emerging economies also fell back in 2012, China seeing economic growth of 7.2%, while Brazil recorded only 1% of growth.

The United States saw a rise in economic growth of 2.3%.

These growth rates make it difficult to lower the existing unemployment level and the UN is stressing the need to create measures to boost the economy and to ensure budget sustainability in the medium and long term so as to guarantee stability and development in countries with fewer resources and in those that are beginning to emerge.

In Portugal, the economy fell 3.2% and it is likely in 2013 that implementation of measures to consolidate the budget provided for in the 2013 Law on the State Budget, will lower incomes and domestic demand even further, which will only partly be compensated for by growth in exports, an initial forecast from the Bank of Portugal being a 1.9% reduction in the economy.

In 2012 the unemployment rate was around 16% and the expectation is that it will exceed 17% in 2013.

3. Mercado Segurador

A produção do seguro directo em Portugal atingiu no final de 2012 os 10,9 mil milhões de euros, o que representou um decréscimo de 6,3% face ao valor obtido no ano anterior.

No Ramo Vida, continuamos a assistir à descida da produção do canal bancário a qual, em 2012, foi de 10%. Nos restantes canais a produção manteve-se estabilizada, situando-se a produção total deste Ramo em 6,9 mil milhões de euros, o que corresponde a uma descida de 8,1% em relação ao ano anterior.

Nos Ramos não Vida, devido à recessão económica, não existe nova matéria segurável, pelo que a produção continua a descer moderadamente, não só em consequência do desaparecimento de empresas como à descida continuada dos prémios de seguros face à forte concorrência existente entre seguradoras. A produção registada em 2012 nos Ramos não Vida foi de cerca de 4 mil milhões de euros.

4. A Lusitania Vida em 2012

Os indicadores económicos e financeiros a seguir indicados espelham a actividade da Companhia durante o exercício de 2012.

	(Milhares de Euro)		
	31/12/2012	31/12/2011	VARIAÇÃO
RECEITA	77.599	102.022	- 23,90%
BALANÇO			
Activo Líquido	497.552	493.069	0,91%
Investimento	481.066	471.740	1,98%
Capital Próprio	52.462	31.198	68,16%
Provisões Técnicas	172.376	170.942	0,84%
Passivos Financeiros de Contratos de Investimento	244.758	267.975	- 8,66%
Passivos Subordinados	10.000	10.000	0,0%
CONTA DE GANHOS E PERDAS			
Rendimentos	20.269	21.376	- 5,18%
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	34.470	29.615	16,39%
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	4.493	5.834	- 22,99%
Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros	- 3.008	- 7.862	61,74%
Perdas por Imparidades	724	0	-
Resultado Líquido	5.158	5.372	- 3,98%
RENDIBILIDADE			
Resultado Líquido/Capital Próprio	9,83%	17,22%	- 7,39p.p.
Resultado Líquido/Activo Líquido	1,04%	1,09%	- 0,05p.p.
PRODUTIVIDADE			
N.º de Contratos/N.º de Trabalhadores	12.719	13.110	- 2,98%
Activo Líquido/N.º de Trabalhadores	18.428	18.262	0,91%
OUTROS DADOS			
N.º de Trabalhadores	27	27	0,00%

5. Produção

Em consequência da descrita situação económica do País e do seu impacto nas famílias e nas empresas, a produção de seguro directo da Lusitania Vida revelou uma descida de 23,9% em relação à produção obtida no ano anterior, atingindo contudo, 77.600 milhões de euros, número que não se pode deixar de considerar excelente, sobretudo porque a produção do canal bancário também sofreu uma redução de

3. Insurance Market

Production turnover in direct insurance in Portugal at the close of 2012 stood at 10.9 thousand million euros, down 6.3% compared to 2011.

Production in the Life sector via the banking channel continued to fall and was down 10% in 2012. Production remained stable in other channels, total production in the Life Sector amounting to 6.9 thousand million euros, down 8.1% against 2011.

Due to the economic recession, there is no new insurance in the Non-Life sectors so that production continues to decline moderately, not only due to the disappearance of companies but also due to the continued decrease in insurance premiums in the face of stiff competition among insurers. Production in 2012 in the Non-Life sectors was around 4 thousand million euros.

4. Lusitania Vida in 2012

The main economic and financial indicators shown below reflect the Company's business in 2012.

	(Thousands of Euro)		
	31/12/2012	31/12/2011	VARIATION
REVENUE	77,599	102,022	- 23,9%
BALANCE			
Net Asset	497,552	493,069	0.91%
Investment	481,066	471,740	1.98%
Equity	52,462	31,198	68.16%
Technical Provisions	172,376	170,942	0.84%
Financial Liabilities on Invest. Contracts	244,758	267,975	- 8.66%
Subordinated Liability	10,000	10,000	0.0%
PROFIT AND LOSS ACCOUNT			
Income	20,269	21,376	- 5.18%
Claims Costs Net of Reinsurance	34,470	29,615	16.39%
Net Running Costs and Losses	4,493	5,834	- 22.99%
Net Gains from Financial Assets & Liabilities	- 3,008	- 7,862	61.74%
Losses due to Impairment	724	0	-
Net Result	5,158	5,372	- 3.98%
PROFITABILITY			
Net Profit/Equity	9.83%	17.22%	- 7.39p.p.
Net Profit/Net Assets	1.04%	1.09%	- 0.05p.p.
PRODUCTIVITY			
N.º Ins. Policies/N.º of Workers	12,719	13,110	2.698%
Net Assets/N.º of Workers	18,428	18,262	0.91%
OTHER DATA			
N.º of Workers	27	27	0.00%

5. Production

As a result of the country's economic situation described above and its impact on families and companies, direct insurance production suffered a decrease of 23.9% compared to production in 2011, despite this amounting to 77.600 million euros, a figure that despite all must be considered excellent, particularly considering production

41%, devido à não comercialização dos produtos de capitalização durante 2012, conforme estratégia definida no Grupo.

O canal de mediação teve um comportamento muito positivo, tendo a sua produção crescido 19,3%. Para o aludido resultado contribuíram os produtos de poupança e reforma lançados durante o ano. No final de 2012 a produção tinha a seguinte origem: 55% no canal bancário e 45% no canal de mediação e directos.

6. Exploração Técnica

No exercício de 2012, o total de indemnizações pagas totalizou 107.132 milhares de euros, menos 14,1% que no ano anterior, correspondendo 55% a vencimentos de contratos, 35% a resgates, 7,8% a falecimentos e os restantes distribuídos por outras causas. Destas indemnizações, 70% respeitam ao canal bancário.

A nível das provisões matemáticas, verificou-se uma descida de 7,27% em consequência da produção do exercício ter sido inferior às indemnizações processadas.

Os gastos de aquisição totalizaram 5.506 milhares de euros, reflectindo uma diminuição de 12,3% em relação ao exercício anterior, devido à quebra de produção dos produtos ligados ao crédito, designadamente crédito à habitação e crédito ao consumo.

O resultado técnico, a favor dos resseguradores, foi de 1.487 milhares de euros.

No final do exercício de 2012, existiam 72.796 contratos em carteira e 343.412 pessoas seguras.

7. Exploração Financeira

Durante o ano de 2012 verificou-se uma forte subida na cotação dos títulos das aplicações financeiras em carteira, o que levou à recuperação da reserva de reavaliação e consequentemente o Capital Próprio aumentou em 68,16%.

Em contrapartida, a Companhia registou uma perda de um milhão de euros na reavaliação dos imóveis, e perdas de imparidades de 724 milhares de euros num único activo financeiro, o que conduziu ao crescimento do activo total em 0,9%, fixando-se em 497.552 milhares de euros.

A taxa de rentabilidade anual dos investimentos afectos às provisões técnicas fixou-se em 4,65%.

Continuando a sua política de rigoroso controlo de custos, verificou-se que os gastos por natureza diminuíram 2,1% situando-se em 3.510 milhares de euros e os encargos com pessoal desceram 8,1% totalizando 1.805 milhares de euros. Nesta rubrica, encontra-se incluída a verba de 135.000 euros para participação nos resultados a distribuir aos trabalhadores e a verba de 30,8 milhares de euros das contribuições do ano para os Planos Individuais de Reforma, previstas no novo contrato colectivo de trabalho.

8. Recursos Humanos

Em 2012 o quadro de pessoal manteve-se no total de 27 trabalhadores.

Foram efectuadas acções de formação sobre “gestão de conteúdos” abrangendo a quase totalidade do pessoal, visando a introdução na Intranet de normas e manuais de procedimentos de cada serviço, tendo em vista a melhoria da qualidade de serviços e uma melhor resposta aos clientes. Os Trabalhadores da área de tecnologias de informação participaram em acções de formação especializadas em linguagens de programação. O número total de horas de formação foi de 198 horas no ano.

in the banking channel also suffered a reduction of 41%, due to capitalisation products not being sold in 2012, in line with the Group's strategy.

The brokerage channel gave a highly positive performance, its production rising 19.3%. Savings and retirement products introduced during the year contributed to this result. At the close of 2012 the origin of production was as follows: 55% from the banking channel and 45% from the brokerage channel and direct.

6. Technical Operations

Total claims paid in 2012 totalled 107,132,000 euros, down 14.1% against 2011, 55% accounted for by maturities, 35% surrendered, 7.8% deaths and the remainder distributed over other causes. Of these claims, 70% refer to the banking channel.

Mathematical provisions fell 7.27% as a result of production for the year being lower than claims processed.

Acquisition costs amounted to 5,506,000 euros, a fall of 12.3% against 2011, due to a production decrease in products associated with credit, namely mortgages and consumer loans.

The technical result, positive for reinsurers, was 1,487,000 euros,

At the close of 2012, there were 72,796 contracts in portfolio and 343,412 persons insured.

7. Financial Operations

In 2012 there was a significant rise in the price of financial investment securities in portfolio, which led to a recovery in the revaluation reserve and as a result Equity increased 68.16%.

On the other hand, the Company lost one million euros in property revaluation and losses from impairment of 724,000 euros on a single financial asset, which led to a total growth in assets of 0.9%, a total of 497,552,000 euros.

Annual profit rate on investments allocated to technical provisions stood at 4.65%.

Continuing its policy of strict cost control, costs per type fell 2.1% to a total of 3,510,000 euros and personnel costs decreased 8.1% totalling 1,805,000 euros. Under this heading is the sum of 135,000 euros distributed as profit share to employees and the sum of 30.8 thousand euros for the yearly contribution to Individual Pension Plans, provided for in the new collective labour agreement.

8. Human Resources

In 2012 staff numbers remained at 27.

Training courses were held on "contents management" attended by almost all employees, the aim being to introduce on the Intranet standards and procedures manuals for each service, with a view to improving quality of services and better client care. Employees in the information technologies area attended training events specialising in programming languages. A total of 198 training hours was provided in the year.

The Company changed the Contract constituting its Pension Fund when the new

A Companhia procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do seu Fundo de Pensões face à entrada em vigor do novo CCT. Assim, o Fundo de Pensões passou a financiar o plano de contribuição definida correspondente às responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores no activo em 31 de Dezembro de 2011. As contribuições do ano foram aplicadas para pagamento de prémios de planos individuais de reforma modalidade de seguro individual especialmente criada para dar satisfação ao estabelecido no CCT.

O Fundo de Pensões continua também a financiar o Plano de Benefício Definido dos administradores executivos.

9. Gestão de Riscos e Controlo Interno

Continuando a sua preparação para a entrada em vigor do Solvência II, a Lusitania Vida tem levado a efeito, duas vezes por ano, a avaliação dos principais riscos a que a Companhia está sujeita e procedido à análise da eficiência das políticas praticadas quer no tocante aos investimentos quer à subscrição dos riscos assumidos.

No campo operacional, o auditor interno procedeu ao controlo dos diferentes serviços da Companhia e aferiu a eficácia da matriz de riscos de cada serviço visando o combate à fraude e branqueamento de capitais, bem como a melhoria e a qualidade dos serviços prestados pela Companhia.

10. Fundos de Pensões

A Lusitania Vida geria, no final de 2012, cinco fundos de pensões fechados com um total de activos de 23.829 milhares de euros.

As contribuições do ano para os referidos fundos apresentaram um decréscimo de 40% totalizando 334 milhares de euros. Para esta descida contribuiu de forma significativa a alteração havida nos planos de pensões dos dois fundos das seguradoras que passaram de Benefício Definido para Contribuição Definida única correspondente à responsabilidade por serviços passados em 31/12/2011. Assim, os Fundos das Seguradoras deixam de ter contribuições anuais respeitantes aos trabalhadores no activo.

Os Fundos em gestão pagaram pensões e transferiram responsabilidades no montante total de 748 milhares de euros.

11. Solvência

A margem de solvência apurada no final do exercício de 2012 era de 17.636 milhares de euros. Os elementos implícitos e explícitos para a sua cobertura totalizam 59.157 milhares de euros pelo que a taxa de cobertura é de 335,4%. Esta taxa atesta o elevado nível de solidez financeira da Companhia para fazer face às responsabilidades assumidas.

12. Resultados do Exercício

O resultado bruto apurado no final do exercício de 2012 foi de 7.603.243,68 euros que, deduzido do imposto sobre o rendimento, no valor estimado de 2.445.344,38 euros, conduziu ao resultado líquido de 5.157.899,30 euros para o qual se propõe a seguinte distribuição:

Reserva Legal (10% do resultado do exercício)	515.789,93 Euros
Dividendos (3 Euros/12% por acção)	2.400.000,00 Euros
Reserva Livre	2.242.109,37 Euros
Total	5.157.899,30 Euros

Collective Labour Agreement came into force. The Pension Fund now funds the newly defined contribution plan that covers liabilities for past services of employees working on 31 December 2011. Yearly contributions were applied for payment of premiums for individual retirement plans, the type of individual insurance specially created to meet what was established in the collective labour agreement.

The Pensions Fund also continues to fund the Defined Benefit Fund for executive directors.

9. Risk Management and Internal Control

Continuing preparations for Solvency II to enter into force, Lusitania Vida did its six-monthly assessment of the main risks to which the Company is exposed and then analysed the efficiency of policies applied in both dealing with investments and in underwriting risks assumed.

In terms of operations, the internal auditor audited the Company's services and assessed the effectiveness of the risk matrix of each service with a view to combatting fraud and money laundering, as well as improving the quality of services provided by the Company.

10. Pension Funds

At the close of 2012, Lusitania Vida was managing five closed pension funds with a total asset value of 23,829,000 euros.

Contributions made in the year to these funds fell 40% totalling 334,000 euros. The change made to the pensions plans for the two funds of the insurers that moved from Defined Benefit to a unique Defined Contribution to cover liabilities for past services on 31/12/2012 contributed significantly to this fall. Hence the Funds of the Insurers no longer have annual contributions for employees still working.

Managed funds paid pensions and transferred liabilities for the total sum of 748,000 euros.

11. Solvency

At the close of the 2012 financial year, the solvency margin amounted to 17,636,000 euros, with 335.4% coverage by implicit and explicit elements totalling 59,157,000 euros. This rate is proof that the Company has the solid financial stability required to meet its liabilities.

12. Profit for the year

Gross year-end results for the 2012 financial year amounted to 7,603,243.68 euros, which, net of income tax, amounts to the estimated sum of 2,445,344.38 euros, leading to a net profit of 5,157,899.30 euros for which the following distribution is proposed:

Legal Reserve (10% of profit for the year)	515,789.93 Euros
Dividends (3Euros/12% per share)	2,400,000.00 Euros
Free Reserve	2,242,109.37 Euros
Total	5,157,899.30 Euros

13. Objectivos para 2013

Conforme já referido no início do relatório, a implementação das medidas de consolidação orçamental previstas na LOE 2013 e o aumento da taxa de desemprego serão condicionantes para a nossa actividade durante o ano de 2013.

Iremos trabalhar com o maior empenho em encontrar as melhores soluções para satisfazer a população quer na prevenção dos riscos ligados à vida quer na captação de poupanças de curto prazo ou para a reforma, melhorando e aumentando a nossa gama de produtos.

A dinamização e desenvolvimento do canal de mediação e o apoio ao canal bancário, de forma a aumentar em 17,5% a nossa produção anual, constituem outros dos objectivos para 2013.

14. Conclusões

É com justo motivo de orgulho que todos os que estão ligados a este projecto: Accionistas, Administradores, Trabalhadores, Mediadores e demais colaboradores, se revêem nos resultados alcançados pela Lusitania Vida ao longo dos seus 25 anos.

A solidez da Empresa traduzida na cobertura da margem de solvência, constitui a garantia não apenas dos seus clientes, mas também da estabilidade e continuidade dos seus resultados.

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos aqueles que tornaram possíveis os resultados alcançados, destacando os nossos Clientes e Mediadores que continuam a honrar-nos com a sua preferência.

Saudamos e agradecemos ao Instituto de Seguros de Portugal e à Associação Portuguesa de Seguradores a boa colaboração institucional.

Agradecemos às Administrações e Trabalhadores de todas as empresas do Grupo Montepio a colaboração e apoio recebidos.

Ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas agradecemos a forma atenta como acompanharam os trabalhos da Administração.

Por último aos Trabalhadores da Lusitania Vida agradecemos o empenho e dedicação com que têm contribuído para o resultado da Companhia.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia
PRESIDENTE

José António de Arez Romão
ADMINISTRADOR

Maria Manuela Traquina Rodrigues
ADMINISTRADORA DELEGADA

13. 2013 Goals

As mentioned at the beginning of the report, implementing the measures for budgetary consolidation planned in the 2013 Law on the State Budget as well as the increase in the unemployment rate will be conditioning factors for our business in 2013.

We will work with greater dedication to find the best solutions to help the population insure against life risks and make short term or retirement savings, improving and increasing our range of products.

Promoting and developing the brokerage channel and supporting the banking channel, to increase our annual production by 17.5%, are among our goals for 2013.

14. Conclusions

It is with just pride that all those associated with this project: Shareholders, Directors, Employees, Brokers and others working with us, can see themselves reflected in the results achieved by Lusitania Vida over its 25 years in business.

The solidity of the Company seen in coverage of the solvency margin, is a guarantee not only of its clients, but also of the stability and continuity of its results.

The Board of Directors expresses its gratitude to all those who have helped achieve these results, particularly our clients and brokers, who continue to honour us with their preference.

We would like to thank the Instituto de Seguros de Portugal and the Associação Portuguesa de Seguradores who as institutions have collaborated so well with us.

We would also like to thank the administration and employees of all the companies in the Montepio Group for their collaboration and support.

Our gratitude also goes to the Supervisory Board and the Registered Statutory Auditor for their attentive support to this Administration.

Lastly, we thank the employees of Lusitania Vida for their hard work and dedication that have contributed to the Company's achievements.

Lisbon, 25 February 2013

THE BOARD OF DIRECTORS

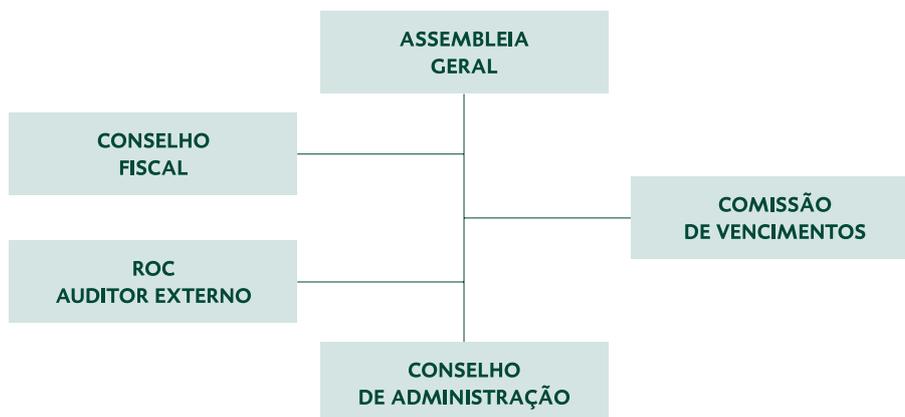
António Tomás Correia
CHAIRMAN

José António de Arez Romão
DIRECTOR

Maria Manuela Traquina Rodrigues
MANAGING DIRECTOR

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Estrutura do Governo



Nos termos estatutários a gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três a sete membros eleitos quadrienalmente, sendo permitida a sua reeleição.

Actualmente o Conselho de Administração eleito para o quadriénio 2012/2015 é composto por três administradores, sendo um deles Presidente e outro administrador delegado.

Compete ao Conselho de Administração gerir os negócios da sociedade com os mais amplos poderes.

A fiscalização dos actos da administração é exercida por um Conselho Fiscal composto por três membros efectivos, sendo dois independentes e por um suplente e por um revisor oficial de contas eleitos quadrienalmente, sendo reelegíveis.

As remunerações dos membros do Conselho de Administração são fixadas por uma comissão composta por três membros eleitos quadrienalmente pelos accionistas, podendo ser reelegíveis.

2. Identificação e Composição dos Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: *Vítor José Melicias Lopes*

Vice-Presidente: *Eduardo Augusto Henriques Martins*

Secretário: *António Pedro de Sá Alves Sameiro*

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: *António Tomás Correia*

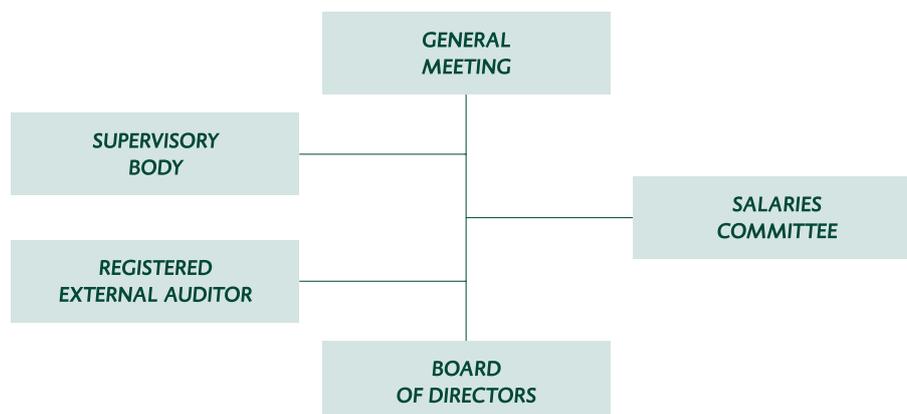
Administrador: *José António de Arez Romão*

Administradora-Delegada: *Maria Manuela Traquina Rodrigues*

CONSELHO FISCAL

Presidente: *Manuel da Costa Braz*

Vogal: *Norberto da Cunha Junqueira Fernandes Félix Pilar*

CORPORATE
GOVERNANCE
REPORT**1. Structure of Governance**

Pursuant to the terms of the statutes, corporate management is provided by a Board of Directors composed of three to seven members elected every four years, and who may stand for re-election.

Currently the Board of Directors elected for the four-year period 2012/2015 is composed of three directors, one of them the Chairman and another the managing director.

It is the responsibility of the Board of Directors to manage the company's business using their ample authority to do this.

The work of administration is monitored by a Supervisory Body composed of three full-time members, two independent, and one deputy, and a registered statutory auditor elected once every four years, and who may stand for re-election.

A committee composed of three members elected every four years by the shareholders determines the salaries paid to the members of the Board of Directors, and this committee may stand for re-election.

2. Identification and Composition of Corporate Governance

CHAIR OF THE GENERAL MEETING

Chairman: Vítor José Melícias Lopes

Vice-Chairman: Eduardo Augusto Henriques Martins

Secretary: António Pedro de Sá Alves Sameiro

BOARD OF DIRECTORS

Chairman: António Tomás Correia

Director: José António de Arez Romão

Managing Director: Maria Manuela Traquina Rodrigues

SUPERVISORY BODY

Chairman: Manuel da Costa Braz

Vogal: *António Francisco Espinho Romão*

Suplente: *Armindo Marques Matias*

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

representada por: *Ana Cristina Soares Valente Dourado*

3. Qualificação Profissional dos membros do Conselho de Administração e Actividade exercida nos últimos anos

ANTÓNIO TOMÁS CORREIA, Presidente

Qualificação profissional: Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa

Actividade nos últimos anos:

- Vogal do Conselho de Administração do Montepio Geral (de 2004 a 30 Abril 2008);
- Presidente do Conselho de Administração do Montepio Geral (a partir de 1 de Maio de 2008);
- Dentro do Grupo Montepio Presidente da Lusitania Companhia de Seguros, S.A. e da Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.;
- Presidente do Conselho de Administração do Finibanco Angola e Finibanco S.A.;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APB.

JOSÉ ANTÓNIO DE AREZ ROMÃO, Administrador

Qualificação profissional: Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa em 1967.

Actividade nos últimos anos:

- Administrador Delegado da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., desde 6 de Junho de 1986 e Administrador da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., desde 15 de Maio de 1987;
- Administrador da SPA - Sociedade Portuguesa de Administrações, em representação da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.;
- Administrador da SIQ - Sociedade Imobiliária da Quinta das Pedreiras, S.A.;
- Gerente da EMPCO - Empreendimentos Comerciais Urbanísticos, Lda.

MARIA MANUELA TRAQUINA RODRIGUES, Administradora Delegada

Qualificação profissional: Licenciada em Matemática Aplicada pela Faculdade de Ciências de Lisboa em 1970.

Actividade nos últimos anos:

- Administradora-Delegada da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., desde 15 de Maio de 1987;
- Administradora da SPA - Sociedade Portuguesa de Administrações, em representação da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.

4. Política de Remuneração

Nos termos estatutários, as remunerações dos órgãos sociais são fixados, anual-

Member: Norberto da Cunha Junqueira F. Félix Pilar

Member: António Francisco Espinho Romão

Deputy: Armindo Marques Matias

REGISTERED STATUTORY AUDITORS

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Represented by: Ana Cristina Soares Valente Dourado

3. Professional qualification of members of the Board of Directors and Practice in recent years

ANTÓNIO TOMÁS CORREIA, *Chairman*

Professional qualification: *Graduate in Law from the Classical University of Lisbon*

Practice in recent years:

- *Member of the Board of Directors of Montepio Geral (2004 to 30 April 2008);*
- *Chairman of the Board of Directors of Montepio Geral (from 1 May 2008);*
- *Within the Montepio Group Chairman of the Board of Directors of Lusitania Companhia de Seguros, S.A. and Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.*
- *Chairman of the Board of Directors of Finibanco Angola and Finibanco, S.A.*
- *Chairman of the General Meeting of APB.*

JOSÉ ANTÓNIO DE AREZ ROMÃO, *Director*

Professional qualification: *Graduate in Law from the Lisbon Faculty of Law in 1967.*

Practice in recent years:

- *Managing Director of Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., since 6 June 1986 and Director of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., since 15 May 1987;*
- *Director of SPA - Sociedade Portuguesa de Administrações, representing Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.;*
- *Director of SIQ – Sociedade Imobiliária da Qta. Das Pedreiras, S.A.;*
- *Manager of EMPCO - Empreendimentos Comerciais Urbanísticos, Lda.*

MARIA MANUELA TRAQUINA RODRIGUES, *Managing Director*

Professional qualification: *Graduate in Applied Mathematics from the Lisbon Faculty of Science in 1970.*

Practice in recent years:

- *Managing Director of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., since 15 May 1987;*
- *Director of SPA - Sociedade Portuguesa de Administrações, representing Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.*

4. Salaries Policy

Pursuant to the terms of the statutes, the Salaries Committee, elected by the General

mente, por uma Comissão de Vencimentos, eleitos pela Assembleia Geral da empresa.

A Comissão de Vencimentos reúne em sessão plenária, para discussão e fixação dos vencimentos dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A Comissão tem norteado a fixação dos vencimentos dentro dos critérios e política do Grupo Montepio.

Assim, em conformidade com o que tem vindo a ser prática do Grupo, os administradores não executivos não auferem qualquer vencimento ou remuneração.

O vencimento mensal dos administradores executivos é fixado no início do mandato e anualmente actualizado à taxa média de actualização da tabela salarial para a actividade seguradora.

Não constitui política do Grupo Montepio fixar gratificações de desempenho indexadas aos resultados anuais da empresa. Aos administradores executivos é atribuída uma gratificação anual fixada no montante de quatro vencimentos mensais.

No que respeita ao Conselho Fiscal as remunerações são fixadas em montante anual no início de cada mandato e anualmente actualizadas à taxa de actualização da tabela salarial para a actividade seguradora.

Esta política de remunerações foi aprovada em Assembleia Geral realizada em 27 de Março de 2012.

5. Pensões de Reforma

Em Assembleia Geral realizada em 2006, foi deliberado que os membros do Conselho de Administração que possuíam contrato de trabalho como directores da Companhia antes da sua eleição para administradores teriam, nos termos do aludido contrato, direito a uma pensão complementar de reforma à atribuída pela Segurança Social para 80% da última remuneração base.

A pensão de reforma encontra-se financiada pelo Fundo de Pensões existente e será paga através da aquisição de um Seguro Individual de Renda Vitalícia Imediata, conforme deliberado em Assembleia Geral realizada em 27 de Março de 2012.

6. Composição da Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos eleita para o quadriénio 2012/2015 é composta por:

Presidente: *Manuel Jacinto Nunes*

Vogal: *Norberto da Cunha Junqueira Fernandes Félix Pilar*

Vogal: *Vítor José Melícias Lopes*

Nenhum dos membros da Comissão de Vencimentos é membro do órgão de administração nem tem qualquer vínculo familiar a algum dos seus membros.

7. Remunerações auferidas pelos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (nos termos do Art. 2.º da Lei n.º 28/2009)

7.1 Agregado	2011	2012
Conselho de Administração	277.920,09 Euros	278.120,00 Euros
Conselho Fiscal	10.302,36 Euros	11.500,00 Euros

Meeting, determines annually the remuneration to be paid to the members of the governing bodies.

The Salaries Committee meets in plenary to discuss and determine the salaries paid to the members of the Board of Directors and the Supervisory Body.

The Committee determines salaries according to the criteria and policies of the Montepio Group.

Therefore, in accordance with what has been the practice of the Group, non-executive directors receive no salary and no form of remuneration.

The monthly salary of executive directors is determined at the start of the mandate and revised annually at the average revision rate of the salary scale for the insurance business.

It is not the policy of the Montepio Group to determine performance bonuses indexed to the company's annual profit. Executive directors receive an annual bonus based on the sum of four monthly salaries.

Salaries for the Supervisory Body are determined based on the annual sum at the start of each mandate and annually revised at the revision rate of the salary scale for the insurance business.

This salaries policy was approved at the General Meeting held on 27 March 2012.

5. Pension Reform

In the General Meeting held in 2006, the decision was taken that a member of the Board of Directors holding a labour contract as company manager prior to being elected to director, would have the right to a retirement pension to complement the Social Security pension up to 80% of the last basic salary, as laid down in the terms of the same contract.

Pension reform is funded by the existing Pensions Fund and will be paid through an Individual Immediate Life Annuity, as determined at the General Meeting held on 27 March 2012.

6. Composition of Salaries Committee

The Salaries Committee elected for the four year period 2012/2015 is composed of:

Chairman: Manuel Jacinto Nunes

Member: Norberto da Cunha Junqueira F. Félix Pilar

Member: Vítor José Melícias Lopes

None of the members of the Salaries Committee is a member of corporate governance and has no family tie with any of its members.

7. Salaries received by Members of the Boards of Directors and Auditors (in the terms of art. 2º of Law n.º 28/2009)

7.1 Grouped	2011	2012
Board of Directors	277.920,09 Euros	278.120,00 Euros
Supervisory Body	10.302,36 Euros	11.500,00 Euros

7.2 Individual	2011	2012
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
António Tomás Correia	0,00 Euros	0,00 Euros
José António de Arez Romão	0,00 Euros	0,00 Euros
Maria Manuela Rodrigues	277.920,09 Euros	278.120,00 Euros
CONSELHO FISCAL		
Manuel da Costa Braz	4.120,92 Euros	4.500,00 Euros
Norberto Pilar	3.090,72 Euros	3.500,00 Euros
António Francisco Romão	-	3.500,00 Euros

8. Remuneração do Auditor/Revisor Oficial de Contas

Auditoria/Revisão Legal de Contas	60.282,90 Euros	61.070,00 Euros
-----------------------------------	-----------------	-----------------

9. Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização no Capital da Lusitania Vida (Art. 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

Membros do Conselho de Administração	Acções detidas em 31/12/2011	Acções detidas em 31/12/2012
José António de Arez Romão	111	111
Maria Manuela Traquina Rodrigues	25	25

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2013

7.2 Individual	2011	2012
BOARD OF DIRECTORS		
<i>António Tomás Correia</i>	0,00 Euros	0,00 Euros
<i>José António de Arez Romão</i>	0,00 Euros	0,00 Euros
<i>Maria Manuela Rodrigues</i>	277.920,09 Euros	278.120,00 Euros
SUPERVISORY BODY		
<i>Manuel da Costa Braz</i>	4.120,92 Euros	4.500,00 Euros
<i>Norberto Pilar</i>	3.090,72 Euros	3.500,00 Euros
<i>António Francisco Romão</i>	-	3.500,00 Euros

8. Salary of Auditor/Registered Statutory Auditor

<i>Auditing/Registered Auditor</i>	60.282,90 Euros	61.070,00 Euros
------------------------------------	-----------------	-----------------

9. Shares held by Members of the Boards of Directors and Auditors in the Capital of Lusitania Vida (Art. 447 of Commercial Company Code)

Members of the Board of Auditors	Shares held on 31/12/2011	Shares held on 31/12/2012
<i>José António de Arez Romão</i>	111	111
<i>Maria Manuela Traquina Rodrigues</i>	25	25

Lisbon, 25 February 2013

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 2012:
FINANCIAL STATEMENTS AS AT 2012:

- **Demonstração de Ganhos e Perdas**
- *Income Statement*

- **Demonstração da Posição Financeira**
- *Statement of Financial Position*

- **Demonstração de Alterações de Capital Próprio**
- *Statement of Changes in Equity*

- **Demonstração do Rendimento Integral**
- *Statement of Comprehensive Income*

- **Demonstração de Fluxos de Caixa**
- *Statement of Cash Flows*

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Notes to the Financial Statements

DEMONSTRAÇÃO DE GANHOS E PERDAS INCOME STATEMENT

(Euro)

	Nota	2012			2011
		Técnica vida	Não técnica	Total	Total
	Note	Technical life	Non-technical	Total	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro / <i>Premiums earned net of reinsurance</i>	4-5	23.426.841		23.426.841	20.368.243
Prémios brutos emitidos / <i>Gross premiums written</i>		32.822.062		32.822.062	30.226.671
Prémios de resseguro cedido / <i>Outward reinsurance premiums</i>		9.395.220		9.395.220	9.858.427
Provisão para prémios não adquiridos (variação) / <i>Provision for unearned premiums (variation)</i>					
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação) / <i>Provision for unearned premiums, reinsurers share (variation)</i>					
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços / <i>Commission on insurance contracts and operations considered for tax purposes as investment contracts or service contracts</i>	4-6	1.267.079		1.267.079	1.595.413
Custos com sinistros, líquidos de resseguro / <i>Claims costs net of reinsurance</i>	4-5-7	34.470.047		34.470.047	29.614.571
Montantes pagos / <i>Amounts paid</i>		33.519.118		33.519.118	29.401.511
Montantes brutos / <i>Gross amounts</i>		38.338.400		38.338.400	35.512.768
Parte dos resseguradores / <i>Reinsurers share</i>		4.819.282		4.819.282	6.111.257
Provisão para sinistros (variação) / <i>Provision for claims (variation)</i>		950.929		950.929	213.060
Montantes brutos / <i>Gross amounts</i>		1.481.617		1.481.617	418.835
Parte dos resseguradores / <i>Reinsurers share</i>		530.688		530.688	205.774
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro / <i>Other technical provisions net of reinsurance</i>					
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro / <i>Mathematical provision for life sector net of reinsurance (variation)</i>	8-26	-7.250.031		-7.250.031	-9.301.321
Montantes brutos / <i>Gross amounts</i>		-7.278.182		-7.278.182	-9.298.065
Parte dos resseguradores / <i>Reinsurers share</i>		28.151		28.151	-3.256
Participação nos resultados, líquida de resseguro / <i>Profit sharing, net of reinsurance</i>	4-8-26	1.531.153		1.531.153	1.069.009
Custos e gastos de exploração líquidos / <i>Net running costs and spending</i>	4-9-16	4.493.095		4.493.095	5.833.586
Custos de aquisição / <i>Acquisition costs</i>		5.506.029		5.506.029	6.283.438
Custos de aquisição diferidos (variação) / <i>Deferred acquisition costs (variation)</i>		10.566		10.566	14.977
Gastos administrativos / <i>Administrative spending</i>		1.638.670		1.638.670	1.784.817
Comissões e participação nos resultados de resseguro / <i>Commission and profit share in reinsurance</i>		2.662.170		2.662.170	2.249.646
Rendimentos / <i>Income</i>	4-10	19.034.783	1.234.222	20.269.005	21.376.315
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas / <i>From interest on financial assets not valued at fair value through profit and loss</i>		19.014.015	545.413	19.559.428	20.638.718
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas / <i>From interest on financial liabilities not valued at fair value through profit and loss</i>					
Outros / <i>Other</i>		20.768	688.809	709.577	737.597
Gastos financeiros / <i>Financial costs</i>	4-11	621.640	290.473	912.112	748.931
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas / <i>From interest on financial assets not valued at fair value through profit and loss</i>					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas / <i>From interest on financial liabilities not valued at fair value through profit and loss</i>					
Outros / <i>Other</i>		621.640	290.473	912.112	748.931

(Euro)

	Nota	2012			2011
		Técnica vida	Não técnica	Total	Total
	Note	Technical life	Non-technical	Total	Total
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas / <i>Net gains on financial assets and liabilities not valued at fair value through profit and loss</i>	4-12-29	-1.742.640	-1.265.290	-3.007.930	-7.861.748
De activos disponíveis para venda / <i>From assets available-for-sale</i>		850.357	-201.989	648.368	210.090
De empréstimos e contas a receber / <i>From loans and outstanding accounts</i>					
De investimentos até à maturidade / <i>From investments to be held to maturity</i>					
De passivos financeiros valorizados custo amortizado / <i>From financial liabilities valued at depreciated cost</i>		-2.592.997		-2.592.997	-8.336.649
De outros / <i>From other</i>			-1.063.301	-1.063.301	264.81
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas / <i>Net gains on financial assets and liabilities valued at fair value through profit and loss</i>	4-13	506.820		506.820	-118.557
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação / <i>Net gains on financial assets and liabilities held for trading</i>					
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas / <i>Net gains from financial assets and liabilities classified in initial recognition at fair value through profit and loss</i>		506.820		506.820	-118.557
Diferenças de câmbio / <i>Exchange differences</i>					
Ganhos líquidos de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas / <i>Net gains from the sale of non-financial assets that are not classified as non-current assets held for sale and discontinued operational units</i>					
Perdas de imparidade (líquidas reversão) / <i>Impairment losses (net of entitlement)</i>	14	723.719		723.719	
De activos financeiros disponíveis para venda / <i>From assets available-for-sale</i>		723.719		723.719	
De empréstimos concedidos e contas a receber valorizados a custo amortizado / <i>From loans and outstanding accounts valued at depreciated cost</i>					
De investimentos detidos até à maturidade / <i>From investments to be held to maturity</i>					
De outros / <i>From other</i>					
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro / <i>Other income/technical costs, net of reinsurance</i>	15	56.401		56.401	54.425
Outras provisões (variação) / <i>Other provisions (variation)</i>					
Outros rendimentos/gastos / <i>Other income/costs</i>			-34.877	-34.877	17.358
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas / <i>Negative goodwill recognised immediately in profit and loss</i>					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial / <i>Profit and loss of associates and joint undertakings entered using the equity method</i>					
Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda / <i>Profit and loss from non-current assets (or groups for sell-off) classified as held for sale</i>					
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS / NET PROFIT BEFORE TAX		7.959.662	-356.419	7.603.244	7.466.674
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes / <i>Tax on income for the financial year - current tax</i>	28			2.670.489	2.102.194
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos / <i>Tax on income for the financial year - deferred tax</i>				-225.145	-7.809
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO / NET PROFIT FOR THE YEAR		7.959.662	-356.419	5.157.899	5.372.288

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA
STATEMENT OF FINANCIAL POSITION

(Euro)

ACTIVO	Nota	2012		2011
		Valor bruto	Imparid.*	Val. líquido
				Val. líquido
ASSETS	Note			2011
		Gross value	Impairment*	Net value
				Net value
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem / <i>Cash and its equivalents and demand deposits</i>	18	3.681.320		3.681.320
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos / <i>Investments in affiliates, associates and joint undertakings</i>	19	3.393.801		3.393.801
Activos financ. detidos para negociação / <i>Financial assets held for trading</i>				
Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas / <i>Financial assets at fair value through profit and loss</i>	20-35	2.682.462		2.682.462
Derivados de cobertura / <i>Hedging derivatives</i>				2.179.399
Activos disponíveis para venda / <i>Assets available for sale</i>	21-35	351.607.519		351.607.519
Empréstimos concedidos e contas a receber / <i>Loans and outstanding accounts</i>	22	16.506.516		16.506.516
Depósitos junto de empresas cedentes / <i>Deposits in credit institutions</i>				19.826.192
Outros depósitos / <i>Other deposits</i>		16.506.516		16.506.516
Empréstimos concedidos / <i>Loans granted</i>				19.826.192
Contas a receber / <i>Outstanding accounts</i>				
Outros / <i>Other</i>				
Investimentos detidos até à maturidade / <i>Investments to be held to maturity</i>	23-35	97.670.634		97.670.634
Terrenos e edifícios / <i>Land and buildings</i>	24	9.608.804	403.821	9.204.983
Terrenos e edifícios de uso próprio / <i>Land and buildings for own use</i>		3.312.730	403.821	2.908.909
Terrenos e edifícios de rendimento / <i>Land and buildings for income</i>		6.296.074		6.296.074
Outros activos tangíveis / <i>Other tangible assets</i>	25	1.721.914	1.621.493	100.421
Inventários / <i>Inventories</i>				4.919.612
Goodwill / <i>Goodwill</i>				21.350
Outros activos intangíveis / <i>Other intangible assets</i>		250.470	250.470	
Provisões técnicas de resseguro cedido / <i>Technical provisions from outward reinsurance</i>	26	10.988.800		10.988.800
Provisão para prémios não adquiridos / <i>Provision for unearned premiums</i>				10.423.022
Provisão matemática do ramo vida / <i>Mathematical provision for life sector</i>		355.853		355.853
Provisão para sinistros / <i>Claims provision</i>		9.359.394		9.359.394
Provisão para participação nos resultados / <i>Profit sharing provision</i>		1.273.553		1.273.553
Provisão para compromissos de taxa / <i>Provision for commitment rate</i>				8.828.706
Provisão para estabilização de carteira / <i>Provision for portfolio stability</i>				1.210.312
Outras provisões técnicas / <i>Other technical provisions</i>				
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo / <i>Assets for post-employment benefits and other long term benefits</i>		273.613		273.613
Outros devedores por operações de seguros e outras operações / <i>Other debtors in insurance operations and other operations</i>	27	1.087.753	92.257	995.496
Contas a receber por operações de seguro directo / <i>Outstanding accounts from direct insurance operations</i>		525.230	92.257	432.973
Contas a receber por outras operações de resseguro / <i>Outstanding accounts from other reinsurance operations</i>		558.938		558.938
Contas a receber por outras operações / <i>Outstanding accounts from other operations</i>		3.585		3.585
Activos por impostos / <i>Assets from taxation</i>	28	378.394		378.394
Activos por impostos correntes / <i>Assets from current taxes</i>				3.737.766
Activos por impostos diferidos / <i>Assets from deferred taxes</i>		378.394		378.394
Acréscimos e diferimentos / <i>Accruals and deferred gains</i>		67.826		67.826
Outros elementos do activo / <i>Other asset items</i>				46.141
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas / <i>Non-current assets held for sale and discontinued operational units</i>				
TOTAL DO ACTIVO / TOTAL ASSETS		499.919.826	2.368.041	497.551.785
				493.069.183

(Euro)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Nota	2012	2011
LIABILITIES AND EQUITY	Note	2012	2011
PASSIVO / LIABILITIES			
Provisões técnicas / <i>Technical provisions</i>	26	172.375.647	170.942.097
Provisão para prémios não adquiridos / <i>Provision for unearned premiums</i>		142.194.561	148.774.610
Provisão matemática do ramo vida / <i>Mathematical provision for the life sector</i>		17.934.912	16.453.295
Provisão para sinistros / <i>Claims provision</i>		17.934.912	16.453.295
De vida / <i>For life</i>		12.246.173	5.714.191
Provisão para participação nos resultados / <i>Provision for profit sharing</i>			
Provisão para compromissos de taxa / <i>Provision for commitment rate</i>			
Provisão para estabilização de carteira / <i>Provision for portfolio stability</i>			
Provisão para desvios de sinistralidade / <i>Equalisation provision</i>			
Provisão para riscos em curso / <i>Unexpired risk provision</i>			
Outras provisões técnicas / <i>Other technical provisions</i>			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento / <i>Financial liabilities from the components of deposits of insurance contracts and insurance contracts and operations considered for accounting purposes as investment contracts</i>	29	244.757.594	267.974.977
Outros passivos financeiros / <i>Other financial liabilities</i>	33	19.831.557	19.387.344
Derivados de cobertura / <i>Hedging derivatives</i>			
Passivos subordinados / <i>Subordinated liabilities</i>		10.000.000	10.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores / <i>Deposits received from reinsurers</i>		9.831.557	9.387.344
Outros / <i>Other</i>			
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo / <i>Liabilities on post-employment benefits and other long term benefits</i>			
Outros credores por operações de seguros e outras operações / <i>Other creditors in insurance operations and other operations</i>	30	1.731.358	1.946.951
Contas a pagar por operações de seguro directo / <i>Accounts payable on direct insurance operations</i>		1.072.017	1.436.467
Contas a pagar por outras operações de resseguro / <i>Accounts payable on other reinsurance operations</i>		621.094	373.015
Contas a pagar por outras operações / <i>Accounts payable on other operations</i>		38.247	137.469
Passivos por impostos / <i>Liabilities on taxation</i>	28	5.796.534	1.037.077
Passivos por impostos correntes / <i>Liabilities on current taxation</i>		3.317.324	1.019.767
Passivos por impostos diferidos / <i>Liabilities on deferred taxation</i>		2.479.210	17.310
Acréscimos e diferimentos / <i>Accruals and deferred costs</i>		597.164	582.605
Outras Provisões / <i>Other provisions</i>			
Outros Passivos / <i>Other liabilities</i>			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda / <i>Liabilities on a group for sell-off classified as held for sale</i>			
TOTAL DO PASSIVO / TOTAL LIABILITIES		445.089.853	461.871.052
CAPITAL PRÓPRIO / EQUITY			
Capital / <i>Capital</i>	31	20.000.000	20.000.000
(Ações Próprias) / <i>(Company's own shares)</i>			
Outros instrumentos de capital / <i>Other capital instruments</i>			
Reservas de reavaliação / <i>Revaluation reserve</i>	31	9.119.466	-16.396.259
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros / <i>For readjustment in fair value of financial assets</i>		9.109.528	-16.406.196
Por reavaliação de terrenos e edifícios de uso próprio / <i>For revaluation of land and buildings for own use</i>		9.938	9.938
Por reavaliação de activos intangíveis / <i>For revaluation of intangible assets</i>			
Por reavaliação de outros activos tangíveis / <i>For revaluation of other tangible assets</i>			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa / <i>For adjustments in fair value of hedging instruments in hedging for cash flow</i>			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira / <i>For adjustments in fair value of hedging for net investments in foreign currency</i>			
De diferenças de câmbio / <i>For exchange differences</i>			
Reserva por impostos diferidos / <i>Reserve for deferred taxation</i>	28-31	-2.719.253	4.626.883
Outras reservas / <i>Other reserves</i>	31	20.903.820	18.088.059
Resultados transitados / <i>Retained earnings</i>	31		-492.841
Resultado do exercício / <i>Profit for year</i>		5.157.899	5.372.288
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO / TOTAL EQUITY		52.461.932	31.198.131
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO / TOTAL LIABILITIES AND EQUITY		497.551.785	493.069.183

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO STATEMENT OF CHANGES IN EQUITY

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010	(1)
STATEMENT OF FINANCIAL POSITION AS AT 31 DEZEMBER 2010	
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	(2)
<i>Increase in reserves from distribution of profits</i>	
Resultado líquido do período	(3)
<i>Net profit for year</i>	
Outro rendimento integral do período	(4)
<i>Other integral income for year</i>	
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	
<i>Net gains from adjustments to the fair value of financial assets available-for-sale</i>	
Reconhecimento de ganhos e perdas actuariais (IAS 19)	
<i>Recognition of actuarial profit and loss</i>	
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO	(5) = (3) + (4)
TOTAL INTEGRAL INCOME FOR YEAR	
Operações com detentores de capital	(6)
<i>Trading with holders of capital</i>	
Distribuição de lucros/prejuízos	
<i>Distribution of profit/loss</i>	
TOTAL DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	(7) = (2) + (5) + (6)
TOTAL VARIATIONS IN EQUITY	
BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011	(8) = (7) + (1)
STATEMENT OF FINANCIAL POSITION AS AT 31 DEZEMBER 2011	
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	(9)
<i>Increase in reserves from distribution of profits</i>	
Resultado líquido do período	(10)
<i>Net profit for year</i>	
Outro rendimento integral do período	(11)
<i>Other integral income for year</i>	
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	
<i>Net gains from adjustments to the fair value of financial assets available-for-sale</i>	
Reconhecimento de ganhos e perdas actuariais (IAS 19)	
<i>Recognition of actuarial profit and loss</i>	
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO	(12) = (10) + (11)
TOTAL INTEGRAL INCOME FOR YEAR	
Operações com detentores de capital	(13)
<i>Trading with holders of capital</i>	
Distribuição de lucros/prejuízos	
<i>Distribution of profit/loss</i>	
TOTAL DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	(14) = (9) + (12) + (13)
TOTAL VARIATIONS IN EQUITY	
BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012	(15) = (14) + (8)
STATEMENT OF FINANCIAL POSITION AS AT 31 DEZEMBER 2012	

(*) no justo valor de investimentos de activos financeiros disponíveis para venda / *in fair value of financial assets available-for-sale*

(**) de terrenos e edifícios de uso próprio / *of land and buildings for own use*

(Euro)

Capital social	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos difer.	Outras reservas		Resultados Transitados	Resultado do exercício	Total
	por ajustamentos*	por revalorização**		Reserva legal	Outras reservas			
Share capital	Revaluation reserves		Reserve for deferred taxation	Other reserves		Retained earnings	Profit for year	Total
	through adjustments*	through revaluation**		Legal reserve	Other reserves			
20.000.000	-8.764.546	9.938	2.694.045	2.477.585	12.410.984	15.225	4.517.837	33.361.068
				450.643	2.015.790	11.403	-2.477.837	0
							5.372.288	5.372.288
	-7.641.651		1.932.838		733.057	-519.469		-5.495.225
	-7.641.651		2.139.655					-5.501.996
			-206.817		733.057	-519.469		6.772
	-7.641.651		1.932.838		733.057	-519.469	5.372.288	-122.936
							-2.040.000	-2.040.000
							-2.040.000	-2.040.000
	-7.641.651		1.932.838	450.643	2.748.847	-508.066	854.452	-2.162.936
20.000.000	-16.406.196	9.938	4.626.883	2.928.228	15.159.831	-492.841	5.372.288	31.198.131
				537.229	2.142.219	492.841	-3.172.288	0
							5.157.899	5.157.899
	25.515.724		-7.346.136		136.313			18.305.901
	25.515.724		-7.346.136					18.169.588
					136.313			136.313
	25.515.724		-7.346.136		136.313		5.157.899	23.463.800
							-2.200.000	-2.200.000
							-2.200.000	-2.200.000
	25.515.724		-7.346.136	537.229	2.278.532	492.841	-214.389	21.263.800
20.000.000	9.109.528	9.938	-2.719.253	3.465.457	17.438.363	0	5.157.899	52.461.932

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
STATEMENT OF COMPREHENSIVE INCOME

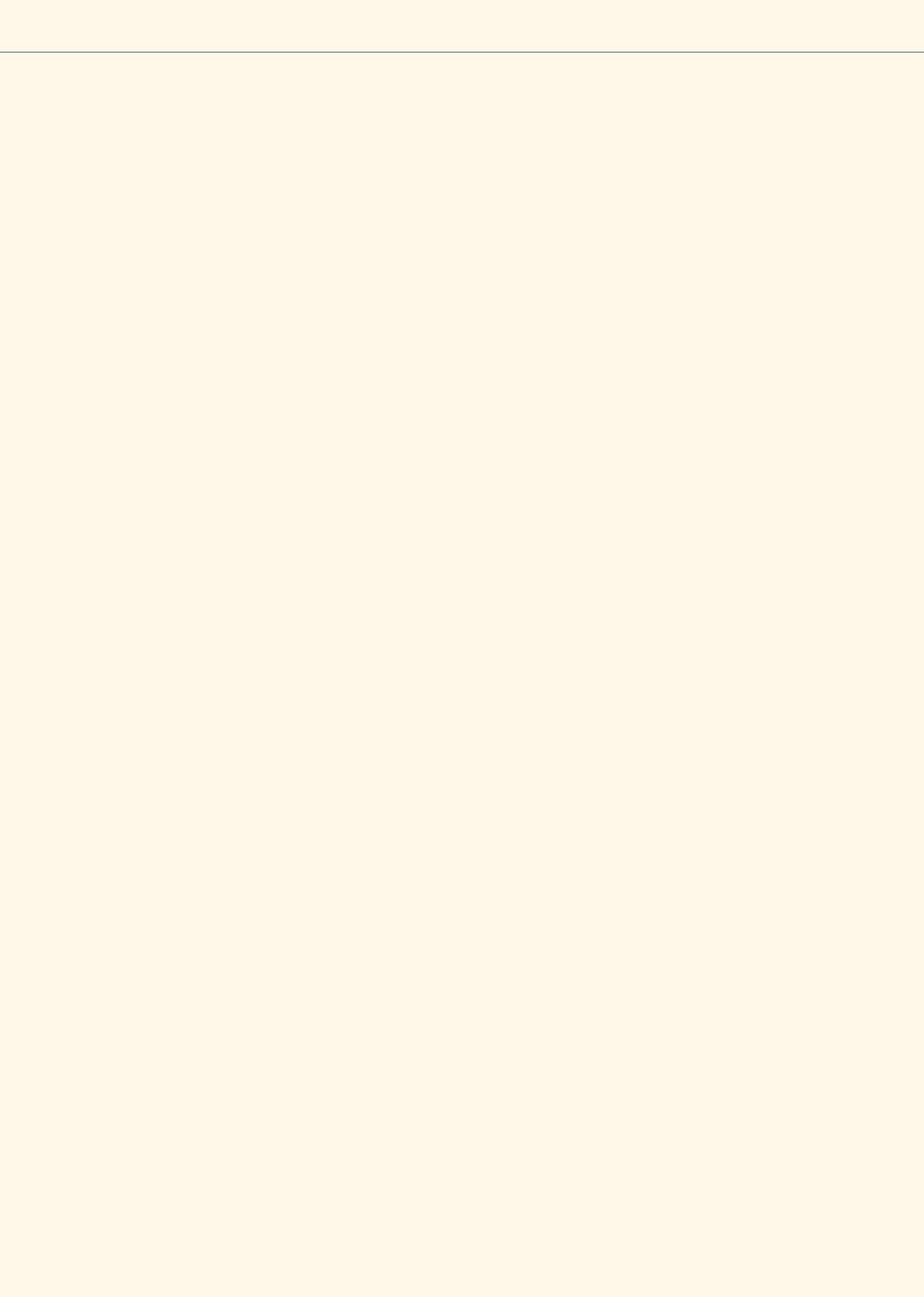
(Euro)

	2012	2011
	2012	2011
Resultado líquido do período <i>Net profit for the year</i>	5.157.899	5.372.288
Outro rendimento integral do período, líquido de imposto <i>Other comprehensive income for year net of Tax</i>	25.515.724	(7.641.651)
Reserva de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda <i>Reserve of fair value from assets available for sale</i>	31.364.016	(7.592.182)
Provisão para participação nos resultados a atribuir <i>Provision for profit sharing</i>	(5.848.292)	(49.469)
Impostos diferidos e correntes <i>Deferred and current taxes</i>	(7.346.136)	2.139.655
Reconhecimento de ganhos e perdas actuariais, líquido de impostos <i>Recognition of actuarial net profit and loss</i>	136.313	6.772
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO PERÍODO LÍQUIDO DE IMPOSTOS TOTAL COMPREHENSIVE INCOME FOR YEAR NET OF TAX	23.463.800	(122.936)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA STATEMENT OF CASH FLOWS

(Euro)

	2012	2011
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES OPERACIONAIS / FLOWS FROM BUSINESS OPERATIONS		
Resultado líquido do exercício / <i>Net profit for year</i>	5.157.899	5.372.288
Ajustamentos por: / <i>Adjustments for:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício / <i>Depreciation and amortization for year</i>	139.470	176.241
Variação nas provisões técnicas / <i>Difference in technical provisions</i>	1.433.550	(7.707.934)
Variação dos passivos decorrentes de contratos de investimento / <i>Difference in liabilities arising from investment contracts</i>	(23.217.383)	(11.328.199)
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido / <i>Difference in technical provisions of outward reinsurance</i>	(565.777)	(358.576)
Imparidade de activos disponíveis para venda / <i>Impairment of assets available-for-sale</i>	723.719	-
Perdas/(ganhos) em terrenos e edifícios / <i>Losses/(gains) on land and buildings</i>	1.063.301	(264.811)
Imparidade de outros activos / <i>Impairment of other assets</i>	74.883	-
Variação nos impostos activos/passivos / <i>Difference in asset/liability taxation</i>	8.118.829	921.653
Variações nos activos e passivos operacionais / <i>Difference in assets and liabilities in operations</i>		
Empréstimos concedidos e contas a receber / <i>Loans made and accounts receivable</i>	3.319.676	(4.029.567)
Outros devedores por operações de seguros e outras operações / <i>Other debtors in insurance and other operations</i>	(621.268)	455.854
Outros activos e passivos / <i>Other assets and liabilities</i>	(229.512)	(64.330)
Outros passivos financeiros / <i>Other financial liabilities</i>	444.213	259.527
Outros credores por operações de seguros e outras operações / <i>Other creditors in insurance and other operations</i>	(215.593)	379.690
Outras passivos / <i>Other liabilities</i>	-	-
	(4.373.993)	(16.188.164)
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO / CASH FLOWS FROM INVESTMENT BUSINESS		
Variações nos investimentos em filiais e associadas / <i>Differences in investments in subsidiaries and associates</i>	-	(3.393.801)
Variações nos activos financeiros ao justo valor através de resultados / <i>Differences in financial assets at fair value through profit and loss</i>	(503.063)	445.301
Variações nos activos financeiros disponíveis para venda / <i>Differences in financial assets available-for-sale</i>	6.183.927	119.848.686
Variações nos investimentos a deter até à maturidade / <i>Differences in investments held to maturity</i>	(1.719.910)	(95.950.724)
Variações dos ganhos/(perdas) actuariais reconhecidas / <i>Differences in actuarial gains/(losses) recognised</i>	136.313	6.772
Aquisições de terrenos e edifícios e outros activos tangíveis / <i>Acquisitions of land and buildings and other tangible assets</i>	4.477.078	(5.255.191)
	8.574.345	15.701.043
FLUXOS DE CAIXA DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO / CASH FLOW FROM FINANCIAL BUSINESS		
Pagamento de dividendos / <i>Payment of dividends</i>	(2.200.000)	(2.040.000)
Variações nos activos financeiros disponíveis para venda / <i>Differences in financial assets available-for-sale</i>	(2.200.000)	(2.040.000)
VARIAÇÃO LÍQUIDA EM CAIXA E EQUIVALENTES / NET DIFFERENCE IN CASH AND EQUIVALENTS		
Caixa e equivalentes no início do período / <i>Cash and equivalents at start of year</i>	1.680.968	4.208.089
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO / <i>CASH AND EQUIVALENTS AT CLOSE OF YEAR</i>	3.681.320	1.680.968



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ÍNDICE		
	1. Informação Geral	35
	2. Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Políticas Contabilísticas Adoptadas	35
	2.1. Bases de apresentação	35
	2.2. Principais políticas contabilísticas adoptadas	35
	a) Contratos de seguro e contratos de investimento	35
	b) Provisões técnicas	37
	c) Resseguro	39
	d) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	39
	e) Instrumentos financeiros	39
	f) Outros activos financeiros - derivados	43
	g) Passivos financeiros	45
	h) Compensação de instrumentos financeiros	45
	i) Transacções em moeda estrangeira	45
	j) Activos tangíveis	45
	k) Activos intangíveis	47
	l) Propriedades de investimento e imóveis de uso próprio	47
	m) Locações	49
	n) Caixa e equivalentes de caixa	49
	o) Provisões	49
	p) Reconhecimento de juros e dividendos	51
	q) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões	51
	r) Benefícios concedidos aos empregados	51
	s) Imposto sobre lucros	53
	t) Resultados por acção	55
	u) Segmentos operacionais	55
	3. Principais Estimativas Contabilísticas e Julgamentos Relevantes Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras	55
	4. Segmentos Operacionais	59
	5. Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	59
	6. Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços	59
	7. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	61
	8. Provisão Matemática e outras Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro	61
	9. Custos e Gastos de Exploração Líquidos	61
	10. Rendimentos	63
	11. Gastos Financeiros	63
	12. Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas e Propriedades de Investimento	63
	13. Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas	63
	14. Perdas de Imparidade, Líquidas de Reversão	63
	15. Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro	65
	16. Custos e Gastos por Natureza a Imputar	65
	17. Benefícios Concedidos a Empregados	65

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

TABLE OF CONTENTS	1. General Information	36
	2. Bases for Presentation of Financial Statements and Principal Accounting Statements Adopted	36
	2.1. Bases for presentation	36
	2.2. Principal accounting policies adopted	36
	a) Insurance contracts and investment contracts	36
	b) Technical provisions	38
	c) Reinsurance	38
	d) Investments in affiliates, associates and joint undertakings	40
	e) Financial instruments	40
	f) Other financial assets - derivatives	44
	g) Financial liabilities	44
	h) Financial instrument compensation	44
	i) Foreign currency trading	46
	j) Tangible assets	46
	k) Intangible assets	46
	l) Investment properties and buildings for own use	46
	m) Leasing	48
n) Cash and cash equivalents	50	
o) Provisions	50	
p) Recognitions of interest and dividends	50	
q) Recognition of income from services and commissions	50	
r) Benefits to employees	50	
s) Tax on income	52	
t) Profit and loss per share	54	
u) Operational segments	54	
3. Principal Accounting Estimates and Relevant Decisions used in Preparing the Financial Statements	54	
4. Operational Segments	58	
5. Premiums Earned Net of Reinsurance	58	
6. Commissions on Insurance Contracts and Operations considered for Accounting Purposes as Investment Contracts or Service Provision Contracts	60	
7. Claims costs, net of reinsurance	60	
8. Mathematical Provision and other Technical Provisions, Net of Reinsurance	60	
9. Net Running Costs and Expenditure	60	
10. Income	62	
11. Financial Costs	62	
12. Net Gains from Financial Assets and Liabilities not Valued at Fair Value through Gains and Losses and Investment Properties	62	
13. Net Gains from Financial Assets and Liabilities Valued at Fair Value through Gains and Losses	62	
14. Impairment Losses, Net of Reversion	64	
15. Other Income/Technical Costs, Net of Reinsurance	64	
16. Costs and Expenditure by Type	64	
17. Benefits to Employees	66	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

18. Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	71
19. Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	71
20. Activos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas	71
21. Activos Financeiros Disponíveis para Venda	73
22. Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	73
23. Investimentos Detidos até à Maturidade	75
24. Terrenos e Edifícios	75
25. Outros Activos Tangíveis	77
26. Provisões Técnicas de Seguro Directo e Resseguro Cedido	79
27. Outros Devedores por Operações de Seguros e por Outras Operações	81
28. Activos e Passivos por Impostos	81
29. Passivos Financeiros	83
30. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações	85
31. Capital, Reservas de Reavaliação, Outras Reservas e Resultados Transitados	85
32. Transacções entre Partes Relacionadas	87
33. Passivos Contingente	89
34. Elementos Extra Patrimoniais	91
35. Gestão dos Riscos	91
35.1. Riscos específicos de seguro	91
35.2. Riscos financeiros	93
35.3. Outros riscos	103
36. Solvência	105
37. Justo Valor	105
38. Eventos Subsequentes	107
39. Normas Contabilísticas e Interpretações recentemente Emitidas	107

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

18. <i>Cash and its Equivalents and Call Deposits</i>	70
19. <i>Investments in Affiliates, Associates and joint Undertakings</i>	70
20. <i>Financial Assets Classified in Initial Recognition at Fair Value through Profit and Loss</i>	70
21. <i>Financial Assets Available for Sale</i>	72
22. <i>Loans Granted and Receivables</i>	72
23. <i>Investments held to Maturity</i>	74
24. <i>Land and Buildings</i>	74
25. <i>Other Tangible Assets</i>	76
26. <i>Technical Provisions for Direct Insurance and Outward Reinsurance</i>	78
27. <i>Other Debtors in Insurance and other Operations</i>	80
28. <i>Assets and Liabilities from Taxation</i>	80
29. <i>Financial Liabilities</i>	82
30. <i>Other Creditors in Insurance and other Operations</i>	84
31. <i>Capital, Revaluation, other Reserves and Retained Earnings</i>	84
32. <i>Trading between Related Parties</i>	86
33. <i>Contingency Liabilities</i>	88
34. <i>Extra Asset Components</i>	90
35. <i>Risk Management</i>	90
35.1. <i>Specific insurance risks</i>	90
35.2. <i>Financial risks</i>	92
35.3. <i>Other risks</i>	102
36. <i>Solvency</i>	104
37. <i>Fair Value</i>	104
38. <i>Subsequent Events</i>	106
39. <i>Recently issued Accounting Standards and Interpretations</i>	106

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INFORMAÇÃO GERAL

A Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A. (“Lusitania Vida” ou “Companhia”) foi constituída em 15 de Maio de 1987, sob a forma jurídica de sociedade anónima, tendo iniciado a sua actividade em 20 de Outubro de 1987. A Companhia encontra-se registada em Portugal e tem a sua sede na Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, Torre 2, 12.º, em Lisboa.

A Companhia tem como objectivo o exercício da actividade de seguros para o ramo vida e a gestão de fundos de pensões, para o que obteve a devida autorização do Instituto de Seguros de Portugal.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 2007”), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril e, subsequentemente, alterado pelas Normas n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e n.º 22/2010-R de 16 de Dezembro.

Este Plano de Contas introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração do dia 12 de Março de 2013.

Em 2012, a Companhia adoptou as interpretações dos IFRS de aplicação obrigatória para o exercício que se iniciou a 1 de Janeiro de 2012, conforme referido na nota 39.

As políticas contabilísticas seguidamente descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euro. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que o Conselho de Administração da Companhia adopte julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 3.

2.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS

a) Contratos de seguro e contratos de investimento

CLASSIFICAÇÃO

A Lusitania Vida emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

1. GENERAL INFORMATION

Lusitania Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A. hereinafter referred to as Lusitania Vida or the Company, was incorporated on 15 May 1987 as a limited company, to trade in the life insurance sector of the insurance business, and it opened for business on 20 October 1987. The Company is registered in Portugal and its head office is located at Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, Torre 2, 12.º, Lisbon.

The company trades in life insurance and pension fund management, and is fully authorised to do so by the Instituto de Seguros de Portugal.

2. BASES FOR PRESENTATION OF FINANCIAL STATEMENTS AND PRINCIPAL ACCOUNTING STATEMENTS ADOPTED

2.1. BASES FOR PRESENTATION

These financial statements refer to the financial year ending as at 31 December 2012 and were prepared as stipulated in the Accounts Plan for Insurance Companies (“PCES 2007”), issued by the ISP (Instituto de Seguros de Portugal) approved by Enabling Regulation n.º 4/2007-R, of 27 April, with amendments introduced by Regulations n.º 20/2007-R of 31 December and n.º 22/2010-R of 16 December.

The Accounts Plan introduced the International Financial Reporting Standards (IFRS) in force as adopted by the European Union, with the exception of IFRS 4 - Insurance Contracts. The IFRS include the accounting standards issued by the International Accounting Standards Board (IASB) and the interpretations of the International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) and by the respective preceding bodies

The financial statements now submitted were approved at the Board of Directors’ meeting held on 12 March 2013.

In 2012, the Company adopted the interpretations of the IFRS, application of which is obligatory, for the financial year beginning on 1 January 2012, as referred to in note 39.

The accounting policies described below, were applied consistently throughout all periods covered in the financial statements.

The financial statements are expressed in Euro and are prepared on a historical cost basis, with the exception of assets and liabilities recorded at fair value, that is financial assets and liabilities at fair value through profit and loss and financial assets available for sale. All other financial assets and liabilities, as well as non-financial assets and liabilities, are recorded at depreciated cost or historical cost.

Preparation of the financial statements requires the Company to make decisions and estimates and to use presumptions that affect the application of accounting policies and the amount of income, expenditure, assets and liabilities. Amendments to such presumptions, or differences in these compared to the true situation, could have an impact on current estimates and decisions. The areas that involve more decisions or complexity, or in which significant presumptions and estimates are used in preparing financial statements, are examined in note 3.

2.2. PRINCIPAL ACCOUNTING POLICIES ADOPTED

a) Insurance contracts and investment contracts

CLASSIFICATION

Lusitania Vida writes contracts that include an insurance risk, a financial risk or a combination of both. A contract in which the Company accepts a significant insurance risk for another party, agreeing to compensate the insured in the case of a specific, uncertain, future occurrence affecting the insured is classified as an insurance contract.

A contract written by the Company in which the transferred insurance risk is insignificant, but the transferred financial risk of which includes discretionary profit sharing, is considered to be an investment contract and recognised and measured according to accounting policies applicable to insurance contracts.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Um contrato emitido pela Companhia cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido inclui participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efectuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor actual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas directamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respectivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

b) Provisões técnicas

PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária e são calculadas com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

PROVISÃO PARA SINISTROS

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. A provisão para sinistros não é descontada.

PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS ATRIBUÍDA

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR (SHADOW ACCOUNTING)

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”), os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

TESTE DE ADEQUAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES

À data do balanço, a Lusitania Vida procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

A contract written by the Company that transfers only the financial risk, without discretionary profit sharing, is recorded as a financial instrument.

RECOGNITION AND MEASUREMENT

Life insurance policy premiums and investment contracts with discretionary profit sharing that are considered long term contracts, are recognised as gains when due by policyholders. Benefits and other costs are recognised at the same time as gains throughout the life span of contracts. This accruals concept is applied by setting up provisions/liabilities for insurance contracts and investment contracts with discretionary profit sharing.

Liabilities correspond to the current value of future payable benefits, net of administrative costs directly associated with contracts, less theoretical premiums that would be necessary to meet established benefits and respective costs. Liabilities are determined based on mortality assumptions, or management or investment costs on the date of assessment.

In the case of contracts for which the payment period is significantly shorter than the benefit period, premiums are deferred and recognised proportionally to the length of the period in which the risk is covered.

b) Technical provisions

MATHEMATICAL PROVISION FOR THE LIFE SECTOR

The objective of mathematical provisions for the Life sector is to record the current value of the Company's future liabilities for insurance contracts and investment contracts with discretionary profit-sharing and are estimated based on actuarial methods recognised in the terms of applicable legislation in force.

CLAIMS PROVISION

The claims provision reflects all liabilities for claims costs yet to be paid by the Company, the estimated liability for claims not yet recorded (IBNR) and direct and indirect costs associated with their settlement at the close of the financial year. The provision for claims reported and not reported is estimated by the Company based on past experience, available information and by applying statistical methods. The claims provision is not discounted.

PROVISION FOR PROFIT SHARING

The provision for profit sharing corresponds to amounts attributed to the insured or to the beneficiaries of insurance and investment contracts, in the form of a share in profits that have not been distributed or incorporated in the mathematical provision for the life sector.

SHADOW ACCOUNTING

As laid down in the Accounting Plan for Insurance Companies ("PCES 07"), unrealised gains or losses on financial assets allocated to liabilities for insurance and investment contracts with a share in participating business, are attributed to policyholders, based on the expectation that they will participate in these unrealised gains and losses when they are realised as laid down in applicable contractual and regulatory conditions, through the recognition of a liability.

LIABILITY ADEQUACY TEST

On the close of the balance sheet, Lusitania Vida tests liability adequacy for insurance and investment contracts with a discretionary share in participating business. Liability adequacy is assessed based on the future cash flow forecasts for each contract, net of the market interest rate without risk. This test is done product by product, or accrued when the risks of products are similar or generated jointly. If any deficiency is determined, it is recorded in the Company's profit and loss.

c) Reinsurance

Reinsurance contracts are revised to determine whether the respective contractual provisions assume the transfer of a significant insurance risk. Reinsurance contracts that do not assume the transfer of a significant insurance risk are

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos fluxos de caixa futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, quando determinada, é registada nos resultados da Companhia.

c) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A Lusitania Vida aceita e/ou cede negócio no decurso da sua actividade normal. Os valores a receber relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber de Companhias de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço pelo seu valor líquido, excepto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais as empresas sobre as quais a Lusitania Vida exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As filiais são mensuradas ao custo de aquisição, sujeitas a teste de imparidade.

e) Instrumentos financeiros

CLASSIFICAÇÃO

A Companhia classifica os seus activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados - Correspondem aos activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.
- Activos financeiros disponíveis para venda - Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.
- Activos financeiros a deter até à maturidade - Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de activos financeiros. Os activos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

recorded using the deposit method and entered under the loans heading as financial assets or liabilities related to the reinsurance business. Amounts received or paid under these contracts are recorded as deposits using the effective interest rate method.

Lusitania Vida receives and/or cedes business in the course of its normal activity. Amounts received from reinsurance business, include balances to be received from insurance and reinsurance companies related to outward liabilities. Amounts redeemable or payable from/to reinsurers are calculated according to the contractual provisions established in reinsurance contracts.

Amounts related to reinsurance are shown on the balance sheet at their net value, unless there is a legal possibility of the amounts recognised being compensated and there is an intention to pay them off for their net value or realise the asset and pay off the liability at the same time.

d) Investments in affiliates, associates and joint undertakings

The companies over which Lusitania Vida exercises control are classified as affiliates, which is normally the assumption when the Company has majority voting power. There may also be control when the Company has the direct or indirect authority to manage the financial and operational policy of a specific company in order to benefit from its business, even when the percentage holding in its equity is below 50%.

Affiliates are measured at acquisition cost, subject to the impairment test.

e) Financial instruments

CLASSIFICATION

The Company classifies its financial assets at the time of acquisition, taking into consideration the intention underlying them, according to the following categories:

- Financial assets at fair value through profit and loss - These are financial assets classified as such at the time of their initial recognition at fair value with variations recognised in profit and loss.
- Financial assets available for sale - These are non-derivative assets that: (i) Lusitania Vida intends to hold for an unspecified time, (ii) are recognised as available for sale at the time of their initial recognition, or (iii) do not belong in the other categories.
- Loans made and outstanding accounts - This category includes amounts receivable related to direct insurance operations, outward reinsurance and trading in insurance contracts and other trading.
- Financial assets held until maturity - Non-derivative financial assets are recognised in this category, with payments fixed or subject to determination and fixed maturity, which the Company has the intention and capacity to retain until maturity and that have not been assigned to any other category of financial asset. Financial assets to be held to maturity are recognised at their fair value at the time of initial recognition and measured subsequently at amortised cost. The interest is calculated using the effective interest method.

Any reclassification or sale of financial assets recognised in this category not realised close to maturity, obliges the Company to fully reclassify this portfolio of financial assets available for sale and the Company will not be able for two years to classify any financial asset in this category.

RECOGNITION, INITIAL MEASUREMENT AND DE-RECOGNITION

Acquisitions and sell-offs: (i) financial assets at fair value through profit and loss, (ii) financial assets available for sale, (iii) loans granted and accounts receivable and (iv) financial assets to be held to maturity, are recognised on the trade date, that is, on the date on which the Company undertakes to acquire or sell-off the asset.

Financial assets are recognised initially at fair value plus trading costs, except in cases of financial assets at fair value through profit and loss, in which case trading costs are recognised directly in profit and loss.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO INICIAL E DESRECONHECIMENTO

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda, (iii) empréstimos concedidos e contas a receber e (iv) activos financeiros a deter até à maturidade, são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber e activos financeiros a deter até à maturidade, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

RECLASSIFICAÇÃO ENTRE CATEGORIAS

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de Activos financeiros ao justo valor através de resultados/negociação para as carteiras de Activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos concedidos e contas a receber ou para Activos financeiros detidos até à maturidade, desde que sejam cumpridos os requisitos definidos na norma, nomeadamente:

- se um activo financeiro, na data da reclassificação apresenta características de um instrumento de dívida para o qual não existe mercado activo; ou
- quando exista algum evento não comum ou altamente improvável que ocorra no curto prazo, significando que o evento pode ser classificado como uma circunstância rara.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

These assets are de-recognised when the Company's contractual rights expire on receiving their cash flows or the Company has transferred substantially all the risks and benefits associated with the holding.

SUBSEQUENT MEASUREMENT

After initial recognition, financial assets at fair value recognised under profit and loss are valued at fair value, and their variations recognised under profit and loss.

Financial assets available for sale are also recorded at fair value and the respective variations recognised in reserves, until the assets are derecognised, that is, identified as a loss due to impairment, when the accrued value of potential profit and loss recorded under reserves is transferred to the profit and loss statement. Exchange differences associated with these assets are also recognised in reserves, in the case of shares, and in profit and loss, in the case of debt instruments. Interest, estimated at the effective interest rate, and dividends are also recognised in the profit and loss statement.

The fair value of listed financial assets is their "bid-price". Should there be no listing, the Company estimates the fair value using (i) valuation methods, such as the use of recent trading prices that are similar and applied in market conditions, discounted cash flow techniques and valuation models for restricted options so as to reflect the specific characteristics and circumstances of the instrument, and (ii) valuation assumptions based on market information.

Loans granted, receivables and financial assets held to maturity are valued later at amortized cost, based on the effective interest method.

Financial instruments for which fair value cannot be measured reliably are recorded at cost.

RECLASSIFICATION BETWEEN CATEGORIES

In October 2008, the IASB issued revised regulation IAS 39 – Reclassification of financial instruments (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures). This change allows an entity to transfer financial assets at fair value through profit and loss / trading to portfolios of financial assets available for sale, loans made and receivables or to financial assets held until maturity, providing the requirements defined in the standard are met, namely:

- if a financial asset, on the date of reclassification, has the characteristics of a debt instrument for which there is no asset market; or*
- when there is some unforeseeable, or highly unlikely, event occurring in the short term, meaning that the event can be classified as a rare circumstance.*

In 2011, the Company adopted this possibility for a group of financial assets, as explained in note 23.

Transfers of financial assets recognised in the category of assets available for sale, for loans granted and receivables represented by securities and for investments held to maturity are permitted, in certain circumstances. Transfers to and from financial assets and liabilities at fair value through profit and loss, at the decision of the entity, are prohibited.

IMPAIRMENT

Lusitania Vida regularly checks for objective evidence of financial assets, or groups of financial assets, showing signs of impairment. For financial assets that show signs of impairment, the respective redeemable value is determined, losses due to impairment being recorded accordingly under the profit and loss statement.

A financial asset, or group of financial assets, is an impaired asset whenever there is objective evidence of impairment resulting from one or more events occurring after its initial recognition, such as: (i) for listed capital instruments, there is continued devaluation or devaluation of a significant value in their listing, and (ii) for debt securities, when this event (or events) impacts on the estimated values of the future cash flows of the financial asset, or group of financial assets, that can be estimated reasonably.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2011, a Companhia adoptou esta possibilidade para um grupo de activos financeiros, tal como divulgado na nota 23.

Transferências de activos financeiros reconhecidos na categoria de activos disponíveis para venda para empréstimos concedidos e contas a receber representados por títulos e para investimentos a deter até à maturidade são permitidos, em determinadas circunstâncias. Transferências de e para activos financeiros e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, por decisão da entidade, são proibidas.

IMPARIDADE

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresente sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A Companhia considera que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objectiva de:

(i) para os títulos de rendimento variável cotados, uma desvalorização continuada relativamente ao respectivo valor de aquisição, durante pelo menos 12 meses, ou uma desvalorização significativa relativamente ao respectivo valor de aquisição de pelo menos 30%. A imparidade é reforçada sempre que a perda potencial em reservas aumente, não podendo ser revertida;

(ii) para os títulos de rendimento fixo, existência de eventos de crédito ou de um *downgrade* acentuado do *rating* das obrigações. Se num período subsequente o montante da perda potencial diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, sempre que o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade;

(iii) para títulos não cotados, existência de um evento, ou eventos, com impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, que corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

No que respeita aos activos a deter até à maturidade as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando o valor actual, calculado com base na taxa de juro inicial é inferior ao valor de balanço.

f) Outros activos financeiros - derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (trade date), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

The Company considers that a financial asset or group of financial assets, is impaired whenever, after its initial recognition, there is objective evidence of:

(i) for listed fluctuating income securities, continued devaluation compared to cost for at least 12 months, or a significant devaluation of at least 30% of the respective cost price. Impairment is reinforced whenever the potential loss of reserves increases, and cannot be reverted;

(ii) for fixed income securities, credit events or a sharp downgrade in bond rating. If in a subsequent period the amount of the potential loss falls, the impairment loss previously recognised is reverted by off-setting in profit and loss for the year until the cost price has been replaced, whenever the increase is objectively related to an event that occurred after recognition of the impairment loss;

(iii) for non-listed securities, an event, or events, that has an effect on the estimated future cash flows of the financial asset, or group of financial assets, that may be estimated reasonably.

When there is evidence of impairment in financial assets available for sale, the potential accrued loss in reserves, less any loss in impairment in the asset previously recognised in profit and loss, is transferred to the profit and loss statement. If in a subsequent period the amount of the impairment loss decreases, the loss due to impairment previously recognised is reverted by off-setting in profit and loss for the year until the acquisition cost is replaced if the increase was objectively related to an event that occurred after recognition of the loss due to impairment, except in the case of shares or other capital instruments, in which case the reversal of impairment is recognised in reserves.

In the case of assets held to maturity, losses due to impairment are recognised in profit and loss when the current value, calculated based on the initial interest rate, is lower than the book value.

f) Other financial assets - derivatives

Financial derivative instruments are recognised on their trade date at fair value. Subsequently, the fair value of such derivatives is re-valued on a regular basis, the resulting profit or loss being recorded directly in profit and loss for the year.

The fair value of derivative instruments is their market value, when available, or it is determined based on valuation techniques including discounted cash flow models and put option assessment models, as appropriate. Where the fair value of derivative instruments cannot be measured reliably they are recorded at acquisition cost.

BUILT-IN DERIVATIVES

Derivatives built into other financial instruments are dealt with separately when their economic characteristics and their risks are not related to the principal instrument, and the principal instrument is not entered at its fair value through profit and loss. These built-in derivatives are recorded at fair value with variations recognised in profit and loss.

g) Financial liabilities

An instrument is classified as a financial liability when there is a contractual obligation to liquidate it by delivering cash or another financial asset, regardless of its legal form.

Financial liabilities include investment contract liabilities and amounts due to policyholders. These financial liabilities are recorded (i) initially (at their fair value less trading costs incurred and (ii) subsequently at the amortised cost, based on the effective interest method.

h) Financial instrument compensation

Financial assets and liabilities are shown on the balance sheet at their net value when there is the legal possibility of compensating amounts recognised and there is an intention to pay them off for their net value or to realise the asset and pay off the liability at the same time.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados, corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

DERIVADOS EMBUTIDOS

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

g) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento e valores a pagar a tomadores de seguro. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

h) Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euro à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

j) Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

Número de anos	Instalações: 10	Máquinas e aparelhos: 4 a 10	Viaturas: 4	Mobiliário e equipamento: 3 a 10
----------------	-----------------	------------------------------	-------------	----------------------------------

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

i) Trading in foreign currency

Trading in foreign currency is converted at the exchange rate in force on the date on which trading occurs. Cash assets and liabilities expressed in foreign currency are converted to euros at the exchange rate in force on the date of the balance sheet. Exchange differences resulting from this conversion are recognised in profit and loss, except when classified as cover for cash flow or cover for a net investment, in which case resulting exchange differences are recognised in reserves.

Non-cash assets and liabilities recorded at historical cost, expressed in foreign currency, are converted at the exchange rate on the date of trading. Non-cash assets and liabilities expressed in foreign currency recorded at fair value are converted at the exchange rate on the date on which fair value was determined.

j) Tangible assets

The Company's tangible assets are valued at cost less the respective accrued depreciation and losses due to impairment.

The subsequent cost of tangible assets is only recognised if it is likely that it will give rise to future economic benefits for the Company. All maintenance and repair costs are recognised as expenditure, using the straight-line method.

Depreciation of tangible assets is calculated using the linear method throughout the expected working life span, as follows:

Number of years	Installations: 10	Machinery & apparatus: 4 to 10	Vehicles: 4	Fixtures and furnishing: 3 to 10
-----------------	-------------------	--------------------------------	-------------	----------------------------------

The expected working life span of goods is revised at the close of each balance sheet and adjusted, if required, in agreement with the consumption standard expected of future economic benefits likely to be obtained from the continued use of the asset.

When there is a sign that an asset may be impaired, IAS 36 demands that its redeemable value be estimated, and an impairment loss must always be recognised whenever the net value of an asset exceeds its redeemable value. Losses due to impairment are recognised under profit and loss.

The redeemable value is determined as the highest between its fair value less the sales cost and its use value, and this is estimated based on the current value of future estimated cash flows expected to be obtained from the continued use of the asset and its sell-off at the end of its working life.

k) Intangible assets

Costs incurred with the purchase, production and development of software are capitalised, as are the additional costs required for the Company to implement them. These costs are depreciated using the linear method throughout the expected working life span of these assets, which does not normally exceed 3 - 5 years.

Costs directly related to the development of information system applications by the Company, and which are expected to generate future economic benefits beyond one financial year, are recognised and recorded as intangible assets. These costs include personnel costs when Company staff are directly allocated to these project. These costs are amortized using the linear method throughout the expected working life of these assets, which does not normally exceed 5 years.

All other overheads related with information systems services are recognised as costs when incurred.

l) Investment property and property for the Company's own use

The Company classifies its property as investment property, and as land and buildings for the Company's own use.

LAND AND BUILDINGS FOR THE COMPANY'S OWN USE

Land and buildings for the Company's own use are valued at cost, less the respective accrued depreciation and any losses due to impairment.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

k) Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados da Companhia enquanto estiverem directamente afectos aos projectos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede normalmente os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

l) Propriedades de investimento e imóveis de uso próprio

A Companhia classifica os seus imóveis como propriedades de investimento e terrenos e edifícios de uso próprio.

TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO

Os Terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao custo, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas segundo o método linear, até ao seu valor residual no final da sua vida estimada.

Quando existe indicação de que uma propriedade de investimento possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de uma propriedade de investimento exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia em montante superior ao valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento.

TERRENOS E EDIFÍCIOS DE RENDIMENTO

Os Terrenos e edifícios de rendimento encontram-se valorizados ao justo valor, sendo este determinado por avaliação anual.

Todos Terrenos e edifícios classificados como de rendimento estão arrendados a terceiros, resultando daí uma compensação financeira pela ocupação do seu espaço.

Os Terrenos e edifícios de rendimento são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados e, subsequentemente, ao seu justo valor. Variações de justo valor

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

Depreciation is calculated using the linear method up to residual value at the end of the property's estimated working life.

When there is a sign that an investment property may be impaired, IAS 36 demands that its redeemable value be estimated and a loss due to impairment must always be recognised whenever the net value of an investment property exceeds its redeemable value. Losses due to impairment are recognised in profit and loss.

Redeemable value is determined as the highest between fair value net of sales costs and utility value, calculated based on the current value estimated future cash flows likely to be obtained from the continued use of the investment property and its sell-off at the end of its working life.

Subsequent costs on investment properties are recognised only if it is likely that they will result in future economic benefits for the Company for an amount higher than the current value of the future estimated cash flows expected to be obtained from the continued use of the investment property.

INCOME-EARNING PROPERTY

Income-earning property is valued at fair value determined by annual evaluation.

All land and buildings classified as income-earning are rented to third parties, resulting in financial compensation for the occupation of their space.

Income-earning property is recognised initially at cost, including directly related trading costs and, subsequently, at their fair value. Differences in fair value determined on the close of the balance sheet are recognised in profit and loss. Income-earning property is not depreciated.

Subsequent costs incurred with investment properties are recognised only if it is likely that they will result in future economic benefit for the Company, for an amount higher than the current value of the future estimated cash flows expected to be obtained from the continued use of the investment property.

The valuation of investment properties classified as income-earning property is done by weighting the results of the following methods:

- a) Comparative method*
- b) Income-earning method*

The comparative method is used when income-earning property is void. Should the property be rented, revaluation is determined by weighting the results of the two methods referred to above.

m) Leasing

Lusitania Vida classifies leasing operations as financial or operational leasing, depending on substance and not on legal form, complying with the criteria defined in IAS 17 - Leasing. Operations are classified as financial leasing when the risks and benefits inherent in ownership of an asset are transferred to the lessee. All other leasing operations are classified as operational leasing.

OPERATIONAL LEASING

Payments made by the Company in the light of operational leasing contracts are recorded under profit and loss for the period to which they refer.

FINANCIAL LEASING - AS LESSEE

Financial leasing contracts are recorded on the start date of the contract, under assets and liabilities, at the purchase price of the item leased, which is the current value of the leasing instalments due. The instalments are composed of: (i) the financial cost which is debited in profit and loss, and (ii) the financial depreciation of the capital deducted in

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. Os Terrenos e edifícios de rendimento não são depreciados.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia em montante superior ao valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento.

A valorização das propriedades de investimento classificadas como Terrenos e edifícios de rendimento é efectuada pela ponderação dos resultados dos seguintes métodos:

a) Método comparativo;

b) Método do rendimento;

O método comparativo é utilizado no caso dos Terrenos e edifícios de rendimento se encontrarem devolutos. Se arrendados, a reavaliação dos Terrenos e edifícios de rendimento é determinada pela ponderação dos resultados dos dois métodos referidos.

m) **Loações**

A Lusitania Vida classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 - Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

LOCAÇÕES FINANCEIRAS - COMO LOCATÁRIO

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

n) **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

o) **Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de relato e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

liabilities. Financial costs are recognised as costs throughout the leasing period, in order to produce a constant regular interest rate on the remaining balance of the liability in each period.

n) Cash and cash equivalents

Cash and its equivalents incorporate the values recorded in the balance sheet with maturity less than three months counting from the date of the balance sheet, where cash and deposits in lending banks are included.

o) Provisions

Provisions are recognised when (i) the Company has a liability (legal or arising from past practices or policies published that imply recognising certain liabilities), (ii) it is likely that its payment will be demanded and (iii) when a reliable estimate can be made of this liability.

Provisions are revised at the close of every report and adjusted to reflect the best estimate, and then reverted to profit and loss in proportion to payments that are not likely.

Provisions are derecognised through their use, for the liabilities for which they were initially set up.

p) Recognition of interest and dividends

Profit and loss referring to interest on financial instruments are recognised under the headings “interest and similar gains” or “interest and similar costs”, using the effective interest method.

The effective interest rate is the rate that precisely discounts estimated payments or future receipts during the expected life span of the financial instrument or, when appropriate, a shorter period, for the net current value of the balance of the financial asset or liability.

To calculate the effective interest rate, future cash flows are estimated taking into consideration all the contractual terms of the financial instrument (for example, advance payment options), although not taking into consideration future eventual credit losses. The calculation includes commissions that are an integral part of the effective interest rate, transaction costs and all premiums and discounts directly related to the transaction.

In the case of financial assets or groups of similar financial assets for which losses due to impairment were recognised, interest recorded in profits is determined based on the interest rate used to measure impairment loss.

Income from capital instruments (dividends) are recognised when received.

q) Recognition of income from services and commissions

Income from services and commissions are recognised in the following way:

- Income from services and commissions obtained as services are provided and recognised in profit and loss in the period to which they refer;
- Income from services and commissions that are an integral part of the effective interest rate of a financial instrument are recorded in profit and loss using the effective interest method.

r) Benefits to employees

POST-EMPLOYMENT BENEFITS

Defined Benefit scheme

In 1988 the Company assumed the commitment for providing retirement and invalidity pensions to all its workers according to the terms of pensions scheme established in the Collective Labour Agreement for the insurance sector. This pensions scheme is a defined benefit scheme.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

p) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

q) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

r) Benefícios concedidos aos empregados

BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Plano de benefício definido

A Companhia assumiu em 1988 o compromisso de conceder pensões de reforma e invalidez a todos os seus trabalhadores nos termos do plano de pensões estabelecido no CCT para o sector segurador. Este plano de pensões correspondia a um plano de benefícios definidos.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi assinado um novo contrato colectivo de trabalho (novo CCT) entre a Associação Portuguesa de Seguradores (APS) e dois sindicatos representativos da classe profissional. Este novo CCT foi posteriormente publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 2, de 15 de Janeiro de 2012 e tem efeitos a 1 de Janeiro de 2012.

O novo CCT veio, entre outros aspectos, alterar o plano de benefícios de reforma do anterior CCT, passando o mesmo para um plano de contribuição definida, aplicável a todos os trabalhadores no activo.

Em resultado desta alteração, o plano de benefícios definidos foi liquidado e o saldo das responsabilidades integralmente financiadas a 31 de Dezembro de 2011 foi transferido, em 2012, para um plano de contribuição única financiado pelo fundo de pensões existente.

Os custos de serviço corrente e o custo dos juros do plano, deduzidos do retorno esperado dos activos do plano, são registados por contrapartida de resultados.

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

On 23 December 2011, a new collective labour agreement was signed (new CLA) between the Associação Portuguesa de Seguradores (APS) and two unions representing the professional class. This new CLA was later published in the Boletim do Trabalho e Emprego n.º 2, of 15 January 2012 and took effect on 1 January 2012.

The new CLA changed, among other things, the retirement benefits scheme of the previous CLA, and became a defined contribution scheme, applicable to all working employees.

As a result of this change, the defined benefits scheme was liquidated and the balance of liabilities fully funded as at 31 December 2011 was transferred, in 2012, to a single contribution scheme funded by the existing pensions fund.

Current service costs and the interest cost of the scheme, less the expected return on the assets of the scheme, are recorded under profit and loss.

The Company's liability for the defined benefit pensions scheme and other benefits is calculated separately for each scheme by estimating the amount of future benefits that each employee should receive in exchange for services in the current period and in past periods.

Liabilities for retirement pensions were calculated, at the close of accounts, based on the Projected Unit Credit Method. The discount rate used in this calculation was determined based on market rates associated with the liabilities of companies with a high rating, in the currency in which the benefits will be paid and with a maturity similar to the closing date of pensions fund obligations, in the terms of IAS 19.

Costs resulting from early retirements are recorded in profit and loss in the financial year in which the early retirements are approved and published.

Actuarial gains and losses for the year are recognised in reserves for the year in which they occur.

Defined contribution scheme

In the case of defined contribution schemes, contributions for Company employees are recognised as a cost for the financial year.

As at 31 December 2012, the Company had a defined contribution scheme for all employees working on 31 December 2011, corresponding to the single contribution for the amount of liabilities for past services in the defined benefit scheme paid on this date.

As from 2012, the Company has made annual contributions of 3.25% of the salary of each working employee to an individual pension plan (IPP).

OTHER LONG TERM BENEFITS

The long-service bonus is determined using the same method and assumptions for post-employment benefits.

Actuarial deviations determined are recorded in profit and loss when they occur.

OTHER SHORT TERM BENEFITS

The Company grants medical care benefits to working employees through a health insurance policy that guarantees, at least, the risks established in the collective labour agreement. It also grants a life insurance to all its employees, guaranteed in a policy in the terms of the collective labour agreement.

s) Tax on profits

Tax on profits covers current and deferred taxation. Tax on profits is recognised in profit and loss, except when it is related to items that are recognised directly under equity, in which case it is also recorded under equity profit and loss. Tax recognised under equity arising from the revaluation of financial assets available for sale is later recognised in profit and loss at the time when the gains and losses that gave rise to it are recognised in profit and loss.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As responsabilidades com pensões de reforma foram calculadas, na data de fecho de contas, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do fundo de pensões, nos termos da IAS 19.

Os custos resultantes de reformas antecipadas são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

Os ganhos e perdas actuariais do exercício são reconhecidos por contrapartida de reservas no exercício em que ocorrem.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as contribuições relativas aos trabalhadores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2012, a Companhia tem um plano de contribuição definida para todos os trabalhadores no activo em 31 de Dezembro de 2011, correspondente à contribuição única relativa ao valor das responsabilidades por serviços passados do plano de benefício definido liquidado nessa data.

A partir de 2012, a Companhia efectua contribuições anuais iguais a 3,25% da remuneração de cada trabalhador no activo para um plano individual de reforma (PIR).

OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios actuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

OUTROS BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO

A Companhia concede um benefício de assistência médica aos colaboradores no activo através de uma apólice de seguro de saúde que garante, no mínimo, os riscos estabelecidos no CCT. Concede também um seguro de vida a todos os seus trabalhadores, garantido através de uma apólice nos termos do CCT.

s) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

Current taxation is that estimated based on taxable profit calculated according to tax rules in force and using the tax rate approved, or substantially approved, in every jurisdiction.

Deferred taxation is calculated according to the liability method based on the statement of financial position, on temporary differences between the book value of assets and liabilities and their fiscal base, using tax rates approved, or substantially approved, on the date of the statement of financial position in every jurisdiction, and which should be applied when temporary differences revert.

Deferred tax liability is recognised for all temporary differences. Deferred tax asset is recognised only to the extent to which future taxable profits are likely to absorb deductible temporary differences (including tax losses that can be recorded).

t) Profit and loss per share

Profit and loss per share is calculated dividing the net profit for distribution to the Company's shareholders by the average weighted number of ordinary shares issued.

u) Operational segments

An operational segment is a group of assets and operations that are subject to specific risks and benefits different from other operational segments.

A geographic segment is a group of assets and operations located in a specific economic environment that is subject to risks and gains that are different from other segments that operate in other economic environments.

Lusitania Vida is structured according to the following business areas:

- Insurance contracts
- Investment contracts

The Company's business is located only in Portugal.

3. PRINCIPAL ACCOUNTING ESTIMATES AND RELEVANT DECISIONS USED IN PREPARING THE FINANCIAL STATEMENTS

IFRS lay down a series of accounting procedures and require the Board of Directors to use judgement and make the required estimates to be able to decide on the most appropriate procedures. The principal accounting estimates and decisions used by the Company in applying accounting principles are discussed below to make it easier to understand how their application affects the Company's results. A more detailed description of the principal accounting policies used by the Company is presented in Note 2 to the financial statements.

Considering that in many situations there are alternatives to the way in which the accounting policies adopted by the Board of Directors are handled, the results reported by the Company may differ depending on which method was used. The Board of Directors considers that the selections made are appropriate and that the financial statements are an adequate presentation of the Company's financial position and the profit and loss from its operations in all materially relevant aspects.

The results of alternatives examined later are shown only to help the reader understand the financial statements and they in no way imply that other alternatives or estimates may be more appropriate.

Technical provisions

Technical provisions, including claims provisions, correspond to liabilities arising from contracts. Technical provisions relative to traditional life products were determined based on several assumptions such as mortality, longevity and interest rate, applicable to each insurance cover. The assumptions used were based on the Company's past experience and on the market. These assumptions may be revised if future experience should prove they are inappropriate.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

t) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

u) Segmentos operacionais

Um segmento operacional é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Lusitania Vida encontra-se estruturada de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Contratos de seguro
- Contratos de investimento

As actividades da Companhia localizam-se apenas em Portugal.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E JULGAMENTOS RELEVANTES UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Provisões técnicas

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado no futuro que a experiência passada venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão matemática de contratos vida, (2) provisão para participação nos resultados atribuída, (3) teste de adequação das responsabilidades, (4) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respectivas, e (5) provisão para participação nos resultados a atribuir.

Quando existem sinistros de pessoas seguras, qualquer montante pago, ou que se estima vir a ser pago pela Companhia, é reconhecido como perda em resultados.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

Technical provisions arising from insurance contracts include (1) a mathematical provision for life contracts, (2) a provision for profit sharing in profits attributed, (3) liability adequacy test, (4) provision for claims filed and not filed including respective settlement costs and (5) a provision for profit sharing yet to be attributed.

When insured persons make claims, any amount paid, or any estimated payment made by the Company, is recognised under losses.

Claims provisions are the insured values of occurrences verified but not yet paid.

Adjustments may be made to the amount of provisions arising from costs and judicial and/or litigation charges.

Fair value of financial assets

Fair value is based on the market listed price, when available, and when not available it is determined based on the use of recent trading prices, that are similar and practised in market conditions or based on evaluation methods that, in turn, are based on discounted future cash flow techniques taking into consideration market conditions, time effect, the profits curve and volatility factors. These methods may require assumptions or decisions to be used in estimating fair value.

As a result, using different methods or assumptions in applying a specific model may result in financial results different to those reported.

Impairment of financial assets available for sale

The Company determines that impairment exists in its assets available for sale when there is a continued or significant devaluation in their fair value. Determining a continued or significant devaluation requires judgement. In accordance with Company policies, 30% of devaluation in the fair value of a capital instrument is considered a significant devaluation and a period of 1 year is assumed as a continued devaluation of fair value to below acquisition cost, for capital instruments and events that alter estimated future cash flows for debt securities.

In addition, evaluations are obtained using market prices or evaluation models that require the use of specific assumptions or a decision on establishing fair value estimates.

Alternative methods and the use of different assumptions and estimates may result in a different level of losses due to recognised impairment, with a consequent impact on the Company's profits.

Fair value of investment properties - Income-earning property

Investment properties classified as income-earning properties are recognised initially at acquisition cost, including directly related trading costs and, subsequently, at their fair value.

These investment properties are valued using a weighting adjusted to each case of values resulting from applying the following two methods:

- a) Comparative method
- b) Income method.

Changes to the assumptions considered in each of the valuation methods may have a significant impact on the values determined.

Tax on profits

Certain interpretations and determinations are required to determine tax on profits. Other interpretations and estimates may result in a different sum for current and deferred tax on profits, recognised in the year.

Pursuant to legislation in force, the tax authorities may revise the calculation of taxable income made by the Company within a period of 4 to 6 years, should tax losses be found. Consequently, corrections may be made to taxable income,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As provisões para sinistros representam os valores seguros das ocorrências verificadas e ainda não liquidadas. Poderão verificar-se ajustamentos no valor das provisões decorrentes de gastos imputados e de despesas judiciais e/ou de contencioso.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e, na ausência de cotação, é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou, com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os fluxos de caixa futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Justo valor de propriedades de investimento - Terrenos e edifícios de rendimento

As propriedades de investimento classificadas como Terrenos e edifícios de rendimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados e, subsequentemente, ao seu justo valor.

A valorização destas propriedades de investimento faz-se mediante a consideração da ponderação ajustada a cada caso dos valores resultantes da aplicação dos seguintes dois métodos:

- a) Método comparativo;
- b) Método do rendimento.

Alterações aos pressupostos considerados em cada um dos métodos de avaliação podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de 4 anos ou 6 anos, no caso de serem apurados prejuízos fiscais. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

resulting mainly from differences in the interpretation of tax legislation. However, the Board of Directors is reasonably sure that there will be no significant corrections made to tax on profit recorded in the financial statements.

4. OPERATIONAL SEGMENTS

SEGMENT OF INSURANCE CONTRACTS

(Euro)

	2012	2011
Gross premiums earned	32,822,062	30,226,671
Outward reinsurance premiums	(9,395,220)	(9,858,427)
Net reinsurance premiums	23,426,841	20,368,243
Returns on investments	6,398,472	6,536,364
Claims costs net of reinsurance	34,470,047	29,614,571
Net running costs and expenditure	2,414,906	3,355,945
Technical result	(1,284,360)	2,220,828
Assets allocated to represent technical provisions	176,451,975	173,675,605
Technical provisions	172,375,647	170,942,097

SEGMENT OF INVESTMENT CONTRACTS

(Euro)

	2012	2011
Commissions received	1,267,079	1,595,413
Returns on investments	10,055,132	3,995,964
Gross running costs	2,078,189	2,477,641
Technical results	9,244,022	3,113,737
Assets allocated to represent financial liabilities	263,849,121	279,507,212
Financial liabilities	244,757,594	267,974,977

5. PREMIUMS EARNED NET OF REINSURANCE

Premiums earned net of reinsurance are broken down as follows:

(Euro)

	2012	2011
Insurance contracts	16,980,086	17,255,366
Investment contracts with discretionary profit sharing	15,841,975	12,971,305
GROSS PREMIUMS EARNED	32,822,061	30,226,671
Insurance contracts	(9,395,220)	(9,858,427)
OUTWARD REINSURANCE PREMIUMS	(9,395,220)	(9,858,427)
	23,426,841	20,368,243

Gross premiums earned include contract premiums with a significant insurance risk and contracts with no significant insurance risk but with discretionary profit sharing.

(Euro)

	2012	2011
GROSS PREMIUMS EARNED FROM DIRECT INSURANCE	32,822,061	30,226,671
Relative to individual contracts	11,858,278	13,321,345
Relative to group contracts	20,963,783	16,905,326
Regular	18,018,304	17,926,953
Non-regular	14,803,757	12,299,718
Non-profit sharing contracts	16,980,086	17,255,366
Profit-sharing contracts	15,841,975	12,971,305
REINSURANCE BALANCE	(1,487,304)	(1,248,353)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. SEGMENTOS OPERACIONAIS

SEGMENTO DE CONTRATOS DE SEGURO

(Euro)

	2012	2011
Prémios brutos emitidos	32.822.062	30.226.671
Prémios de resseguro cedido	(9.395.220)	(9.858.427)
Prémios líquidos de resseguro	23.426.841	20.368.243
Resultado dos investimentos	6.398.472	6.536.364
Custos com sinistros líquidos de resseguro	34.470.047	29.614.571
Custos e gastos de exploração líquidos	2.414.906	3.355.945
Resultado técnico	(1.284.360)	2.220.828
Activos afectos à representação das provisões técnicas	176.451.975	173.675.605
Provisões técnicas	172.375.647	170.942.097

SEGMENTO DE CONTRATOS DE INVESTIMENTO

(Euro)

	2012	2011
Comissões recebidas	1.267.079	1.595.413
Resultado dos Investimentos	10.055.132	3.995.964
Custos de exploração brutos	2.078.189	2.477.641
Resultado técnico	9.244.022	3.113.737
Activos afectos à representação dos passivos financeiros	263.849.121	279.507.212
Passivos financeiros	244.757.594	267.974.977

5. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro são decompostos como segue:

(Euro)

	2012	2011
Contratos de seguro	16.980.086	17.255.366
Contratos de investimento com participação nos resultados discricionária	15.841.975	12.971.305
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	32.822.061	30.226.671
Contratos de seguro	(9.395.220)	(9.858.427)
PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO	(9.395.220)	(9.858.427)
	23.426.841	20.368.243

Os prémios brutos emitidos incluem prémios de contratos com risco de seguro significativo e de contratos sem risco de seguro significativo mas com participação nos resultados discricionária.

(Euro)

	2012	2011
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS DE SEGURO DIRECTO	32.822.061	30.226.671
Relativos a contratos individuais	11.858.278	13.321.345
Relativos a contratos de grupo	20.963.783	16.905.326
Periódicos	18.018.304	17.926.953
Não periódicos	14.803.757	12.299.718
De contratos sem participação nos resultados	16.980.086	17.255.366
De contratos com participação nos resultados	15.841.975	12.971.305
SALDO DE RESSEGURO	(1.487.304)	(1.248.353)

6. COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO OU COMO CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euro 1.267.079 (2011: Euro 1.595.413).

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

6. COMMISSIONS ON INSURANCE CONTRACTS AND OPERATIONS CONSIDERED FOR ACCOUNTING PURPOSES AS INVESTMENT CONTRACTS OR SERVICE PROVISION CONTRACTS

This heading includes commissions on insurance contracts considered for accounting purposes as investment contracts to the sum of Euro 1,267,079 (2011: Euro 1,595,413).

7. CLAIMS COSTS, NET OF REINSURANCE

Claims costs, net of reinsurance are broken down as follows:

(Euro)

	2012			2011		
	Risk Insurance	Capitalisation Insurance	Total	Risk Insurance	Capitalisation Insurance	Total
DIRECT INSURANCE	11,325,627	28,494,390	39,820,017	11,423,402	24,508,200	35,931,602
Amounts paid	9,878,463	28,459,937	38,338,400	10,842,598	24,670,169	35,512,767
Instalments	9,741,868	28,069,359	37,811,226	10,667,023	24,270,683	34,937,706
Claims management costs	136,595	390,579	527,174	175,575	399,486	575,061
Claims provision (variation)	1,447,164	34,453	1,481,617	580,804	(161,969)	418,835
OUTWARD REINSURANCE	(5,349,969)	-	(5,349,969)	(6,317,031)	-	(6,317,031)
Amounts paid	(4,819,281)	-	(4,819,281)	(6,111,257)	-	(6,111,257)
Claims provision (variation)	(530,688)	-	(530,688)	(205,774)	-	(205,774)
	5,975,658	28,494,390	34,470,047	5,106,371	24,508,200	29,614,571

8. MATHEMATICAL PROVISION AND OTHER TECHNICAL PROVISIONS, NET OF REINSURANCE

This heading is analysed as follows:

VARIATION IN MATHEMATICAL PROVISION, NET OF REINSURANCE

(Euro)

	2012			2011		
	Risk Insurance	Capitalisation Insurance	Total	Risk Insurance	Capitalisation Insurance	Total
Variation in mathematical provision	(6,641,704)	(636,478)	(7,278,182)	(8,381,823)	(916,242)	(9,298,065)
Reinsurers part	28,151	-	28,151	(3,256)	-	(3,256)
	(6,613,553)	(636,478)	(7,250,031)	(8,385,079)	(916,242)	(9,301,321)
Variation in provision with profit-sharing, net of reinsurance	1,531,153	-	1,531,153	1,069,009	-	1,069,009
	(5,082,400)	(636,478)	(5,718,878)	(7,316,070)	(916,242)	(8,232,312)

9. NET RUNNING COSTS AND EXPENDITURE

Net running costs and expenditure are analysed as follows:

(Euro)

	2012			2011		
	Insurance Contracts	Investment Contracts	Total	Insurance Contracts	Investment Contracts	Total
Acquisition costs - Brokerage remuneration	491,379	4,519,091	5,010,470	366,031	5,378,826	5,744,857
Acquisition costs charged	279,597	215,962	495,559	300,746	237,835	538,581
Deferred acquisition costs (variation)	10,566	-	10,566	14,977	-	14,977
Administrative costs - Brokerage remuneration						
Administrative costs charged	1,006,723	595,147	1,601,870	1,100,426	644,393	1,744,819
Pension fund management costs	-	-	36,800	-	-	39,998
Commission profit sharing in reinsurance results	(2,662,170)	-	(2,662,170)	(2,249,646)	-	(2,249,646)
	(873,905)	5,330,200	4,493,095	(467,466)	6,261,054	5,833,586

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7. CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro são decompostos como segue:

(Euro)

	2012			2011		
	Seguros de Risco	Seguros de Capitalização	Total	Seguros de Risco	Seguros de Capitalização	Total
SEGURO DIRECTO	11.325.627	28.494.390	39.820.017	11.423.402	24.508.200	35.931.602
Montantes pagos	9.878.463	28.459.937	38.338.400	10.842.598	24.670.169	35.512.767
Prestações	9.741.868	28.069.359	37.811.226	10.667.023	24.270.683	34.937.706
Custos de gestão de sinistros imputados	136.595	390.579	527.174	175.575	399.486	575.061
Provisão para sinistros (variação)	1.447.164	34.453	1.481.617	580.804	(161.969)	418.835
RESSEGURO CEDIDO	(5.349.969)	-	(5.349.969)	(6.317.031)	-	(6.317.031)
Montantes pagos	(4.819.281)	-	(4.819.281)	(6.111.257)	-	(6.111.257)
Provisão para sinistros (variação)	(530.688)	-	(530.688)	(205.774)	-	(205.774)
	5.975.658	28.494.390	34.470.047	5.106.371	24.508.200	29.614.571

8. PROVISÃO MATEMÁTICA E OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

VARIAÇÃO DA PROVISÃO MATEMÁTICA, LÍQUIDA DE RESSEGURO

(Euro)

	2012			2011		
	Seguros de Risco	Seguros de Capitalização	Total	Seguros de Risco	Seguros de Capitalização	Total
Varição da provisão matemática	(6.641.704)	(636.478)	(7.278.182)	(8.381.823)	(916.242)	(9.298.065)
Parte dos resseguradores	28.151	-	28.151	(3.256)	-	(3.256)
	(6.613.553)	(636.478)	(7.250.031)	(8.385.079)	(916.242)	(9.301.321)
Varição da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	1.531.153	-	1.531.153	1.069.009	-	1.069.009
	(5.082.400)	(636.478)	(5.718.878)	(7.316.070)	(916.242)	(8.232.312)

9. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

(Euro)

	2012			2011		
	Contratos de Seguro	Contratos de Investimento	Total	Contratos de Seguro	Contratos de Investimento	Total
Custos de aquisição - Remunerações de mediação	491.379	4.519.091	5.010.470	366.031	5.378.826	5.744.857
Custos de aquisição imputados	279.597	215.962	495.559	300.746	237.835	538.581
Custos de aquisição diferidos (variação)	10.566	-	10.566	14.977	-	14.977
Custos administrativos - Remunerações de mediação						
Custos administrativos imputados	1.006.723	595.147	1.601.870	1.100.426	644.393	1.744.819
Custos gestão de fundos de pensões	-	-	36.800	-	-	39.998
Comissão e participação nos resultados de resseguro	(2.662.170)	-	(2.662.170)	(2.249.646)	-	(2.249.646)
	(873.905)	5.330.200	4.493.095	(467.466)	6.261.054	5.833.586

A rubrica custos de aquisição - remunerações de mediação inclui um montante de Euro 4.503.049 (2011: Euro 5.273.150) relacionados com as remunerações pagas à Caixa Económica Montepio Geral de acordo com os termos do contrato de mediação estabelecido com a Lusitania Vida.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

The heading acquisition costs - remuneration for brokerage includes the sum of Euro 4,503,049 (2011: Euro 5,273,150) related to remuneration paid to the Caixa Económica Montepio Geral in agreement with the terms of the brokerage contract established with Lusitania Vida.

10. INCOME

The balance of this heading is analysed below:

(Euro)

	2012	2011
Cash & equivalent & call deposits	18,092	48,157
Land & buildings	688,809	682,862
Financial assets classified in initial recognition at fair value in profit & loss	20,768	54,735
Financial assets available for sale	13,795,728	14,619,070
Loans granted and outstanding accounts	595,465	1,260,643
Investments held to maturity	5,150,144	4,710,848
	20,269,005	21,376,315

11. FINANCIAL COSTS

The balance of the heading "Financial Costs - Other", to the sum of Euro 912,112 (2011: Euro 748,931), refers to operational costs charged under investments (see note 16).

12. NET GAINS FROM FINANCIAL ASSETS AND LIABILITIES NOT VALUED AT FAIR VALUE THROUGH GAINS AND LOSSES AND INVESTMENT PROPERTIES

The balance of this heading is analysed as shown below:

(Euro)

	2012			2011		
	Gains	Losses	Total	Gains	Losses	Total
Bonds and other fixed income securities	946,289	(468,820)	477,469	1,456,901	(936,180)	520,721
Shares	-	-	-	-	(310,631)	(310,631)
Other fluctuating income securities	170,899	-	170,899	-	-	-
FINANCIAL ASSETS AVAILABLE FOR SALE	1,117,188	(468,820)	648,368	1,456,901	(1,246,811)	210,090
FINANCIAL LIABILITIES VALUED AT DEPRECIATED COST	-	(2,592,997)	(2,592,997)	-	(8,336,649)	(8,336,649)
INVESTMENT PROPERTIES	-	(1,063,301)	(1,063,301)	264,811	-	264,811
	1,117,188	(4,125,118)	(3,007,930)	1,721,712	(9,583,460)	(7,861,748)

Net gains on financial liabilities valued at depreciated costs correspond to the technical fair value attributed to contracts classified as investment, with no discretionary profit sharing.

13. NET GAINS FROM FINANCIAL ASSETS AND LIABILITIES VALUED AT FAIR VALUE THROUGH GAINS AND LOSSES

The balance of this heading is analysed as shown below:

FINANCIAL ASSETS CLASSIFIED IN INITIAL RECOGNITION AT FAIR VALUE THROUGH GAINS AND LOSSES

(Euro)

	2012			2011		
	Gains	Losses	Total	Gains	Losses	Total
Bonds and other fixed income securities	663,530	(156,710)	506,820	68,108	(186,665)	(118,557)
	663,530	(156,710)	506,820	68,108	(186,665)	(118,557)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10. RENDIMENTOS

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(Euro)

	2012	2011
Caixa e equivalentes e depósitos à ordem	18.092	48.157
Terrenos e edifícios	688.809	682.862
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial	20.768	54.735
a justo valor através de ganhos e perdas		
Activos financeiros disponíveis para venda	13.795.728	14.619.070
Empréstimos concedidos e contas a receber	595.465	1.260.643
Investimentos detidos até à maturidade	5.150.144	4.710.848
	20.269.005	21.376.315

11. GASTOS FINANCEIROS

O saldo da rubrica de Gastos financeiros - Outros, no montante de Euro 912.112 (2011: Euro 748.931), refere-se aos custos operacionais imputados à função investimentos (ver nota 16).

12. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS GANHOS E PERDAS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(Euro)

	2012			2011		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	946.289	(468.820)	477.469	1.456.901	(936.180)	520.721
Acções	-	-	-	-	(310.631)	(310.631)
Outros títulos de rendimento variável	170.899	-	170.899	-	-	-
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	1.117.188	(468.820)	648.368	1.456.901	(1.246.811)	210.090
PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO CUSTO	-	(2.592.997)	(2.592.997)	-	(8.336.649)	(8.336.649)
AMORTIZADO						
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	-	(1.063.301)	(1.063.301)	264.811	-	264.811
	1.117.188	(4.125.118)	(3.007.930)	1.721.712	(9.583.460)	(7.861.748)

Os ganhos líquidos de passivos financeiros valorizados ao custo amortizado correspondem ao valor do juro técnico atribuído aos contratos classificados como de investimento, sem participação nos resultados discricionária.

13. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS GANHOS E PERDAS

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

(Euro)

	2012			2011		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	663.530	(156.710)	506.820	68.108	(186.665)	(118.557)
	663.530	(156.710)	506.820	68.108	(186.665)	(118.557)

14. PERDAS DE IMPARIDADE, LÍQUIDAS DE REVERSÃO

De acordo com a política contabilística referida na nota 2, em 2012, a Companhia reconheceu uma perda por imparidade no montante de Euro 723.719, relativa a um título de dívida emitida por uma entidade bancária

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

14. IMPAIRMENT LOSSES, NET OF REVERSION

In agreement with the accounting policy referred to in note 2, in 2012, the Company recognised a loss due to impairment amounting to Euro 723,719, relating to a debt security issued by a Spanish bank (Bancaja, Caja Valencia y Alicante), due to a coupon that should have been received on 19 November 2012 not arriving.

15. OTHER INCOME/TECHNICAL COSTS, NET OF REINSURANCE

The heading 'Other Income/technical costs, net of reinsurance' to the sum of Euro 56,401 (2011: Euro 54,425) refers to pension fund management commissions managed by Lusitania Vida.

16. COSTS AND EXPENDITURE BY TYPE

Costs and expenditure by type are analysed as follows:

HEADINGS	2012	2011
Remunerations	1,395,745	1,410,123
- to corporate governance	338,967	310,570
- to personnel	1,056,778	1,099,553
Expenditure on remunerations	259,207	254,023
Post-employment benefits	(55,138)	109,527
- Defined contribution schemes	30,401	-
- Defined-benefit schemes	(85,539)	109,527
Obligatory insurance	49,948	39,510
Costs of social measures	2,331	3,613
Other personnel costs	153,299	147,254
	<u>1,805,392</u>	<u>1,964,050</u>
Supplies and outsourced services	939,117	977,027
Depreciation of tangible assets		
Tangible assets	64,249	104,943
Investment properties	75,221	71,298
	<u>139,470</u>	<u>176,241</u>
Taxes and duties	53,647	69,375
Interest paid	451,639	327,140
Commissions	184,251	133,556
	<u>3,573,516</u>	<u>3,647,389</u>

Costs and expenditure per type were recorded under claims, acquisition, administrative and investment functions, in the following way:

	2012	2011
Claims costs: Insurance Contracts	527,174	575,061
Acquisition Costs: Insurance Contracts	279,597	300,746
Investment Contracts	215,962	237,835
Administrative Costs: Insurance Contracts	1,006,723	1,100,426
Investment Contracts	595,147	644,393
Pension Funds	36,800	39,998
Investment Costs: Insurance Contracts	342,789	174,340
Investment Contracts	278,851	262,798
Not allocated	290,473	311,792
	<u>3,573,516</u>	<u>3,647,389</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

espanhola (Bancaja, Caja Valencia y Alicante), atendendo ao não recebimento do cupão previsto no dia 19 de Novembro de 2012.

15. OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

A rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro no montante de Euro 56.401 (2011: Euro 54.425) refere-se às comissões de gestão dos fundos de pensões geridas pela Lusitania Vida.

16. CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

(Euro)

RUBRICAS	2012	2011
Remunerações	1.395.745	1.410.123
- dos órgãos sociais	338.967	310.570
- do pessoal	1.056.778	1.099.553
Encargos sobre remunerações	259.207	254.023
Benefícios pós-emprego	(55.138)	109.527
- Planos de contribuição definida	30.401	-
- Planos de benefícios definidos	(85.539)	109.527
Seguros obrigatórios	49.948	39.510
Gastos de acção social	2.331	3.613
Outros gastos com o pessoal	153.299	147.254
	<u>1.805.392</u>	<u>1.964.050</u>
Fornecimentos e serviços externos	939.117	977.027
Depreciações de activos tangíveis e propriedades de investimento		
Activos tangíveis	64.249	104.943
Propriedades de investimento	75.221	71.298
	<u>139.470</u>	<u>176.241</u>
Impostos e taxas	53.647	69.375
Juros suportados	451.639	327.140
Comissões	184.251	133.556
	<u>3.573.516</u>	<u>3.647.389</u>

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

(Euro)

	2012	2011
Gastos com sinistros: Contratos de Seguros	527.174	575.061
Gastos de Aquisição: Contratos de Seguros	279.597	300.746
Contratos de Investimento	215.962	237.835
Gastos de Administração: Contratos de Seguros	1.006.723	1.100.426
Contratos de Investimento	595.147	644.393
Fundos de Pensões	36.800	39.998
Gastos de Investimento: Contratos de Seguros	342.789	174.340
Contratos de Investimento	278.851	262.798
Não Afectos	290.473	311.792
	<u>3.573.516</u>	<u>3.647.389</u>

17. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A EMPREGADOS**Benefícios pós-emprego**

A Companhia assumiu em 1988 o compromisso de conceder pensões de reforma por velhice e invalidez a todos

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

17. BENEFITS TO EMPLOYEES**Post-employment benefits**

In 1988 the Company assumed the commitment to grant old age and invalidity retirement pensions to all its workers in the terms established in the collective labour agreement for the insurance sector. This pension scheme is a defined benefit scheme.

On 23 December 2011, a new collective labour agreement was signed (new CLA), which, among other things, changed the previous retirement benefits scheme, which then became a defined contribution scheme, applicable to all working employees.

As a result of this change, the defined benefits scheme was liquidated and the balance of liabilities fully funded as at 31 December 2011 was transferred to a single contribution scheme funded by the existing pensions fund.

The Company's liabilities for retirement pensions are covered by a Pensions Fund "Lusitania Vida Pensions Fund", that as a result of the changes mentioned above, arising from the new collective labour agreement, currently includes the following schemes

Scheme 1 - Defined benefit scheme for participating Directors;

Scheme 2 - Defined contribution scheme for fund participants, corresponding to liabilities fully funded as at 31 December 2011, with a capital guarantee.

In addition, from 2012, the Company contributed to individual retirement schemes for all workers.

The actuarial evaluation of liabilities for complementary retirement and other Company benefits is done annually, the last reference date being 31 December 2012.

A comparative analysis of actuarial assumptions is shown below:

DEMOGRAPHIC ASSUMPTIONS

(Euro)

	2012	2011
Mortality table	TV 88/90	TV 88/90
Invalidity table	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Percentage of planned Pre-Retirement	0%	0%
Normal Retirement Age (NRA)	65 years	65 years

FINANCIAL ASSUMPTIONS

(Euro)

	2012	2011
Technical Rate of Discount (working period)	4.0%	4.5%
Technical Rate of Discount (retirement period)	4.0%	4.5%
Rate of Return on Fund	4.0%	4.5%
Salary Growth Rate	2.5%	3.0%
Rate of Salary Revaluation (Social Security)	2.5%	3.0%
Growth Rate of Pensions	2.0%	2.0%

Net assets/(liabilities) recognised on the balance sheet for the 2012 and 2011 financial years, are as follows:

(Euro)

	2012	2011
Liabilities for benefits	(2,035,487)	(2,125,049)
Fair value of fund assets	2,309,100	2,176,278
Net value	273,613	51,229
NET ASSETS/(LIABILITIES) RECORDED	273,613	51,229

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

os seus trabalhadores nos termos estabelecidos no CCT para o sector segurador. Este plano de pensões correspondia a um plano de benefícios definidos.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi assinado um novo contrato colectivo de trabalho (novo CCT) que, entre outros aspectos, veio alterar o plano de benefícios de reforma anterior, passando o mesmo para um plano de contribuição definida, aplicável a todos os trabalhadores no activo.

Em resultado desta alteração, o plano de benefícios definidos foi liquidado e o saldo das responsabilidades integralmente financiadas a 31 de Dezembro de 2011 foi transferido para um plano de contribuição definida única financiado pelo fundo de pensões.

As obrigações com pensões de reforma da Companhia estão cobertas por um Fundo de Pensões “Fundo de Pensões Lusitania Vida”, que em sequência das alterações acima mencionadas decorrentes do novo CCT, inclui actualmente os seguintes planos:

Plano 1 - Plano de benefício definido para os participantes Administradores;

Plano 2 - Plano de contribuição definida para os participantes do fundo, correspondente às responsabilidades integralmente financiadas a 31 de Dezembro de 2011, com garantia de capital.

Adicionalmente, a partir de 2012, a Companhia contribui para os Planos individuais de reforma de todos os trabalhadores.

A avaliação actuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Companhia é efectuada anualmente, sendo a última com a data de referência de 31 de Dezembro de 2012.

A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

PRESSUPOSTOS DEMOGRÁFICOS

(Euro)

	2012	2011
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Percentagem de Pré-Reformas previsíveis	0%	0%
Idade Normal de Reforma (INR)	65 anos	65 anos

PRESSUPOSTOS FINANCEIROS

(Euro)

	2012	2011
Taxa Técnica de Desconto (período activo)	4,0%	4,5%
Taxa Técnica de Desconto (período de reforma)	4,0%	4,5%
Taxa de Rendimento do Fundo	4,0%	4,5%
Taxa de Crescimento Salarial	2,5%	3,0%
Taxa de Revalorização Salarial (Segurança Social)	2,5%	3,0%
Taxa de Crescimento das Pensões	2,0%	2,0%

Os activos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2012 e 2011, são como segue:

(Euro)

	2012	2011
Responsabilidades por benefícios	(2.035.487)	(2.125.049)
Justo valor dos activos do fundo	2.309.100	2.176.278
Valor líquido	273.613	51.229
ACTIVOS/(RESPONSABILIDADES) LÍQUIDAS EM BALANÇO	273.613	51.229

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

The increase in liabilities as at 31 December 2012 and 2011, is analysed as follows:

(Euro)

	2012	2011
LIABILITIES AS AT 1 JANUARY	(2,125,049)	(2,127,461)
Cost of current services	0	(13,385)
Interest cost	(72,461)	(95,681)
Actuarial gains/(losses)	158,820	109,441
Benefits paid by the fund	3,203	2,037
LIABILITIES AS AT 31 DECEMBER	(2,035,487)	(2,125,049)

Amounts recognised as gains/(losses) in the year amounted to Euro 85,539 (2011: Euro (12,017)).

The difference in the value of the fund as at 31 December 2012 and 2011, is analysed as follows:

(Euro)

	2012	2011
BALANCE AS AT 1 JANUARY	2,176,278	2,156,634
Expected return on fund		
Expected return on assets	107,500	97,049
Actuarial gains/(losses)	49,954	(100,368)
Contributions to fund	-	25,000
Benefits paid by fund	(3,203)	(2,037)
BALANCE AS AT 31 DECEMBER	2,330,529	2,176,278

Actuarial gains and losses in 2012 and 2011, are analysed as follows:

(Euro)

	2012	2011
BALANCE AS AT 1 JANUARY	-	678,292
Actuarial gains/(losses) - Liabilities	86,359	109,441
Actuarial gains/(losses) - Financial Assets of Fund	49,954	(100,368)
Liquidation of Scheme	-	(687,365)
BALANCE AS AT 31 DECEMBER	136,313	0

The balance of actuarial accrued losses on 31 December 2011, for the sum of Euro 687,365 recognised under "Other Reserves", was transferred to the heading "Retained Earnings", due to the new CLA coming into force.

Net assets/(liabilities) are analysed as follows:

(Euro)

	2012	2011
BALANCE AS AT 1 JANUARY	51,229	29,173
Actuarial gains/(losses) - Liabilities	86,359	109,441
Actuarial gains/(losses) - Financial Assets of Fund	50,486	(100,368)
Cost of current services	-	(13,385)
Interest cost	-	(95,681)
Contributions	-	25,000
Expected return on assets	85,539	97,049
BALANCE AS AT 31 DECEMBER	273,613	51,229

Changes to employee benefits and the fair value of assets in the fund are analysed below:

(Euro)

	2012	2011	2010	2009	2008
Current value of liability for defined benefits	2,035,487	2,125,049	2,127,461	1,836,036	1,675,564
Fair value of assets for the scheme	2,309,100	2,176,278	2,156,635	1,982,338	1,672,106
(DEFICIT)/SCHEME SURPLUS	273,613	51,229	29,174	146,302	-3,458

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O acréscimo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é analisado como segue: (Euro)

	2012	2011
RESPONSABILIDADES EM 1 DE JANEIRO	(2.125.049)	(2.127.461)
Custo dos serviços correntes	0	(13.385)
Custo dos juros	(72.461)	(95.681)
Ganhos/(perdas) actuariais	158.820	109.441
Benefícios pagos pelo fundo	3.203	2.037
RESPONSABILIDADES EM 31 DE DEZEMBRO	(2.035.487)	(2.125.049)

Os montantes reconhecidos como ganhos/(perdas) no exercício ascendem a Euro 85.539 (2011: Euro (12.017)).

A variação do valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é analisada como segue: (Euro)

	2012	2011
SALDO EM 1 DE JANEIRO	2.176.278	2.156.634
Retorno esperado do fundo		
Retorno esperado dos activos	107.500	97.049
Ganhos/(perdas) actuariais	49.954	(100.368)
Contribuições para o fundo	-	25.000
Benefícios pagos pelo fundo	(3.203)	(2.037)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO	2.330.529	2.176.278

Os ganhos e perdas actuariais em 2012 e 2011, são analisadas como segue: (Euro)

	2012	2011
SALDO EM 1 DE JANEIRO	-	678.292
Ganhos/(perdas) actuariais - Responsabilidades	86.359	109.441
Ganhos/(perdas) actuariais - Activos financeiros do Fundo	49.954	(100.368)
Liquidação do Plano	-	(687.365)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO	136.313	0

O saldo das perdas actuariais acumuladas em 31 de Dezembro de 2011, no montante de 687.365 Euro, reconhecidas em “Outras Reservas”, foi transferido para a rubrica de “Resultados Transitados”, em virtude da entrada em vigor do novo CCT.

Os activos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue: (Euro)

	2012	2011
SALDO EM 1 DE JANEIRO	51.229	29.173
Ganhos/(perdas) actuariais - Responsabilidades	86.359	109.441
Ganhos/(perdas) actuariais - Activos financeiros do Fundo	50.486	(100.368)
Custo dos serviços correntes	-	(13.385)
Custo dos juros	-	(95.681)
Contribuições	-	25.000
Retorno esperado dos activos	85.539	97.049
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO	273.613	51.229

A evolução dos benefícios dos empregados e do justo valor dos activos do fundo são analisadas como segue: (Euro)

	2012	2011	2010	2009	2008
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	2.035.487	2.125.049	2.127.461	1.836.036	1.675.564
Justo valor dos activos do plano	2.309.100	2.176.278	2.156.635	1.982.338	1.672.106
(DÉFICE)/EXCEDENTE DO PLANO	273.613	51.229	29.174	146.302	-3.458

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

Assets in the pensions fund are broken down as follows:

(Euro)

	2012		2011	
	Amount	%	Amount	%
Fluctuating income securities	-	0.00%	4,373	0.20%
Fixed income securities	1,160,183	49.82%	2,097,648	96.47%
Liquidity	1,168,597	50.18%	72,456	3.33%
TOTAL FUND APPLICATIONS	2,328,780	100.00%	2,174,477	100.00%
General debtors and creditors	1,749		1,801	
FINAL GLOBAL VALUE OF FUND	2,330,529		2,176,278	

The value of the Fund includes the sum of Euro 21,961 for value added to the Defined Contribution Scheme.

Other long term benefits

On 31 December 2012 the Company calculated the current value of long-service bonuses to be paid in future. As a result of this calculation, the sum of Euro 6,777 was recorded as a cost in profit and loss.

18. CASH AND ITS EQUIVALENTS AND CALL DEPOSITS

On 31 December 2012 this heading included the sum of Euro 493,958 (2011: Euro 276,293) for cash and the sum of Euro 3,187,362 (2011: Euro 1,404,674) for bank deposits.

19. INVESTMENTS IN AFFILIATES, ASSOCIATES AND JOINT UNDERTAKINGS

On 23 December 2011 Lusitania Vida acquired 84,000 shares in the property management company Empresa Gestora de Imóveis at Rua do Prior, becoming the sole shareholder in this company. The holding was purchased for Euro 3,393,801, the value for which it was registered on 31 December 2012.

As mentioned in accounting policies, Lusitania Vida did an analysis of the recoverable value of this holding, and concluded that there were no losses due to impairment that should be recognised.

20. FINANCIAL ASSETS CLASSIFIED IN INITIAL RECOGNITION AT FAIR VALUE THROUGH PROFIT AND LOSS

The balance under this heading on 31 December 2012 and 2011 is as follows:

FINANCIAL ASSETS CLASSIFIED IN INITIAL RECOGNITION AT FAIR VALUE IN PROFIT AND LOSS

(Euro)

	2012			2011		
	Purchase Value	Non-realised Gains	Book Value	Purchase Value	Non-realised Gains	Book Value
Bonds from other issuers	3,205,814	(523,352)	2,682,462	3,205,814	(1,026,415)	2,179,399
TOTAL	3,205,814		2,682,462	3,205,814		2,179,399
Of which: Level 1	1,462,064	(486,370)	975,694	1,462,064	(766,152)	695,912
Level 2	1,743,750	(36,982)	1,706,768	1,743,750	(260,263)	1,483,487
Level 3	-		-	-		-
TOTAL	3,205,814	-523,352	2,682,462	3,205,814	-1,026,415	2,179,399

As stipulated in IFRS 7, financial assets classified in initial recognition at fair value through profit and loss may be valued at fair value according to one of the following levels:

Level 1 - valued at values obtained on stock markets or provided by "providers";

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os activos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

(Euro)

	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
Títulos rendimento variável	-	0,00%	4.373	0,20%
Títulos rendimento fixo	1.160.183	49,82%	2.097.648	96,47%
Liquidez	1.168.597	50,18%	72.456	3,33%
TOTAL DAS APLICAÇÕES DO FUNDO	2.328.780	100,00%	2.174.477	100,00%
Devedores e credores gerais	1.749		1.801	
VALOR GLOBAL FINAL DO FUNDO	2.330.529		2.176.278	

O valor do Fundo inclui o montante de Euro 21.961 relativos à valorização do Plano de Contribuição Definida.

Outros benefícios de longo prazo

Em 31 de Dezembro de 2012 a Companhia calculou o valor actual dos prémios de permanência a liquidar no futuro. Em resultado deste cálculo, foi registado em resultados um custo no montante de Euro 6.777.

18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de Dezembro de 2012 esta rubrica inclui o montante de Euro 493.958 (2011: Euro 276.293) relativo a caixa e o montante de Euro 3.187.362 (2011: Euro 1.404.674) relativo a depósitos bancários.

19. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 23 de Dezembro de 2011 a Lusitania Vida adquiriu 84.000 acções da Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, passando a deter a totalidade do capital desta sociedade. O custo de aquisição desta participação foi de Euro 3.393.801, valor pelo qual a mesma se encontra registada à data de 31 de Dezembro de 2012.

Como referido nas políticas contabilísticas, a Lusitania Vida efectuou uma análise do valor recuperável desta participação, tendo concluído pela inexistência de perdas por imparidade que devessem ser reconhecidas.

20. ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisado como segue:

ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

(Euro)

	2012			2011		
	Valor de Aquisição	Valias não Realizadas	Valor de Balanço	Valor de Aquisição	Valias não Realizadas	Valor de Balanço
Obrigações de outros emissores	3.205.814	(523.352)	2.682.462	3.205.814	(1.026.415)	2.179.399
TOTAL	3.205.814		2.682.462	3.205.814		2.179.399
Dos quais: Nível 1	1.462.064	(486.370)	975.694	1.462.064	(766.152)	695.912
Nível 2	1.743.750	(36.982)	1.706.768	1.743.750	(260.263)	1.483.487
Nível 3	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.205.814	-523.352	2.682.462	3.205.814	-1.026.415	2.179.399

De acordo com o IFRS 7, os activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por "providers";

Nível 2 - valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

Level 2 - valued using evaluation models, supported by market variables that can be observed;

Level 3 - valued using evaluation models, the variables of which are not backed up by market evidence, these having a significant weight in the valuation obtained.

21. FINANCIAL ASSETS AVAILABLE FOR SALE

The balance under this heading on 31 December 2012 and 2011 is analysed below:

FINANCIAL ASSETS AVAILABLE FOR SALE

(Euro)

	Depreciated Cost or Acquisition Cost in the case of Shares and other Fluctuating Income Securities	Revaluation reserve for adjustments to fair value	Impairment	Fair Value	Interest	Book Value
<i>Bonds and other fixed income securities</i>						
From public issuers	79,636,646	3,533,636	-	83,170,282	1,720,700	84,890,982
From other issuers	252,952,641	(9,436,716)	-	243,515,925	6,097,983	249,613,908
Shares	5,539,520	(1,322,575)	-	4,216,945	66,249	4,283,194
Other fluctuating income securities	1,471,864	245,084	(159,455)	1,557,493	-	1,557,493
BALANCE AS AT 31 DECEMBER 2011	339,600,671	(6,980,571)	(159,455)	332,460,645	7,884,932	340,345,577
<i>Bonds and other fixed income securities</i>						
From public issuers	68,476,255	6,949,707	-	75,425,962	1,493,360	76,919,322
From other issuers	246,911,867	16,900,008	(723,719)	263,088,156	5,931,410	269,019,566
Shares	5,539,760	(928,685)	-	4,611,075	66,510	4,677,585
Other fluctuating income securities	942,850	48,196	-	991,046	-	991,046
BALANCE AS AT 31 DECEMBER 2012	321,870,732	22,969,226	(723,719)	344,116,239	7,491,280	351,607,519

Of which:

BOOK VALUE

(Euro)

	2012	2011
Level 1	331,301,610	320,038,595
Level 2	20,305,909	20,306,982
Level 3	-	-
	351,607,519	340,345,577

As stipulated in IFRS 7, financial assets available for sale may be valued at fair value according to one of the following levels:

Level 1 - valued at values obtained on stock markets or provided by "providers";

Level 2 - valued using evaluation models, supported by market variables that can be observed;

Level 3 - valued using evaluation models, the variables of which are not backed up by market evidence, these having a significant weight in the valuation obtained.

22. LOANS GRANTED AND RECEIVABLES

Loans granted and receivables amounting to Euro 16,506,516 (2011: Euro 19,826,192) refer to total term deposits.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nível 3 - valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

21. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisado como segue:

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

(Euro)

	Custo Amortizado ou Custo de Aquisição no caso de Acções e outros Títulos de Rendimento Variável	Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor	Imparidade	Justo Valor	Juro Decorrido	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	79.636.646	3.533.636	-	83.170.282	1.720.700	84.890.982
De outros emissores	252.952.641	(9.436.716)	-	243.515.925	6.097.983	249.613.908
Acções	5.539.520	(1.322.575)	-	4.216.945	66.249	4.283.194
Outros títulos de rendimento variável	1.471.864	245.084	(159.455)	1.557.493	-	1.557.493
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	339.600.671	(6.980.571)	(159.455)	332.460.645	7.884.932	340.345.577
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	68.476.255	6.949.707	-	75.425.962	1.493.360	76.919.322
De outros emissores	246.911.867	16.900.008	(723.719)	263.088.156	5.931.410	269.019.566
Acções	5.539.760	(928.685)	-	4.611.075	66.510	4.677.585
Outros títulos de rendimento variável	942.850	48.196	-	991.046	-	991.046
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	321.870.732	22.969.226	(723.719)	344.116.239	7.491.280	351.607.519

Dos quais:

VALOR DE BALANÇO

(Euro)

	2012	2011
Nível 1	331.301.610	320.038.595
Nível 2	20.305.909	20.306.982
Nível 3	-	-
	351.607.519	340.345.577

De acordo com o IFRS 7, os activos financeiros disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 - valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por "providers";

Nível 2 - valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 - valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

22. EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER

Os empréstimos concedidos e contas a receber no montante de Euro 16.506.516 (2011: Euro 19.826.192) respeitam na totalidade a depósitos a prazo.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

23. INVESTMENTS HELD TO MATURITY

In 2011 Lusitania Vida reclassified securities to the sum of Euro 106,573,998 for investments held to maturity, as shown in the table below:

FINANCIAL ASSETS AVAILABLE FOR SALE

(Euro)

	On the date of transfer					31-Dec-2012	
	Nominal Value	Purchase Value	Book Value	Fair Value Reserve	Effective Rate*	Market Value	Fair Value Reserve amortized **
Bonds and other fixed income securities							
Public issuers	53,873,998	50,343,317	45,702,016	-3,434,641	6.30%	50,335,898	-706,569
Other issuers	52,700,000	52,816,552	45,337,482	-7,251,110	7.58%	49,450,497	-2,017,244
	106,573,998	103,159,869	91,039,498	-10,685,751		99,786,395	-2,723,813

(*) The effective rate was calculated based on forward rates arising from the income curve at the transfer rate; the maturity considered is the minimum between the call date, when applicable, and the maturity date of the asset;

(**) The fair value reserve value amortized during the 2011 financial year was Euro 1,414,218 (2011: Euro 1,309,595).

Assets held to maturity are securities transferred in 2011 from the category available for sale, in agreement with IAS 39 - Financial instruments: recognition and measurement.

Should securities not be reclassified, the impact on the financial statements of Lusitania Vida would be the following:

(Euro)

	2012	2011
Impact on fair value reserves	(5,784,239)	(36,233,817)
Fiscal effect	1,677,429	10,507,807
TOTAL	(4,106,810)	(25,726,010)

24. LAND AND BUILDINGS

The balance under Land and buildings for own use and the respective turnover during the financial year is as follows:

PROPERTY FOR OWN USE

(Euro)

	Opening balance	Additions of financial year*	Closing balance
Purchase value	3,178,191	134,539	3,312,730
Accrued amortization	(328,600)	(75,222)	(403,821)
	2,849,592	59,317	2,908,909

(*) Additions resulting from spending subsequently recognised as an asset.

On 31 December 2012, land and buildings for own use was valued by an independent assessor. As a result of this evaluation, the Company decided there was no need to recognise losses due to impairment in the year, bearing in mind that the recoverable value of these assets exceeded the corresponding book value.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

23. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Durante o exercício de 2011 a Lusitania Vida procedeu à reclassificação de títulos no valor de Euro 106.573.998 para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

(Euro)

	Na data de transferência					31-Dez-2012	
	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Reserva Justo Valor	Taxa Efectiva*	Valor de Mercado	Reserva de Justo Valor Amortizada **
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	53.873.998	50.343.317	45.702.016	-3.434.641	6,30%	50.335.898	-706.569
De outros emissores	52.700.000	52.816.552	45.337.482	-7.251.110	7,58%	49.450.497	-2.017.244
	106.573.998	103.159.869	91.039.498	-10.685.751		99.786.395	-2.723.813

(*) A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do activo;

(**) O valor da reserva de justo valor amortizada durante o exercício de 2012 foi de Euro 1.414.218 (2011: Euro 1.309.595).

Os activos detidos até à maturidade correspondem aos títulos transferidos em 2011 da categoria de disponíveis para venda, de acordo com a IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Lusitania Vida seria o seguinte:

(Euro)

	2012	2011
Impacto em reservas de justo valor	(5.784.239)	(36.233.817)
Efeito fiscal	1.677.429	10.507.807
TOTAL	(4.106.810)	(25.726.010)

24. TERRENOS E EDIFÍCIOS

O saldo da rubrica Terrenos e edifícios de uso próprio e as respectivas movimentações ocorridas no exercício são analisados como segue:

IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO

(Euro)

	Saldo Inicial	Adições do Exercício*	Saldo Final
Valor de aquisição	3.178.191	134.539	3.312.730
Amortizações acumuladas	(328.600)	(75.222)	(403.821)
	2.849.592	59.317	2.908.909

(*) Adições resultantes de dispêndio subsequente reconhecido na quantia escriturada de um activo

À data de 31 de Dezembro de 2012, os terrenos e edifícios de uso próprio foram avaliados por uma entidade independente. Em resultado dessa avaliação, a Companhia concluiu pela não necessidade de reconhecimento de perdas por imparidade no exercício, atendendo a que o valor recuperável destes activos excedia o correspondente valor de balanço.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

The balance under the heading *Income-earning Land and Buildings* and the respective turnover in the year are analysed as shown below:

INCOME-EARNING PROPERTY

(Euro)

	2012		2011	
	Purchase value	Book value	Purchase value	Book value
Opening balance	6,519,173	7,194,700	6,339,314	6,750,030
Acquisitions	164,675	164,675	-	-
Improvement works	-	-	179,859	179,859
Changes to fair value	-	(1,063,301)	-	264,811
	6,683,848	6,296,074	6,519,173	7,194,700

On 31 December 2012, income-earning land and buildings was also valued by an independent assessor. As a result of this evaluation, the Company recognised a loss of Euro 1,063,301 (2011: Euros 264,811).

25. OTHER TANGIBLE ASSETS

The balance under the heading “Other tangible assets” and the respective turnover in the year are analysed as shown below:

(Euro)

	Opening balance		Acquisitions	Improvem. Works*	Transfers & Decom.	Sell-offs	Depreciation and Impairment		Closing bal.
	Gross Value	Deprec. & Impair.					Top-up	Settlement	Net Value of Balance
2012									
TANGIBLE ASSETS									
Administrative equipment	134,958	129,681	0	0	0	0	1,749	0	3,528
Machinery and apparatus	192,574	160,076	0	0	0	0	6,853	0	25,645
Data processing equipment	1,112,709	1,062,158	15,850	0	0	0	32,953	0	33,448
Fittings and furnishing	34,123	28,737	0	0	0	0	1,221	0	4,165
Transport material	220,767	170,214	0	0	0	0	21,473	0	29,080
Other equipment	6,378	6,378	0	0	0	0	0	0	0
Art collection	4,775,347	0	0	0	0	4,770,792	0	0	4,555
	6,476,856	1,557,244	15,850	0	0	4,770,792	64,249	0	100,421

(Euro)

	Opening balance		Acquisitions	Improvem. Works*	Transfers & Decom.	Sell-offs	Depreciation and Impairment		Closing bal.
	Gross Value	Deprec. & Impair.					Top-up	Settlement	Net Value of Balance
2012									
TANGIBLE ASSETS									
Administrative equipment	134,958	127,336	0	0	0	0	2,345	0	5,277
Machinery and apparatus	168,444	152,623	24,130	0	0	0	7,453	0	32,498
Data processing equipment	1,044,083	1,005,412	68,626	0	0	0	56,746	0	50,551
Fittings and furnishing	34,124	27,517	0	0	0	0	1,221	0	5,386
Transport material	220,096	162,786	30,421	0	29,750	0	37,178	29,750	50,553
Other equipment	6,378	6,378	0	0	0	0	0	0	0
Art collection	4,555	0	4,770,792	0	0	0	0	0	4,775,347
	1,612,638	1,482,052	4,893,969	0	29,750	0	104,943	29,750	4,919,612

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O saldo da rubrica Terrenos e edifícios de rendimento e as respectivas movimentações ocorridas no exercício são analisados como segue:

IMÓVEIS DE RENDIMENTO

(Euro)

	2012		2011	
	Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Valor de Aquisição	Valor de Balanço
Saldo inicial	6.519.173	7.194.700	6.339.314	6.750.030
Aquisições	164.675	164.675	-	-
Beneficiações	-	-	179.859	179.859
Alterações de justo valor	-	(1.063.301)	-	264.811
	6.683.848	6.296.074	6.519.173	7.194.700

À data de 31 de Dezembro de 2012, os terrenos e edifícios de rendimento foram igualmente avaliados por uma entidade independente. Em resultado dessa avaliação, a Companhia reconheceu uma perda de Euro 1.063.301 (2011: ganho de Euro 264.811).

25. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O saldo da rubrica de Outros activos tangíveis e as respectivas movimentações ocorridas no exercício são analisadas como segue:

(Euro)

	Saldo Inicial		Aquisições	Beneficiaç. *	Transfer. e Abates	Alienações	Depreciações e Imparidades		Saldo final
	Valor Bruto	Deprec. e Imparid.					Reforço	Regulariz.	Valor Líq. de Balanço
2012									
ACTIVOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo	134.958	129.681	0	0	0	0	1.749	0	3.528
Máquinas e ferramentas	192.574	160.076	0	0	0	0	6.853	0	25.645
Equipamento informático	1.112.709	1.062.158	15.850	0	0	0	32.953	0	33.448
Instalações interiores	34.123	28.737	0	0	0	0	1.221	0	4.165
Material de transporte	220.767	170.214	0	0	0	0	21.473	0	29.080
Outro equipamento	6.378	6.378	0	0	0	0	0	0	0
Património artístico	4.775.347	0	0	0	0	4.770.792	0	0	4.555
	6.476.856	1.557.244	15.850	0	0	4.770.792	64.249	0	100.421

(Euro)

	Saldo Inicial		Aquisições	Beneficiaç. *	Transfer. e Abates	Alienações	Depreciações e Imparidades		Saldo final
	Valor Bruto	Deprec. e Imparid.					Reforço	Regulariz.	Valor Líq. de Balanço
2011									
ACTIVOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo	134.958	127.336	0	0	0	0	2.345	0	5.277
Máquinas e ferramentas	168.444	152.623	24.130	0	0	0	7.453	0	32.498
Equipamento informático	1.044.083	1.005.412	68.626	0	0	0	56.746	0	50.551
Instalações interiores	34.124	27.517	0	0	0	0	1.221	0	5.386
Material de transporte	220.096	162.786	30.421	0	29.750	0	37.178	29.750	50.553
Outro equipamento	6.378	6.378	0	0	0	0	0	0	0
Património artístico	4.555	0	4.770.792	0	0	0	0	0	4.775.347
	1.612.638	1.482.052	4.893.969	0	29.750	0	104.943	29.750	4.919.612

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

26. TECHNICAL PROVISIONS FOR DIRECT INSURANCE AND OUTWARD REINSURANCE

Technical provisions for direct insurance and outward reinsurance are broken down as follows:

(Euro)

	2012				2011			
	Direct Insurance		Reinsurance	Total	Direct Insurance		Reinsurance	Total
	Risk Insurance	Capitalis. Insurance	Risk Insurance		Risk Insurance	Capitalis. Insurance	Risk Insurance	
Mathematical Provision	4,369,218	137,825,343	(355,853)	141,838,708	4,971,327	143,803,283	(384,005)	148,390,605
Claims Provision	16,144,440	1,790,472	(9,359,394)	8,575,518	14,807,004	1,646,291	(8,828,706)	7,624,589
Profit-sharing Provision	0	12,246,173	(1,273,553)	10,972,620	0	5,714,191	(1,210,312)	4,503,879
TOTAL	20,513,658	151,861,988	(10,988,800)	161,386,846	19,778,331	151,163,765	(10,423,023)	160,519,073

As stipulated in IFRS 4, insurance contracts written by the Company in which only a financial risk is transferred, with no discretionary profit sharing, are classified as investment contracts.

The claims provision for direct insurance covers claims made and still not paid on the date of the balance sheet, and include a provision estimated at Euro 1,155,785 (2011: Euro 1,081,092) for claims made by the end of the year and not yet reported (IBNR).

The profit sharing provision is for (i) amounts attributed to policyholders or to the beneficiaries of insurance contracts in the form of profit sharing, that have not yet been distributed or incorporated in the mathematical provision and (ii) amounts to be attributed associated with non-realised gains from financial assets available for sale associated with products with profit sharing.

Turnover in the year for attributed profit sharing in results is as follows:

PROFIT SHARING IN RESULTS ATTRIBUTED

(Euro)

	2012	2011
OPENING BALANCE	5,664,723	5,152,090
Share Distributed		
- through mathematical provision	688,363	596,518
- in cash	83,027	-
TOTAL	771,390	596,518
Share Attributed		
- through profit & loss for the year	1,455,080	1,109,151
TOTAL	1,455,080	1,109,151
CLOSING BALANCE	6,348,413	5,664,723

As laid down in contractual regulations and legislation in force, profit sharing was estimated for all products and/or per policy, when applicable.

The profit sharing provision includes the adjustment for shadow adjustment, which is the estimate of potential profit and loss on assets allocated to covering liabilities for insurance contracts and investment contracts with discretionary profit sharing, up to the sum policyholders are expected to share in these profits and losses not realised at the time at which they become effective, in agreement with the respective contractual terms and applicable legislation.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

26. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRECTO E RESSEGURO CEDIDO

As provisões técnicas de seguro directo e resseguro cedido decompõem-se como segue:

(Euro)

	2012				2011			
	Seguro Directo		Resseguro	Total Líquido	Seguro Directo		Resseguro	Total Líquido
	Seguros de Risco	Seguros de Capitaliz.	Seguros de Risco		Seguros de Risco	Seguros de Capitaliz.	Seguros de Risco	
Provisão Matemática	4.369.218	137.825.343	(355.853)	141.838.708	4.971.327	143.803.283	(384.005)	148.390.605
Provisão para sinistros	16.144.440	1.790.472	(9.359.394)	8.575.518	14.807.004	1.646.291	(8.828.706)	7.624.589
Provisão para participação nos resultados	0	12.246.173	(1.273.553)	10.972.620	0	5.714.191	(1.210.312)	4.503.879
TOTAL	20.513.658	151.861.988	(10.988.800)	161.386.846	19.778.331	151.163.765	(10.423.023)	160.519.073

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento.

A provisão para sinistros de seguro directo corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada no montante de Euro 1.155.785 (2011: Euro 1.081.092) relativo aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR).

A provisão para participação nos resultados corresponde (i) aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática e (ii) aos montantes a atribuir associados às mais-valias não realizadas de activos financeiros disponíveis para venda associados aos produtos com participação nos resultados.

A movimentação do exercício ocorrida na participação nos resultados atribuída é como segue:

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS ATRIBUÍDA

(Euro)

	2012	2011
SALDO INICIAL	5.664.723	5.152.090
Participação Distribuída		
- por provisão matemática	688.363	596.518
- em numerário	83.027	-
TOTAL	771.390	596.518
Participação Atribuída		
- por resultados do exercício	1.455.080	1.109.151
TOTAL	1.455.080	1.109.151
SALDO FINAL	6.348.413	5.664.723

De acordo com a regulamentação e a legislação contratual em vigor, a participação nos resultados foi calculada para todos os produtos e/ou por apólice, quando aplicável.

A provisão para participação nos resultados inclui o ajustamento relativo ao *shadow adjustment*, o qual corresponde a uma estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos activos afectos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expectável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas no momento em que as mesmas se tornem efectivas, de acordo com os respectivos termos contratuais e legislação aplicável.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

Turnover in the year for attributed profit sharing to be attributed is as follows:

PROFIT SHARING IN RESULTS TO BE ATTRIBUTED

(Euro)

	2012	2011
PROVISION AT START OF YEAR	49,469	-
Increases (+)/Reductions (-)	5,848,292	49,469
PROVISION AT CLOSE OF YEAR	5,897,761	49,469

27. OTHER DEBTORS IN INSURANCE AND OTHER OPERATIONS

The balance of this heading is as follows:

ACCOUNTS RECEIVABLE

(Euro)

	2012	2011
ACCOUNTS RECEIVABLE FROM OTHER INSURANCE OPERATIONS		
Accounts charged - Policyholders	525,230	371,076
Insurance brokers	-	451
Sub-total	525,230	371,527
ACCOUNTS RECEIVABLE FROM REINSURANCE OPERATIONS		
Other reinsurers	558,938	79,958
Sub-total	558,938	79,958
ACCOUNTS RECEIVABLE FROM OTHER OPERATIONS		
Other	3,585	15,002
Sub-total	3,585	15,002
TOTAL	1,087,753	466,486
ADJUSTMENTS	(92,257)	(17,375)
	995,496	449,111

The accounts receivable balance reflects the value of premium receipts processed but not paid by policyholders. As at 31 December 2012 and 2011, the heading 'Adjustments' refers entirely to the provision for receipts awaiting payment.

28. ASSETS AND LIABILITIES FROM TAXATION

In 2012, tax payable was determined based on a maximum rate of 31.5% (including the nominal tax rate of 25% and other taxes).

The Company's self-assessment declarations are subject to inspection and eventual adjustment by the tax authorities during a period of 4 years, which is extended to 6 years, should there be tax liabilities. Consequently, there may be additional tax payments due essentially to different interpretations of tax legislation. However, the Company's Administration is certain that there will be no additional payments of any significant value in the context of financial statements.

Tax assets and liabilities recognised in the statement of financial position on 31 December 2012 and 2011 are as shown below:

(Euro)

	2012	2011
Deferred tax asset	378,394	3,737,766
ASSETS FROM TAXATION	378,394	3,737,766
Liabilities from current taxes	3,317,324	1,019,767
Liabilities from deferred taxes	2,479,210	17,310
LIABILITIES FROM TAXATION	5,796,534	1,037,077

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A movimentação do exercício ocorrida na participação nos resultados a atribuir é como segue:

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR

(Euro)

	2012	2011
PROVISÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	49.469	-
Aumentos (+)/Diminuições (-)	5.848.292	49.469
PROVISÃO NO FIM DO EXERCÍCIO	5.897.761	49.469

27. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E POR OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

CONTAS A RECEBER

(Euro)

	2012	2011
CONTAS A RECEBER POR OPERAÇÕES DE SEGURO DIRECTO		
Contas em cobrança - Tomadores de seguro	525.230	371.076
Mediadores de seguros	-	451
Subtotal	525.230	371.527
CONTAS A RECEBER POR OPERAÇÕES DE RESSEGURO		
Outros resseguradores	558.938	79.958
Subtotal	558.938	79.958
CONTAS A RECEBER POR OUTRAS OPERAÇÕES		
Diversos	3.585	15.002
Subtotal	3.585	15.002
TOTAL	1.087.753	466.486
AJUSTAMENTOS	(92.257)	(17.375)
	995.496	449.111

O saldo das contas em cobrança reflecte o valor dos recibos de prémios processados embora ainda não liquidados por parte dos tomadores. À data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Ajustamentos respeita na totalidade à provisão para recibos por cobrar.

28. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Em 2012, a carga fiscal é determinada com base numa taxa máxima de 31,5% (compreendendo a taxa nominal de imposto de 25% e derramas).

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 4 anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 podem ser analisados como segue:

(Euro)

	2012	2011
Activos por impostos diferidos	378.394	3.737.766
ACTIVOS POR IMPOSTOS	378.394	3.737.766
Passivos por impostos correntes	3.317.324	1.019.767
Passivos por impostos diferidos	2.479.210	17.310
PASSIVOS POR IMPOSTOS	5.796.534	1.037.077

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

(Euro)

	Assets		Liabilities		Net	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Investment properties	202,442	83,832			202,442	83,832
Financial assets		3,249,758	(2,396,980)		(2,396,980)	3,249,758
Impairment of financial assets	125,927	45,126			125,927	45,126
Post-employment benefits			(79,348)	(14,498)	(79,348)	(14,498)
Transition adjustments to new ("PCES 2007")						
for profit & loss				(84,755)		(84,755)
for reserves		391,876				391,876
Other	50,025	51,931	(2,882)	(2,812)	47,143	49,118
DEFERRED ASSET/LIABILITY TAXATION	378,394	3,822,522	(2,479,210)	(102,065)	(2,100,816)	3,720,457

The impact of tax on income in profit and loss and in reserves in the 2012 financial year is analysed as follows: (Euro)

	2012	
	Recognised in Profit & Loss	Recognised in Reserves
Investment properties	118,610	-
Financial assets	7,804	(5,646,738)
Impairment of financial assets	80,801	-
Post-employment benefits	(64,850)	-
Transition adjustments to new ("PCES 2007")		
for profit & loss	84,755	-
for reserves	-	(391,876)
Other	(1,975)	-
DEFERRED ASSET/LIABILITY TAXATION	225,145	(6,038,614)
Current taxation	(2,670,489)	(1,307,522)
	(2,445,344)	(7,346,136)

Tax rate reconciliation is analysed below:

(Euro)

	2012	2011
Pre-tax result	7,603,243	7,466,673
Tax rate	29%	29%
Tax calculated based on tax rate	2,204,940	2,165,335
Autonomous taxation	24,772	20,577
Tax rate effect - additional excess	125,074	-
Other temporary differences	90,558	(91,527)
	2,445,344	2,094,385

29. FINANCIAL LIABILITIES

The breakdown of financial liabilities is as follows:

(Euro)

FINANCIAL LIABILITIES	2012	2011
Financial liabilities of the component for insurance contract deposit and insurance contract operations considered for accounting purposes as investment contracts	244,757,594	267,974,977
Other financial liabilities		
Subordinated liabilities	10,000,000	10,000,000
Deposits received from reinsurers	9,831,557	9,387,344
TOTAL	264,589,151	287,362,321

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Euro)

	Activos		Passivos		Líquido	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Propriedades de investimento	202.442	83.832			202.442	83.832
Activos financeiros		3.249.758	(2.396.980)		(2.396.980)	3.249.758
Imparidade de activos financeiros	125.927	45.126			125.927	45.126
Benefícios pós-emprego			(79.348)	(14.498)	(79.348)	(14.498)
Ajustes transição novo ("PCES 2007")						
por resultados				(84.755)		(84.755)
por reservas		391.876				391.876
Outros	50.025	51.931	(2.882)	(2.812)	47.143	49.118
IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS/(PASSIVOS)	378.394	3.822.522	(2.479.210)	(102.065)	(2.100.816)	3.720.457

O impacto dos impostos sobre o rendimento nos resultados e nas reservas no exercício de 2012 é analisado como segue:

(Euro)

	2012	
	Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas
Propriedades de investimento	118.610	-
Activos financeiros	7.804	(5.646.738)
Imparidade de activos financeiros	80.801	-
Benefícios pós-emprego	(64.850)	-
Ajustes transição novo ("PCES 2007")		
por resultados	84.755	-
por reservas	-	(391.876)
Outros	(1.975)	-
IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS/(PASSIVOS)	225.145	(6.038.614)
Impostos correntes	(2.670.489)	(1.307.522)
	(2.445.344)	(7.346.136)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

(Euro)

	2012	2011
Resultado antes de impostos	7.603.243	7.466.673
Taxa de imposto	29%	29%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	2.204.940	2.165.335
Tributação autónoma	24.772	20.577
Efeito da taxa de imposto - derramas adicionais	125.074	-
Outras diferenças temporárias	90.558	(91.527)
	2.445.344	2.094.385

29. PASSIVOS FINANCEIROS

A decomposição dos passivos financeiros é como segue:

(Euro)

PASSIVOS FINANCEIROS	2012	2011
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	244.757.594	267.974.977
Outros passivos financeiros		
Passivos subordinados	10.000.000	10.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores	9.831.557	9.387.344
TOTAL	264.589.151	287.362.321

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

Financial liabilities for investment contracts are analysed as follows:

(Euro)

	2012	2011
Balance on 1 January	267,974,977	279,303,176
Inputs (net of commissions)	43,510,284	70,199,471
Amounts paid	69,320,664	89,864,319
Difference in profit & loss (technical interest)	(2,592,997)	(8,336,649)
BALANCE AS AT 31 DECEMBER	244,757,594	267,974,977

In 2012 and 2011, subordinated liabilities refer to a subordinated debenture loan, with no fixed timeframe and with an interest rate indexed to Euribor with added spread, which was underwritten by the following Montepio Group entities: (i) Associação Mutualista Montepio Geral (50%) - 5 million Euro and (ii) Lusitania Companhia de Seguros S.A. (50%) - 5 million Euro.

On 31 December 2012, the fair value of this financial liability rose to Euro 7,730,000 (see note 37).

Deposits received from reinsurers refer to the amount of guarantees provided to reinsurers, as a result of accepting risks and receiving premiums from operations arising from outward reinsurance business.

30. OTHER CREDITORS IN INSURANCE AND OTHER OPERATIONS

The balance under this heading as at 31 December 2012 and 2011 is broken down as follows:

ACCOUNTS PAYABLE

(Euro)

	2012	2011
ACCOUNTS PAYABLE FOR DIRECT INSURANCE OPERATIONS		
Returns payable - Policyholders	2,678	11,889
Insurance brokers	1,069,339	1,424,577
Other	-	-
	1,072,017	1,436,466
ACCOUNTS PAYABLE FOR OTHER REINSURANCE OPERATIONS		
Reinsurers of Group	-	-
Other reinsurers	621,094	373,015
	621,094	373,015
ACCOUNTS PAYABLE FOR OTHER OPERATIONS		
Shareholders	843	872
Other entities	37,404	136,598
	38,247	137,470
TOTAL	1,731,358	1,946,951

Balances for "Brokers" current accounts are recorded under the heading "Insurance Brokers", notable among these being the broker Caixa Económica Montepio Geral at Euro 814,522 (2011: Euro 1,161,268).

31. CAPITAL, REVALUATION RESERVES, OTHER RESERVES AND RETAINED EARNINGS

Equity capital

On 31 December 2012, the equity capital of Lusitania Vida was fully underwritten and paid-in, represented by 800,000 nominal shares each with a nominal value of Euro 25.

Revaluation reserves

The fair value reserve is the accrued value of variations in the fair value of investments available for sale, as stipulated in the accounting policies described in note 2.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os passivos financeiros relativos a contratos de investimento são analisados como segue:

(Euro)

	2012	2011
Saldo a 1 de Janeiro	267.974.977	279.303.176
Entradas (líquido de comissões)	43.510.284	70.199.471
Montantes Pagos	69.320.664	89.864.319
Variação de Ganhos e Perdas (Juro técnico)	(2.592.997)	(8.336.649)
SALDO A 31 DE DEZEMBRO	244.757.594	267.974.977

Em 2012 e 2011, os passivos subordinados correspondem a um empréstimo obrigacionista subordinado, sem prazo fixo e com taxa de juro indexada à Euribor acrescida de um *spread*, o qual foi subscrito pelas seguintes entidades do Grupo Montepio (i) Associação Mutualista Montepio Geral (50%) - 5 milhões de Euro e (ii) Lusitania Companhia de Seguros SA (50%) - 5 milhões de Euro.

À data de 31 de Dezembro de 2012, o justo valor deste passivo financeiro ascende a Euro 7.730.000 (ver nota 37).

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

30. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é desagregado da forma seguinte:

CONTAS A PAGAR

(Euro)

	2012	2011
CONTAS A PAGAR POR OPERAÇÕES DE SEGURO DIRECTO		
Estornos a pagar - Tomadores de seguro	2.678	11.889
Mediadores de seguros	1.069.339	1.424.577
Outros	-	-
	1.072.017	1.436.466
CONTAS A PAGAR POR OUTRAS OPERAÇÕES DE RESSEGURO		
Resseguradores do Grupo	-	-
Outros resseguradores	621.094	373.015
	621.094	373.015
CONTAS A PAGAR POR OUTRAS OPERAÇÕES		
Accionistas	843	872
Outras entidades	37.404	136.598
	38.247	137.470
TOTAL	1.731.358	1.946.951

Na rubrica de Mediadores de seguros estão registados os saldos das contas de efectivo (contas correntes) dos mediadores, onde se destaca o saldo com o mediador Caixa Económica Montepio Geral no valor de Euro 814.522 (2011: Euro 1.161.268).

31. CAPITAL, RESERVAS DE REAVALIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital social da Lusitania Vida encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 800.000 acções nominativas com o valor nominal de Euro 25 cada.

Reservas de Reavaliação

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos investimentos disponíveis para venda, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota 2.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

Legal reserve

As laid down in Portuguese legislation, Lusitania Vida must set up a legal reserve of at least 10% on the net annual profit, until this reaches a minimum value of 100% of the value of equity capital.

Profit and loss per share

Profit per share is as follows:

PROFIT FOR DISTRIBUTION

(Euro)

	2012	2011
Profit distributable to holders of ordinary equity capital (numerator)	5,157,899	5,372,288
Average weighted number of ordinary shares in circulation (denominator)	800,000	800,000
Profit per basic share	6.45	6.72

Dividends per share

In 2012 Euro 2,200,000 worth of dividends was distributed from the profit of 2011 (2011: 2,040,000 Euro worth of dividends from 2010 profit), that is, a dividend per share of 2.75 Euro (2011: 2.55 Euro).

For the financial year ending at 31 December 2012, the Board of Directors will suggest to the General Meeting that dividends be distributed to shareholders for the sum of Euro 2,400,000.

32. TRADING BETWEEN RELATED PARTIES

The Company's parent company is Associação Mutualista Montepio Geral and shareholders with more than a 10% holding in Share Capital are listed below:

COMPANY	Holding	COMPANY	Holding	COMPANY	Holding
Associação Mutualista Montepio Geral:	41,112%	Caixa Económica Montepio Geral:	39,342%	Lusitania Companhia de Seguros, S.A.:	13,776%

Lusitania Vida belongs to the Montepio Group, which holds around 99% of the Company's capital.

The Company trades with related entities in terms the same as those prevailing on similar trading markets, when applicable.

As at 31 December 2012 and 2011, the amount of assets, liabilities, income and spending relative to trading with related parties is summarised as follows:

RELATED PARTY

(Euro)

	Asset	Liability	Costs	Income	Dividends Paid
2012					
Associação Mutualista Montepio Geral	0	5,011,769	132,026	0	904,456
Caixa Económica Montepio Geral	22,126,880	816,662	4,685,859	17,545,195	865,524
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	19,673,750	5,011,769	181,668	833,644	303,061
Futuro SGFP, S.A.	0	0	0	13,522	122,345
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	130,456	0	17,220	0	0
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.	3,393,801	0	0	0	0
N Seguros, S.A.	0	0	0	8,477	0
Montepio - Gestão de Activos Financeiros, S.A.	0	0	0	6,706	0
Residências MG - Serviços de Saúde, S.A.	100	0	0	0	0
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	496,602	0	0	0	0
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5,002	0	0	0	0
Leacock Seguros, Lda.	0	5	1,262	20,884	0
TOTAL	45,826,591	10,840,204	5,018,035	18,428,428	2,195,386

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Lusitania Vida tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 100% do valor do capital social.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são os seguintes:

LUCRO ATRIBUÍVEL

(Euro)

	2012	2011
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (numerador)	5.157.899	5.372.288
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (denominador)	800.000	800.000
Resultado por acção básico	6,45	6,72

Dividendos por acção

Durante o exercício de 2012 foram distribuídos Euro 2.200.000 de dividendos respeitantes ao resultado de 2011 (2011: 2.040.000 Euro de dividendos respeitantes ao resultado de 2010), ou seja, um dividendo por acção de 2,75 Euro (2011: 2,55 Euro).

Relativamente ao exercício de findo em 31 de Dezembro de 2012, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia-geral, a distribuição de dividendos aos detentores de capital no montante de Euro 2.400.000.

32. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A empresa mãe da Companhia é a Associação Mutualista Montepio Geral e os accionistas com mais de 10% do Capital Social encontram-se descritos como segue:

EMPRESA	Participação	EMPRESA	Participação	EMPRESA	Participação
Associação Mutualista Montepio Geral:	41,112%	Caixa Económica Montepio Geral:	39,342%	Lusitania Companhia de Seguros, S.A.:	13,776%

A Lusitania Vida pertence ao Grupo Montepio, o qual detém cerca de 99% do capital da Companhia.

A Companhia realiza várias transacções com entidades relacionadas, efectuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transacções similares, quando aplicável.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o montante dos activos, passivos, rendimentos e gastos relativos a operações realizadas com partes relacionadas resumem-se da seguinte forma:

PARTE RELACIONADA

(Euro)

	Activo	Passivo	Gastos	Rendimentos	Dividendos Pagos
2012					
Associação Mutualista Montepio Geral	0	5.011.769	132.026	0	904.456
Caixa Económica Montepio Geral	22.126.880	816.662	4.685.859	17.545.195	865.524
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	19.673.750	5.011.769	181.668	833.644	303.061
Futuro SGFP, S.A.	0	0	0	13.522	122.345
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	130.456	0	17.220	0	0
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.	3.393.801	0	0	0	0
N Seguros, S.A.	0	0	0	8.477	0
Montepio - Gestão de Activos Financeiros, S.A.	0	0	0	6.706	0
Residências MG - Serviços de Saúde, S.A.	100	0	0	0	0
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	496.602	0	0	0	0
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5.002	0	0	0	0
Leacock Seguros, Lda.	0	5	1.262	20.884	0
TOTAL	45.826.591	10.840.204	5.018.035	18.428.428	2.195.386

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

RELATED PARTY

(Euro)

	Asset	Liability	Costs	Income	Dividends Paid
2011					
Associação Mutualista Montepio Geral	0	5.013.356	143.286	0	838.677
Caixa Económica Montepio Geral	23.848.447	1.166.773	5.404.489	18.871.637	802.577
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	19.674.823	5.013.356	194.871	456.966	281.020
Futuro SGFP, S.A.	0	0	0	9.355	113.447
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	130.456	0	16.688	0	0
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.	3.393.801	0	0	0	0
N Seguros, S.A.	0	0	0	1.391	0
Montepio - Gestão de Activos Financeiros, S.A.	0	0	0	8.535	0
Residências MG - Serviços de Saúde, S.A.	100	0	0	0	0
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	496.602	0	0	0	0
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5.002	0	0	0	0
Leacock Seguros, Lda.	10	1.389	-2.895	33.667	0
TOTAL	47.549.241	11.194.873	5.756.439	19.381.550	2.035.721

33. CONTINGENCY LIABILITIES**Contingency liabilities**

The Company is involved in judicial proceedings in Portugal related to action taken by the Company, in cases related to the normal running of its business as an insurance company, an employing entity and tax payer. Estimating or forecasting the final outcome of judicial proceedings underway is not feasible. However, the Company's Board of Directors is certain, with due reservations, that the outcome of judicial proceedings underway is unlikely to have any adverse material effect on the Company's financial statements.

Guarantees

As at 31 December 2012 there were no bank guarantees.

Commitments

The Company has several operational leasing contracts for vehicles. Payments made under these leasing contracts are recognised in profit and loss during the leasing period. Future minimum payments for non-redeemable operational leasing contracts are the following:

OPERATIONAL LEASING CONTRACTS

2012	
Number of contracts in force on 31 December	3
Global value of contracts	84,335
Future obligations up to 1 year	21,084
Future obligations 1 - 5 years	49,803
2011	
Number of contracts in force on 31 December	4
Global value of contracts	88,862
Future obligations up to 1 year	24,739
Future obligations 1 - 5 years	75,124

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARTE RELACIONADA

(Euro)

	Activo	Passivo	Gastos	Rendimentos	Dividendos Pagos
2011					
Associação Mutualista Montepio Geral	0	5.013.356	143.286	0	838.677
Caixa Económica Montepio Geral	23.848.447	1.166.773	5.404.489	18.871.637	802.577
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	19.674.823	5.013.356	194.871	456.966	281.020
Futuro SGFP, S.A.	0	0	0	9.355	113.447
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	130.456	0	16.688	0	0
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.	3.393.801	0	0	0	0
N Seguros, S.A.	0	0	0	1.391	0
Montepio - Gestão de Activos Financeiros, S.A.	0	0	0	8.535	0
Residências MG - Serviços de Saúde, S.A.	100	0	0	0	0
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	496.602	0	0	0	0
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5.002	0	0	0	0
Leacock Seguros, Lda.	10	1.389	-2.895	33.667	0
TOTAL	47.549.241	11.194.873	5.756.439	19.381.550	2.035.721

33. PASSIVOS CONTINGENTES**Passivos contingentes**

A Companhia está envolvida em processos judiciais em Portugal, relacionados com acções movidas pela Companhia e contra a mesma, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua actividade enquanto Companhia de seguros, entidades empregadoras e contribuintes fiscais. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras da Companhia é remota.

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2012 não existem garantias bancárias.

Compromissos

A Companhia possui diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efectuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

CONTRATOS DE LOCAÇÃO OPERACIONAL

2012	
Número de contratos em vigor em 31 de Dezembro	3
Valor global dos contratos	84.335
Obrigações futuras até 1 ano	21.084
Obrigações futuras de 1 - 5 anos	49.803
2011	
Número de contratos em vigor em 31 de Dezembro	4
Valor global dos contratos	88.862
Obrigações futuras até 1 ano	24.739
Obrigações futuras de 1 - 5 anos	75.124

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

34. EXTRA ASSET COMPONENTS

Assets in pensions funds managed by the Company are as follows:

PENSIONS FUND

(Euro)

	Balance at 31-Dec-2011	Balance at 31-Dec-2011	Variation 2012/2011
ETE Pensions Fund	3,798,359	3,525,056	273,303
Lusitania Pensions Fund*	9,750,765	9,261,045	489,721
Johnson & Johnson Pensions Fund	5,923,810	5,626,060	297,749
Lusitania Vida Pensions Fund	2,330,529	2,176,278	154,251
Lusomedicamenta Pensions Fund	2,025,090	1,685,544	339,546
TOTAL	23,828,553	22,273,983	1,554,570

(*) A Lusitania Companhia de Seguros S.A. is a shareholder with a holding of more than 10%.

35. RISK MANAGEMENT

The aim of risk management is to identify, quantify, qualify and control the different risks of the Company's business and to adopt management policies and processes to optimise capital and create wealth.

Lusitania Vida has been gradually adopting methods that will identify, quantify, qualify and control the different risks of the Company's business, using management policies and processes.

With regard to the risk resulting from insurance contracts, Lusitania Vida has set up within its organisational structure the necessary competencies for decision-making bodies, namely technical skills for underwriting policies, pricing, reinsurance and setting up provisions. The control mechanisms for risks associated with these processes are defined in the company's internal control model and are subject to regular review by the Steering Committee of Lusitania Vida and are monitored and audited.

35.1. SPECIFIC INSURANCE RISKS

Specific Insurance Risks are those underlying the sale of insurance contracts and are the following:

Mortality risk: risk of rise in real mortality compared with planned mortality;

Longevity risk: risk of reducing real mortality compared with planned mortality;

Expenditure risk: risk of a rise in expenditure compared with planned expenditure;

Invalidity risk: risk of a rise in invalidity compared to planned invalidity;

Disaster risk: risk of losses in a relevant, unexpected disaster;

Lack of continuity risk: risk of losses in the event of cash-surrender or the unexpected cancellation of insurance contracts.

At six-monthly intervals Lusitania Vida calculates the Market Consistent Embedded Value, in which analyses establish the following stress tests for insurance contracts:

SENSITIVITY ANALYSIS

(Euro)

	Financial Products	Income-earning Products	Traditional Products	Annual Renewable Temporary Products	Total
2012					
Current portfolio value	9,327,603	523,114	1,541,192	7,130,572	18,522,482
Mortality +15%	89,367	407,204	-655,335	-6,923,199	-7,081,961
Costs +10%	-552,028	-25,404	-107,563	-157,800	-842,795
Cash-surrendered/Annulments x 200%	1,574,190	0	98,946	-370,714	1,302,422
Cash-surrendered/Annulments x 50%	-882,583	0	-157,205	-615,019	-1,654,806
Discount rate +1%	8,888,571	11,054,023	472,262	-233,053	20,181,803
Discount rate -1%	-10,460,258	-6,399,409	-526,804	253,194	-17,133,277

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

34. ELEMENTOS EXTRA PATRIMONIAIS

O valor dos activos dos fundos de pensões geridos pela Companhia é decomposto como segue:

FUNDO DE PENSÕES

(Euro)

	Saldo em 31-Dez-2012	Saldo em 31-Dez-2011	Varição 2012/2011
Fundo de Pensões ETE	3.798.359	3.525.056	273.303
Fundo de Pensões Lusitania*	9.750.765	9.261.045	489.721
Fundo de Pensões Johnson & Johnson	5.923.810	5.626.060	297.749
Fundo de Pensões Lusitania Vida	2.330.529	2.176.278	154.251
Fundo de Pensões Lusomedicamenta	2.025.090	1.685.544	339.546
TOTAL	23.828.553	22.273.983	1.554.570

(*) A Lusitania Companhia de Seguros S.A. é accionista com mais de 10%

35. GESTÃO DOS RISCOS

A gestão de riscos tem como objectivo a identificação, quantificação, qualificação e controlo dos diferentes riscos da actividade da Companhia e adoptar políticas e processos de gestão que permitam otimizar o capital e criar valor.

A Lusitania Vida tem vindo progressivamente a adoptar metodologias que visam a identificação, quantificação, qualificação e controlo dos diferentes riscos da actividade da Companhia, por intermédio de políticas e processos de gestão.

No que concerne aos riscos resultantes de contratos de seguro, a Lusitania Vida tem estabelecido na sua estrutura organizacional as devidas competências relativas aos órgãos de decisão, nomeadamente, competência técnica no que respeita à subscrição de apólices, tarifação, resseguro e provisionamento. Os mecanismos de controlo dos riscos associados a estes processos são definidos no modelo de controlo interno da Companhia, são sujeitos a revisões periódicas por parte da Comissão de Direcção da Lusitania Vida e monitorização a cargo da auditoria.

35.1. RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGURO

Os riscos específicos de seguros estão subjacentes à comercialização dos contratos de seguros e são os seguintes:

Risco de mortalidade: risco de agravamento da mortalidade real face à mortalidade esperada;

Risco de longevidade: risco de diminuição da mortalidade real face à mortalidade esperada;

Risco de despesas: risco de aumento das despesas reais face às despesas esperadas;

Risco de invalidez: risco de agravamento da invalidez real face à invalidez esperada;

Risco catastrófico: risco de perdas face a um evento catastrófico relevante e inesperado;

Risco de descontinuidade: risco de perdas face ao resgate ou anulação inesperada dos contratos de seguro.

Com periodicidade semestral, a Companhia calcula o *Market Consistent Embedded Value*, em que uma das análises consiste no apuramento dos seguintes *stress tests* relativos aos contratos de seguro:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

(Euro)

	Produtos Financeiros	Produtos de Rendas	Produtos Tradicionais	Produtos Temporários Anuais Renováveis	Total
2012					
Valor actual da carteira (VIFB)	9.327.603	523.114	1.541.192	7.130.572	18.522.482
Mortalidade +15%	89.367	407.204	-655.335	-6.923.199	-7.081.961
Despesas +10%	-552.028	-25.404	-107.563	-157.800	-842.795
Resgates/Anulações x 200%	1.574.190	0	98.946	-370.714	1.302.422
Resgates/Anulações x 50%	-882.583	0	-157.205	-615.019	-1.654.806
Taxa de desconto +1%	8.888.571	11.054.023	472.262	-233.053	20.181.803
Taxa de desconto -1%	-10.460.258	-6.399.409	-526.804	253.194	-17.133.277

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

SENSITIVITY ANALYSIS

(Euro)

	Financial Products	Income-earning Products	Traditional Products	Annual Renewable Temporary Products	Total
2011					
Current portfolio value	12.790.412	95.785	1.685.458	13.974.311	28.545.966
Mortality +15%	54.307	331.597	-812.157	-3.022.167	-3.448.420
Costs +10%	-556.776	-10.372	-138.975	-115.923	-822.046
Cash-surrendered/Annulments x 200%	1.599.741	0	167.420	-3.087.963	-1.320.802
Cash-surrendered/Annulments x 50%	-934.035	0	-219.044	1.902.985	749.906
Discount rate +1%	9.295.687	2.904.418	527.979	-897.066	11.831.018
Discount rate -1%	-11.061.588	-3.130.677	-586.974	1.051.947	-13.727.291

The tables above show the value of insurance portfolios - and these are the current values of future profits - and the impact resulting from the difference of assumptions, on these same values, using the Market Consistent Embedded Value method, based on values at 31 December 2012.

Adapting premiums and provisions

Insurance premiums are calculated to meet liabilities assumed by the Company, with acquisition and administrative costs included.

Mathematical provisions are the liabilities assumed by the Company at the close of the financial year, with total guarantee of commitment to rates agreed with policyholders. Technical provisions are calculated according to the technical bases of the different products and comply with legal provisions in force.

The claims provision reflects all liabilities for claims costs to be paid by the Company. A provision is added for IBNR, which has always been sufficient to compensate for the value of claims not declared by the close of the financial year.

35.2. FINANCIAL RISKS**a) Market Risk**

Market Risk is the eventual loss due to an adverse change in the value of a financial instrument as a result of a change in interest rates, exchange rates or share prices. It also includes the risk of concentration resulting from the excessive concentration of a specific asset or liability and the spread risk that reflects the probability of bond loans in portfolio falling short.

The Company adopts a cautious and conservative investment policy, investing essentially in fixed rate securities with a high rating and in Euros, and is not significantly exposed to shareholding or property risk. It has no exchange risk and is particularly careful to diversify investments. It closely analyses the interest rates of assets and liabilities that give it coverage, namely through the techniques of Asset Liability Management (ALM), and stress tests are performed on interest rate fluctuations.

b) Credit Risk

Credit Risk arises from the possibility of financial losses occurring as a result of default on the part of the client or counterparty to contractual obligations. Credit risk is essentially present in outstanding payments from brokers and reinsurers. The Company regularly monitors any rating changes of those in portfolio. Credit to brokers is not material.

c) Liquidity Risk

Liquidity Risk assesses the potential capacity to fund the asset, respecting the liabilities demanded on due dates as well

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

(Euro)

	Produtos Financeiros	Produtos de Rendas	Produtos Tradicionalis	Produtos Temporários Anuais Renováveis	Total
2011					
Valor actual da carteira (VIFB)	12.790.412	95.785	1.685.458	13.974.311	28.545.966
Mortalidade +15%	54.307	331.597	-812.157	-3.022.167	-3.448.420
Despesas +10%	-556.776	-10.372	-138.975	-115.923	-822.046
Resgates/Anulações x 200%	1.599.741	0	167.420	-3.087.963	-1.320.802
Resgates/Anulações x 50%	-934.035	0	-219.044	1.902.985	749.906
Taxa de desconto +1%	9.295.687	2.904.418	527.979	-897.066	11.831.018
Taxa de desconto -1%	-11.061.588	-3.130.677	-586.974	1.051.947	-13.727.291

O quadro acima apresenta os valores das carteiras de seguros - sendo estes os valores actuais dos lucros futuros das mesmas - e os impactos resultantes da variação dos pressupostos, nesses mesmos valores, usando a metodologia do *Market Consistent Embedded Value*, com base nos valores de 31 de Dezembro de 2012.

Adequação dos prémios e das provisões

Os prémios das modalidades de seguros são apurados de modo a satisfazer as responsabilidades assumidas pela Companhia, estando incluídos nas tarifas os encargos relativos a custos de aquisição e administrativos.

As provisões matemáticas constituídas correspondem às responsabilidades assumidas pela Companhia no fecho do exercício, com total garantia dos compromissos de taxas assumidas para com os tomadores de seguros. As provisões técnicas estão calculadas em conformidade com as bases técnicas dos diferentes produtos e respeitam as disposições normativas em vigor.

A provisão de sinistros reflecte todas as responsabilidades com os custos de sinistros a suportar pela Companhia. Acresce uma provisão para IBNR que tem sido sempre suficiente para compensar o valor de sinistros não avisados até ao fecho dos exercícios.

35.2. RISCOS FINANCEIROS**a) Risco de Mercado**

O Risco de Mercado representa a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções. Compreende também o risco de concentração resultante da concentração excessiva de um determinado activo ou passivo e o risco de *spread* que reflecte a da probabilidade de incumprimento dos títulos obrigacionistas em carteira.

A Companhia segue uma política de investimentos prudente e conservadora investindo essencialmente em títulos de taxa fixa de elevado *rating* e denominados em Euro, não tendo significativa exposição ao risco accionista nem ao risco imobiliário, não tendo risco cambial, apostando na diversificação dos investimentos e efectuando uma cuidada análise das taxas de juro dos passivos e dos activos que lhe servem de cobertura, nomeadamente através de técnicas de *Asset Liability Management (ALM)*, efectuando *stress tests* às flutuações de taxa de juro.

b) Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais. O risco de crédito está essencialmente presente nas dívidas a receber de mediadores e de resseguradores. A Companhia acompanha regularmente a evolução dos *ratings* das entidades em carteira. O crédito aos mediadores não é material.

c) Risco de liquidez

O Risco de Liquidez avalia a capacidade de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

as potential difficulties in settling portfolio positions without incurring significant losses.

To assess all of this the Company analyses future liquidity flows of assets and liabilities using the ALM model. In this way the adequacy of financial resources is managed to ensure there is no significant risk of defaulting on liabilities.

Quantitative information provided to evaluate the nature and extent of risk resulting from financial instruments for each type of risk.

ANALYSIS OF MATURITIES PORTFOLIO

FINANCIAL ASSETS CLASSIFIED IN INITIAL RECOGNITION AT FAIR VALUE THROUGH PROFIT AND LOSS

(Euro)

MATURITIES	2012		2011	
	Book Balance	%	Book Balance	%
up to 1 year	244,633	9.1%	0	0.0%
2 to 5 years	1,462,135	54.5%	1,483,488	68.1%
6 to 10 years	550,551	20.5%	483,581	22.2%
Over 10 years	0	0.0%	0	0.0%
Perpetual	425,143	15.8%	212,330	9.7%
Shares and investment units	0	0.0%	0	0.0%
TOTAL	2,682,462	100.0%	2,179,399	100.0%

FINANCIAL ASSETS AVAILABLE FOR SALE

(Euro)

MATURITIES	2012		2011	
	Book Balance	%	Book Balance	%
up to 1 year	18,879,360	5.4%	2,627,788	0.8%
2 to 5 years	163,892,988	46.6%	153,220,173	45.0%
6 to 10 years	122,722,268	34.9%	143,598,862	42.2%
Over 10 years	37,576,481	10.7%	32,366,454	9.5%
Perpetual	5,239,467	1.5%	4,669,137	1.4%
Shares and investment units	3,296,955	0.9%	3,863,162	1.1%
TOTAL	351,607,519	100.0%	340,345,577	100.0%

INVESTMENTS HELD TO MATURITY

(Euro)

MATURITIES	2012				2011			
	Book Balance	%	Market Balance	%	Book Balance	%	Market Balance	%
up to 1 year	3,277,278	3.4%	3,315,182	3.3%	0	0.0%	0	0.0%
2 to 5 years	42,190,922	43.2%	44,002,931	44.1%	44,653,030	46.5%	36,267,177	52.3%
6 to 10 years	45,604,223	46.7%	46,576,649	46.7%	44,777,500	46.7%	29,885,424	43.1%
Over 10 years	6,598,210	6.8%	5,891,634	5.9%	6,520,193	6.8%	3,179,705	4.6%
TOTAL	97,670,634	100.0%	99,786,395	100.0%	95,950,724	100.0%	69,332,306	100.0%

ANALYSIS OF GEOGRAPHIC CONCENTRATION OF PORTFOLIO

To diversify the investments portfolio, Lusitania Vida adopts a policy to spread its investments in terms of location and sector to minimise the effects of concentration.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

datas devidas e a existência de dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

Para esta avaliação, a Companhia procede à análise dos fluxos futuros de liquidez dos activos e dos passivos por intermédio do modelo de ALM, adequando os recursos financeiros de modo a minorar o risco de incumprimentos das responsabilidades.

Prestação de informação quantitativa que permite avaliar a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros por cada tipo de risco

ANÁLISE DE MATURIDADES DA CARTEIRA

ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

(Euro)

MATURIDADES	2012		2011	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
até 1 ano	244.633	9,1%	0	0,0%
2 a 5 anos	1.462.135	54,5%	1.483.488	68,1%
6 a 10 anos	550.551	20,5%	483.581	22,2%
Mais de 10 anos	0	0,0%	0	0,0%
Perpétua	425.143	15,8%	212.330	9,7%
Acções e UPFI	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL	2.682.462	100,0%	2.179.399	100,0%

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

(Euro)

MATURIDADES	2012		2011	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
até 1 ano	18.879.360	5,4%	2.627.788	0,8%
2 a 5 anos	163.892.988	46,6%	153.220.173	45,0%
6 a 10 anos	122.722.268	34,9%	143.598.862	42,2%
Mais de 10 anos	37.576.481	10,7%	32.366.454	9,5%
Perpétua	5.239.467	1,5%	4.669.137	1,4%
Acções e UPFI	3.296.955	0,9%	3.863.162	1,1%
TOTAL	351.607.519	100,0%	340.345.577	100,0%

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

(Euro)

MATURIDADES	2012				2011			
	Valores de Balanço	%	Valor de Mercado	%	Valores de Balanço	%	Valor de Mercado	%
até 1 ano	3.277.278	3,4%	3.315.182	3,3%	0	0,0%	0	0,0%
2 a 5 anos	42.190.922	43,2%	44.002.931	44,1%	44.653.030	46,5%	36.267.177	52,3%
6 a 10 anos	45.604.223	46,7%	46.576.649	46,7%	44.777.500	46,7%	29.885.424	43,1%
Mais de 10 anos	6.598.210	6,8%	5.891.634	5,9%	6.520.193	6,8%	3.179.705	4,6%
TOTAL	97.670.634	100,0%	99.786.395	100,0%	95.950.724	100,0%	69.332.306	100,0%

ANÁLISE DE CONCENTRAÇÃO GEOGRÁFICA DA CARTEIRA

No que concerne à diversificação da carteira de investimentos, a Lusitania Vida prossegue uma política de dispersão geográfica e sectorial dos seus investimentos de forma a minimizar os efeitos de concentração.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

FINANCIAL ASSETS CLASSIFIED IN INITIAL RECOGNITION AT FAIR VALUE THROUGH PROFIT AND LOSS

(Euro)

COUNTRY	2012		2011	
	Book Balance	%	Book Balance	%
Germany	550,551	20.5%	483,581	22.2%
Spain	425,143	15.8%	212,330	9.7%
France	1,462,135	54.5%	1,294,200	59.4%
Portugal	244,633	9.1%	189,288	8.7%
TOTAL	2,682,462	100.0%	2,179,399	100.0%

FINANCIAL ASSETS AVAILABLE FOR SALE

(Euro)

COUNTRY	2012		2011	
	Book Balance	%	Book Balance	%
Germany	54,326,960	15.5%	52,847,938	15.5%
Australia	5,137,805	1.5%	4,777,968	1.4%
Austria	10,053,750	2.9%	9,536,533	2.8%
Belgium	9,745,157	2.8%	9,430,338	2.8%
United States	33,223,023	9.4%	27,288,724	8.0%
Spain	22,932,034	6.5%	24,944,208	7.3%
France	46,413,009	13.2%	53,481,037	15.7%
United Kingdom	47,145,783	13.4%	40,584,150	11.9%
The Netherlands	63,107,416	17.9%	61,030,979	17.9%
Ireland	6,478,077	1.8%	5,986,207	1.8%
Italy	10,202,717	2.9%	9,192,953	2.7%
Channel Islands	2,206,599	0.6%	1,447,282	0.4%
Portugal	27,919,341	7.9%	27,864,032	8.2%
Switzerland	11,068,724	3.1%	10,448,954	3.1%
Supra-nationals	1,647,122	0.5%	1,484,273	0.4%
TOTAL	351,607,519	100.0%	340,345,577	100.0%

INVESTMENTS HELD TO MATURITY

(Euro)

COUNTRY	2012				2011			
	Book Balance	%	Market Balance	%	Book Balance	%	Market Balance	%
Portugal	97,670,634	100.0%	99,786,395	100.0%	95,950,724	100.0%	69,332,306	100.0%
TOTAL	97,670,634	100.0%	99,786,395	100.0%	95,950,724	100.0%	69,332,306	100.0%

We believe there is no high concentration in any of the countries in which Lusitania Vida has financial assets. Furthermore, the overwhelming majority of its investments are in OECD countries.

ANALYSIS OF PORTFOLIO CONCENTRATION PER SECTOR

FINANCIAL ASSETS CLASSIFIED IN INITIAL RECOGNITION AT FAIR VALUE THROUGH PROFIT AND LOSS

(Euro)

SECTOR	2012		2011	
	Book Balance	%	Book Balance	%
Banking	2,257,319	84.2%	1,967,069	90.3%
Financial services	425,143	15.8%	212,330	9.7%
TOTAL	2,682,462	100.0%	2,179,399	100.0%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

(Euro)

PAÍS	2012		2011	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
Alemanha	550.551	20,5%	483.581	22,2%
Espanha	425.143	15,8%	212.330	9,7%
França	1.462.135	54,5%	1.294.200	59,4%
Portugal	244.633	9,1%	189.288	8,7%
TOTAL	2.682.462	100,0%	2.179.399	100,0%

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

(Euro)

PAÍS	2012		2011	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
Alemanha	54.326.960	15,5%	52.847.938	15,5%
Austrália	5.137.805	1,5%	4.777.968	1,4%
Áustria	10.053.750	2,9%	9.536.533	2,8%
Bélgica	9.745.157	2,8%	9.430.338	2,8%
Estados Unidos	33.223.023	9,4%	27.288.724	8,0%
Espanha	22.932.034	6,5%	24.944.208	7,3%
França	46.413.009	13,2%	53.481.037	15,7%
Grã-Bretanha	47.145.783	13,4%	40.584.150	11,9%
Holanda	63.107.416	17,9%	61.030.979	17,9%
Irlanda	6.478.077	1,8%	5.986.207	1,8%
Itália	10.202.717	2,9%	9.192.953	2,7%
Ilhas Jersey	2.206.599	0,6%	1.447.282	0,4%
Portugal	27.919.341	7,9%	27.864.032	8,2%
Suíça	11.068.724	3,1%	10.448.954	3,1%
Supra-nacionais	1.647.122	0,5%	1.484.273	0,4%
TOTAL	351.607.519	100,0%	340.345.577	100,0%

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

(Euro)

PAÍS	2012				2011			
	Valores de Balanço	%	Valor de Mercado	%	Valores de Balanço	%	Valor de Mercado	%
Portugal	97.670.634	100,0%	99.786.395	100,0%	95.950.724	100,0%	69.332.306	100,0%
TOTAL	97.670.634	100,0%	99.786.395	100,0%	95.950.724	100,0%	69.332.306	100,0%

Pensamos não existir uma concentração elevada em nenhum dos países, dos quais a Lusitania Vida tem activos financeiros, assinalando, também, que a esmagadora maioria dos seus investimentos são efectuados em estados pertencentes à OCDE.

ANÁLISE DE CONCENTRAÇÃO SECTORIAL DA CARTEIRA

ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

(Euro)

SECTOR	2012		2011	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
Banca	2.257.319	84,2%	1.967.069	90,3%
Serviços Financeiros	425.143	15,8%	212.330	9,7%
TOTAL	2.682.462	100,0%	2.179.399	100,0%

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

FINANCIAL ASSETS AVAILABLE FOR SALE

(Euro)

SECTOR	2012		2011	
	Book Balance	%	Book Balance	%
Agriculture and Forestry	104,413	0.0%	105,917	0.0%
Automobile	9,250,119	2.6%	9,099,817	2.7%
Banking	136,265,958	38.8%	124,198,185	36.5%
Trade and Services	2,624,755	0.7%	2,273,080	0.7%
Public Debt	79,989,309	22.7%	87,686,980	25.8%
Energy	34,376,504	9.8%	35,189,445	10.3%
Pharmaceuticals and Chemistry	15,254,547	4.3%	14,638,631	4.3%
Property & Financial Investments	991,046	0.3%	1,557,493	0.5%
Financial Services	31,264,143	8.9%	26,985,233	7.9%
Insurance	27,626,995	7.9%	26,572,912	7.8%
Supra-nationals	1,647,122	0.5%	1,484,273	0.4%
Transport and Communication	12,212,609	3.5%	10,553,610	3.1%
TOTAL	351,607,519	100.0%	340,345,577	100.0%

Banking with 38.8% (2011: 36.5%) and Public Debt with 22.7% (2011: 25.6%) continue to be the sectors that predominate in the Company's portfolio, with 59.2% of total financial assets available for sale (2011: 62.3%).

INVESTMENTS HELD TO MATURITY

(Euro)

SECTOR	2012				2011			
	Book Balance	%	Market Balance	%	Book Balance	%	Market Balance	%
Banking	22,804,179	23.3%	24,457,628	24.5%	22,134,521	23.1%	19,710,130	28.4%
Trade and Services	7,213,139	7.4%	7,560,716	7.6%	7,143,553	7.4%	4,973,975	7.2%
Public Debt	57,119,723	58.5%	57,995,664	58.1%	56,316,430	58.7%	38,978,226	56.2%
Transport and Communication	10,533,593	10.8%	9,772,387	9.8%	10,356,219	10.8%	5,669,974	8.2%
TOTAL	97,670,634	100.0%	99,786,395	100.0%	95,950,724	100.0%	69,332,306	100.0%

Also under investments held to maturity, a concentration in Public Debt of 58.5% (2011: 58.7%) and Banking of 23.3% (2011: 23.1%) in book value was recorded.

CREDIT RISK ANALYSIS

FINANCIAL ASSETS CLASSIFIED IN INITIAL RECOGNITION AT FAIR VALUE THROUGH PROFIT AND LOSS

(Euro)

DESCRIPTION	2012		2011	
	Book Balance	%	Book Balance	%
AA	0	0.0%	483,581	22.2%
A	2,012,687	75.0%	1,294,200	59.4%
BBB	0	0.0%	189,288	8.7%
BB	244,633	9.1%	0	0.0%
C	425,143	15.8%	212,330	9.7%
TOTAL	2,682,462	100.0%	2,179,399	100.0%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

(Euro)

SECTOR	2012		2011	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
Agricultura e Floresta	104.413	0,0%	105.917	0,0%
Automóvel	9.250.119	2,6%	9.099.817	2,7%
Banca	136.265.958	38,8%	124.198.185	36,5%
Comércio e Serviços	2.624.755	0,7%	2.273.080	0,7%
Dívida Pública	79.989.309	22,7%	87.686.980	25,8%
Energia	34.376.504	9,8%	35.189.445	10,3%
Farmacêutica e Química	15.254.547	4,3%	14.638.631	4,3%
FIM e FIL	991.046	0,3%	1.557.493	0,5%
Serviços Financeiros	31.264.143	8,9%	26.985.233	7,9%
Seguros	27.626.995	7,9%	26.572.912	7,8%
Supra-nacionais	1.647.122	0,5%	1.484.273	0,4%
Transportes e Comunicações	12.212.609	3,5%	10.553.610	3,1%
TOTAL	351.607.519	100,0%	340.345.577	100,0%

A Banca com 38,8% (2011: 36,5%) e a Dívida Pública com 22,7% (2011: 25,6%) continuam a ser os sectores mais representativos na carteira da Companhia, com 59,2% do peso total dos activos financeiros disponíveis para venda (2011: 62,3%).

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

(Euro)

SECTOR	2012				2011			
	Valores de Balanço	%	Valor de Mercado	%	Valores de Balanço	%	Valor de Mercado	%
Banca	22.804.179	23,3%	24.457.628	24,5%	22.134.521	23,1%	19.710.130	28,4%
Comércio e Serviços	7.213.139	7,4%	7.560.716	7,6%	7.143.553	7,4%	4.973.975	7,2%
Dívida Pública	57.119.723	58,5%	57.995.664	58,1%	56.316.430	58,7%	38.978.226	56,2%
Transportes e Comunicações	10.533.593	10,8%	9.772.387	9,8%	10.356.219	10,8%	5.669.974	8,2%
TOTAL	97.670.634	100,0%	99.786.395	100,0%	95.950.724	100,0%	69.332.306	100,0%

Também nos investimentos detidos até à maturidade se regista uma concentração em Dívida Pública com 58,5% (2011: 58,7%) e Banca com 23,3% (2011: 23,1%) do valor de balanço destes títulos.

ANÁLISE DE RISCO DE CRÉDITO

ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

(Euro)

DESCRITIVO	2012		2011	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
AA	0	0,0%	483.581	22,2%
A	2.012.687	75,0%	1.294.200	59,4%
BBB	0	0,0%	189.288	8,7%
BB	244.633	9,1%	0	0,0%
C	425.143	15,8%	212.330	9,7%
TOTAL	2.682.462	100,0%	2.179.399	100,0%

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

FINANCIAL ASSETS AVAILABLE FOR SALE

(Euro)

DESCRIPTION	2012		2011	
	Book Balance	%	Book Balance	%
AAA	43,395,961	12.3%	84,554,384	24.8%
AA	83,915,521	23.9%	56,006,508	16.5%
A	108,428,318	30.8%	109,660,700	32.2%
BBB	65,593,618	18.7%	63,288,750	18.6%
BB	20,757,972	5.9%	2,635,213	0.8%
B	2,206,599	0.6%	1,447,282	0.4%
C	410,592	0.1%	888,265	0.3%
Shares/Investment Units	3,296,955	0.9%	3,863,162	1.1%
NR	23,601,982	6.7%	18,001,313	5.3%
TOTAL	351,607,519	100.0%	340,345,577	100.0%

Lusitania Vida prefers Standard & Poor's as its principal rating agency for ex-ante and ex-post analysis of risks associated with securities in portfolio.

INVESTMENTS HELD TO MATURITY

(Euro)

DESCRIPTION	2012				2011			
	Book Balance	%	Market Balance	%	Book Balance	%	Market Balance	%
BBB	7,422,089	7.6%	8,220,103	8.2%	58,993,745	61.5%	39,854,756	57.5%
BB	65,656,086	67.2%	67,467,249	67.6%	36,956,979	38.5%	29,477,550	42.5%
B	24,592,459	25.2%	24,099,042	24.2%	0	0.0%	0	0.0%
TOTAL	97,670,634	100.0%	99,786,395	100.0%	95,950,724	100.0%	69,332,306	100.0%

With reference to 31 December 2012, the Company's exposure to sovereign debt in the EU countries receiving bailouts is shown as follows:

(Euro)

ISSUER	2012			
	Book Balance	Market Balance	Revaluation reserve by readjustment to fair value	Valuation level
Financial assets available for sale	2,071,290	2,071,290	-948,685	L1
Financial assets held to maturity	49,299,686	50,335,898	-2,728,072	L1
Portugal	51,370,977	52,407,188	-3,676,757	

With reference to 31 December 2011, the Company's exposure to sovereign debt in the EU countries receiving bailouts is shown as follows:

(Euro)

ISSUER	2011			
	Book Balance	Market Balance	Revaluation reserve by readjustment to fair value	Valuation level
Financial assets available for sale	1,557,377	1,557,377	-1,460,118	L1
Financial assets held to maturity	48,637,526	34,184,782	-3,092,313	L1
Portugal	50,194,903	35,742,159	-4,552,431	

Lusitania Vida is not exposed to the exchange risk of investments in portfolio as all investments are in Euro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

(Euro)

DESCRITIVO	2012		2011	
	Valores de Balanço	%	Valores de Balanço	%
AAA	43.395.961	12,3%	84.554.384	24,8%
AA	83.915.521	23,9%	56.006.508	16,5%
A	108.428.318	30,8%	109.660.700	32,2%
BBB	65.593.618	18,7%	63.288.750	18,6%
BB	20.757.972	5,9%	2.635.213	0,8%
B	2.206.599	0,6%	1.447.282	0,4%
C	410.592	0,1%	888.265	0,3%
Acções/UP'S	3.296.955	0,9%	3.863.162	1,1%
NR	23.601.982	6,7%	18.001.313	5,3%
TOTAL	351.607.519	100,0%	340.345.577	100,0%

A Lusitania Vida privilegia a Standard & Poor's como principal agência para análise ex-ante e ex-post dos riscos associados aos títulos em carteira.

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

(Euro)

DESCRITIVO	2012				2011			
	Valores de Balanço	%	Valor de Mercado	%	Valores de Balanço	%	Valor de Mercado	%
BBB	7.422.089	7,6%	8.220.103	8,2%	58.993.745	61,5%	39.854.756	57,5%
BB	65.656.086	67,2%	67.467.249	67,6%	36.956.979	38,5%	29.477.550	42,5%
B	24.592.459	25,2%	24.099.042	24,2%	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL	97.670.634	100,0%	99.786.395	100,0%	95.950.724	100,0%	69.332.306	100,0%

Com referência a 31 de Dezembro de 2012, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

(Euro)

EMITENTE	2012			
	Valores de Balanço	Valor de Mercado	Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor	Nível de valorização
Activos financeiros disponíveis para venda	2.071.290	2.071.290	-948.685	L1
Activos financeiros detidos até à maturidade	49.299.686	50.335.898	-2.728.072	L1
Portugal	51.370.977	52.407.188	-3.676.757	

Com referência a 31 de Dezembro de 2011, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

(Euro)

EMITENTE	2011			
	Valores de Balanço	Valor de Mercado	Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor	Nível de valorização
Activos financeiros disponíveis para venda	1.557.377	1.557.377	-1.460.118	L1
Activos financeiros detidos até à maturidade	48.637.526	34.184.782	-3.092.313	L1
Portugal	50.194.903	35.742.159	-4.552.431	

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

Regarding shares and investment units in portfolio, the risk analysis is based on impairment tests, daily monitoring of the respective listings and other important information that might suggest situations of impairment.

SENSITIVITY ANALYSIS

The Company's financial investments are made in fixed income securities that are sensitive to changes in the time structure of interest rates. The impact on equity is reflected through the Revaluation Reserve, almost entirely, because the impact resulting from assets whose change in fair value is reflected in Profit and Loss is insignificant.

IMPACT ON EQUITY

(Euro)

INTEREST RATE RISK	2012	2011
100 bps increase in interest rate curve	-18,081,520	-15,640,937

In turn, the volatility of spreads is having the following impact on Equity:

IMPACT ON EQUITY CAPITAL

(Euro)

RISK OF SPREAD	2012	2011
Increase in credit spreads		
by 100 bps	NA	-33,182,644
by 50 bps	-18,627,954	-18,393,700

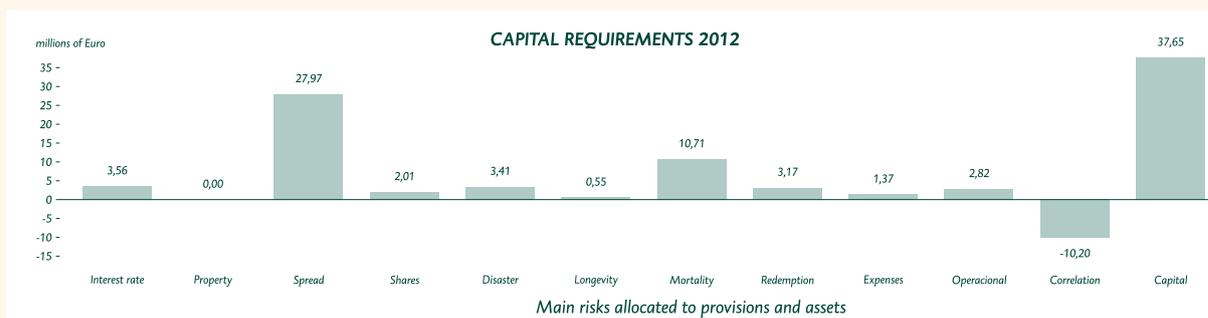
35.3. OTHER RISKS

Operational risk is the possibility of losses caused by failures in the pursuit of internal procedures, by personal or data processing performance, or even by events outside the Company.

Managing operational risk is, from its very nature, decentralised throughout the corporate structure. The Company has adopted principles and best practices to guarantee the efficient management of operational risk, defined in "Organisational Structure", and internal control mechanisms have been implemented, such as business continuity plans should the data processing system or preventative procedures against money laundering and fraud fail. This risk is controlled and minimised through the Company's internal control model, which is subject to regular review by the Steering Committee and monitored by Internal Auditing.

In preparing Solvency II, and particularly within the scope of ORSA (Own Risk and Solvency Assessment), once every six months Lusitania Vida establishes the amount of the main risks (applied to funds), based essentially on the parameters defined in the most recent QIS (Quantitative Impact Study). Risks are determined for the different 'main business units': fund for insurance contracts with profit sharing, savings-retirement pension funds, fund for investment contracts and the fund for insurance contracts without profit-sharing.

The following graph shows the capital requirements of the main risks affecting mathematical provisions, at the close of 2012:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Lusitania Vida não se encontra exposta a risco cambial dos investimentos em carteira, sendo todos eles denominados em Euro.

Relativamente às acções e unidades de participação em carteira, a análise de risco é baseada nos testes de imparidade efectuados, pelo acompanhamento diário das respectivas cotações e outras informações importantes que possam indiciar situações de imparidade.

ANÁLISES DE SENSIBILIDADE

Os investimentos financeiros da Companhia são aplicados em títulos de rendimento fixo que são sensíveis a alterações da estrutura temporal das taxas de juro. O impacto nos capitais próprios é reflectido através da Reserva de Reavaliação, praticamente na sua totalidade, já que o impacto resultante dos activos cuja alteração do justo valor é reflectida em Ganhos e Perdas é insignificante.

IMPACTO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

(Euro)

RISCO DE TAXA DE JURO	2012	2011
Aumento 100 bps na curva de taxa de juro	-18.081.520	-15.640.937

Por seu lado, a volatilidade dos *spreads* apresenta os seguintes impactos nos Capitais Próprios:

IMPACTO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

(Euro)

RISCO DE SPREAD	2012	2011
Aumento dos <i>spreads</i> de crédito		
em 100 bps	NA	-33.182.644
em 50 bps	-18.627.954	-18.393.700

35.3. OUTROS RISCOS

O Risco Operacional traduz-se na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

A gestão do risco operacional é, pelas suas próprias características, descentralizada em toda a estrutura da instituição. A Companhia tem adoptado um conjunto de princípios e melhores práticas que pretendem garantir uma gestão eficiente do risco operacional, definida na “Estrutura Organizacional” e na implementação de mecanismos de controlo interno, nomeadamente em planos de continuidade de negócio em caso de avaria no sistema informático e em procedimentos de combate à fraude. Este risco é controlado e minimizado por intermédio do modelo de controlo interno da Companhia, que é sujeito a revisões periódicas por parte da Comissão de Direcção e monitorizado pela Auditoria Interna.

Para a preparação do solvência II, particularmente no âmbito do ORSA (*Own Risk and Solvency Assessment*), a Lusitania Vida apura todos os semestres os valores dos principais riscos (afectos aos fundos), baseando-se essencialmente nos parâmetros definidos nos últimos QIS (*Quantitative Impact Study*). Os riscos são apurados para as diferentes “unidades principais de negócio”, (UPN): fundo de contratos de seguro com participação nos resultados, fundos autónomos PPR, fundo de contratos de investimento e fundo de contratos de seguro sem participação nos resultados.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

Each risk is calculated using the parameters defined by the CEIOPS (Committee of European Insurance and Occupational Pensions Supervisor), and given that this is just one more test for the future solvency model, the results obtained may not be representative of the model to be adopted in 2014 (the date planned for Solvency II to come into force).

36. SOLVENCY

As laid down in legislation in force, insurers should have, for each financial year, a solvency margin and a guarantee fund (one third of the solvency margin) that represents certain percentages and minimum amounts legally established by Standard 6/2007-R, amended by Enabling Standard12/2008-R, issued by the Instituto de Seguros de Portugal.

The solvency margin demanded on 31 December 2012 and 2011 is shown as follows:

SOLVENCY MARGIN		(Euro)
	2012	2011
Elements part of the solvency margin	59,157,463	39,011,412
Solvency margin	17,635,801	18,855,146
Guarantee fund	5,878,600	6,285,049
Coverage rate of solvency margin	335.44%	206.90%

37. FAIR VALUE

Fair value is based on market values, when available. When these are not available, fair value can be estimated using internal models, usually based on discounted cash flow models, for this purpose using the non-risk interest rate adding the spread attributable to the issuer.

The principal methods and assumptions that Lusitania Vida uses to determine the fair value of assets and liabilities are the following:

Cash and Deposits at banks

Bearing in mind that these are usually short term assets, the balance is a reasonable estimate of their fair value.

Financial assets at fair value through profit and loss and Financial Assets available for sale

These financial instruments are recorded at fair value, which is normally based on market values, if available. Should they not be available, fair value is estimated using internal models, usually based on discounted cash flows, for this purpose using the non-risk interest rate adding the spread attributable to the issuer.

In the case of non-listed shares, these are valued at historical cost, whenever there are no available market values to support their listing and their fair value cannot be estimated reliably.

Debtors and creditors in direct insurance, reinsurance and other operations

Bearing in mind that these are usually short term assets, the balance of the different headings, on the date of the balance sheet, is considered a reasonable estimate of their fair value.

Investments held to maturity

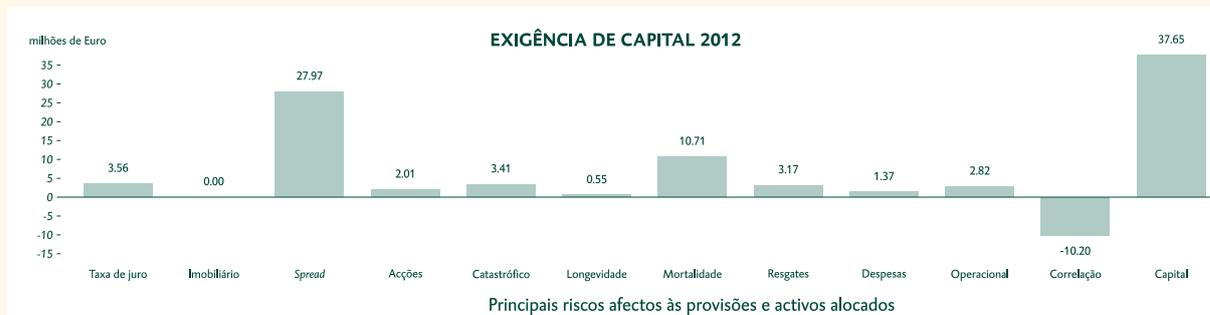
These financial assets are recorded at the depreciated cost net of impairment. Fair value is based on market listings, whenever these are available. Should they not exist, fair value is calculated using numerical models, based on discounted cash flow techniques that, in estimating fair value, use market interest rates adjusted by associated factors, predominantly credit risk and liquidity risk, determined according to market conditions and respective timeframes.

Financial liabilities

These financial liabilities are recorded at depreciated cost. Bearing in mind that these are usually short term liabilities,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O gráfico seguinte apresenta os valores dos requisitos de capital dos principais riscos afectos às provisões matemáticas, no final de 2012:



Cada risco é calculado segundo os parâmetros definidos pelo EIOPA e, dado que se trata apenas de um teste para o futuro modelo de solvência, os resultados obtidos poderão não ser representativos do modelo a adoptar em 2014 (data prevista para a entrada em vigor do Solvência II).

36. SOLVÊNCIA

De acordo com a legislação vigente, as seguradoras devem dispor, em cada exercício económico, de um património não comprometido (margem de solvência) e de um fundo de garantia (um terço da margem de solvência) que representam certas percentagens e montantes mínimos legalmente estabelecidos pela Norma 6/2007-R, alterada pela Norma Regulamentar 12/2008-R, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal.

A margem de solvência exigida a 31 de Dezembro 2012 e 2011 apresenta-se de seguida:

MARGEM DE SOLVÊNCIA

(Euro)

	2012	2011
Elementos constitutivos da margem de solvência	59.157.463	39.011.412
Margem de solvência	17.635.801	18.855.146
Fundo de garantia	5.878.600	6.285.049
Taxa de cobertura da margem de solvência	335,44%	206,90%

37. JUSTO VALOR

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de activos e passivos pela Lusitania Vida são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de desconto de fluxos de caixa, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do prémio de risco atribuível ao emitente.

No caso das acções não cotadas, são valorizadas ao custo histórico, sempre que não existam valores de mercado

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

the balance of the different headings, on the date of the balance sheet, is considered a reasonable estimate of their fair value.

Other financial liabilities

These financial liabilities are recorded at depreciated cost. Fair value is based on the use of numerical models, based on discounted cash flow techniques that in estimating fair value, use market interest rates adjusted by associated factors, predominantly credit risk and liquidity risk, determined according to market conditions and respective timeframes.

38. SUBSEQUENT EVENTS

Bearing in mind the stipulation in IAS 10, by the date of authorization to issue these financial statements, no subsequent events were identified that imply any adjustments or additional disclosures.

39. ACCOUNTING STANDARDS AND RECENTLY ISSUED INTERPRETATIONS

Recently issued accounting standards and interpretations that come into force and that the Company applies in preparing its financial statements, are as follows:

IFRS 7 (Amended) - Financial Instruments: Disclosures - Transfers of financial assets

The International Accounting Standards Board (IASB), issued on 7 October 2010, amendments to “IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures - Transfers of financial assets” effective from 1 July 2011. These amendments were adopted by European Commission Regulation n° 1205/2011, of 22 November.

The amendments demand additional disclosures of information on transfers of financial assets to allow users of financial statements to:

- Understand the relation between the financial asset transferred, that has not been fully derecognised in accounts, and the associated liability; and
- Assess the nature of the continued involvement and risks associated with the derecognised financial asset.

Amendments now demand additional disclosures should there be a disproportionate number of financial asset transfer operations occurring close to the closing period.

The Company felt no impact from adopting these amendments.

IAS 12 (Amended) - Deferred Taxation - recovery of underlying assets

IASB issued, on 20 December 2010, an amendment to “IAS 12 - Deferred Taxation - recovery of underlying assets” (having revoked “SIC 21 - Income taxes - Recovery of Revalued Non-depreciable Assets), effective from 1 January 2012. These amendments were adopted by European Commission Regulation n° 1255/2012, of 11 December.

As a result of the amendment to IAS 12, deferred taxes on investment properties should be measured assuming that the book value of investment properties recorded based on the fair value model according to “IAS 40 - Investment Properties”, will be recovered fully through sale. Previously, it could be assumed that the book value of investment properties would be recovered through sale or use, depending on the plans of the management body.

The Company felt no significant impact from the adoption of this amendment.

The Company decided against the early application of the following standards and/or interpretations, adopted by the European Union:

Presentation of items under other comprehensive income - amendment to IAS 1 - Presentation of Financial Statements

IASB issued, on 16 June 2011, amendments to “IAS 1 - Presentation of Financial Statements”, effective from 1 July 2012, and retroactive. This amendment was adopted by European Commission Regulation n° 475/2012, of 5 June.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

disponíveis que suportem a sua cotação e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores e credores por operações de seguro directo, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes activos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

Passivos financeiros

Estes passivos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado. Tendo em conta que se tratam de passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Outros Passivos financeiros

Estes passivos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado. O justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

39. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de activos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em 7 de Outubro de 2010, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de activos financeiros”, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2011. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1205/2011, de 22 de Novembro.

As alterações exigem uma melhoria na divulgação de informação sobre as transferências de activos financeiros que permita aos utentes das demonstrações financeiras:

- Compreenderem a relação existente entre um activo financeiro transferido, que não tenha sido desreconhecido contabilisticamente em toda a sua plenitude, e o passivo associado; e
- Avaliarem a natureza do envolvimento continuado e os riscos associados ao activo financeiro desreconhecido.

As alterações também passaram a exigir divulgações adicionais caso uma quantia desproporcionada de operações de transferência de activos financeiros ocorra próximo do final do período.

A Companhia não teve quaisquer impactos decorrentes da adopção destas alterações.

IAS 12 (Alterada) - Impostos diferidos - Recuperação de activos subjacentes

O IASB, emitiu em 20 de Dezembro de 2010, uma alteração à “IAS 12 - Impostos diferidos - recuperação de activos subjacentes” (tendo revogado a “SIC 21 - Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de Activos Não Depre-

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

This amendment allows an entity to continue to submit separate statements, one for profit and loss and the other for comprehensive income (with the latter beginning with profit and loss and taking account of other comprehensive income), requiring however:

- Separate presentation of headings for other comprehensive income that can be reclassified to profit and loss;
- An entity that presents headings for other comprehensive income prior to tax, should also allocate the tax effect to the two sub-categories referred to in the previous item; and
- Change of name “statement of comprehensive income” to “profit and loss statement and other comprehensive income”, although another heading can be used.

The amendments only affect presentation and have no impact on the Company’s financial position or performance.

IAS 19 (Amended) - Employee benefits

IASB issued, on 16 June 2011, amendments to “IAS 19 - Employee Benefits”, effective from 1 January 2013, and retroactive. These amendments were adopted by European Commission Regulation n° 475/2012, of 5 June 2012.

IASB made several amendments to IAS 19. These amendments include fundamental amendments, such as removal of the option by the corridor approach and the concept of expected returns on the assets of the defined benefit plan, simple clarifications and readjustment of the text. In 2011, the Company made a voluntary change in accounting policy and began recognising actuarial gains and losses under other comprehensive income (OCI).

However, the amendments will have an effect on the net cost of the benefit because the expected return on assets is now calculated using the same interest rate applicable to the net defined benefit obligation. This situation will have no effect either on the Company’s financial statements.

IFRS 7 (Amended) - Financial Instruments: Disclosures - Offsetting financial assets and liabilities

IASB, issued on 16 December 2011, amendments to “IFRS 7 - Financial Instruments: Disclosures - Offsetting Financial Assets and Liabilities”, effective from 1 January 2013, and retroactive. These amendments were adopted by European Commission Regulation n° 1256/2012, of 11 December.

The amendments require an entity to disclose information on amounts offset in the statement of financial position and on the nature and extent of offsetting rights and similar agreements (e.g. collateral).

The new disclosures apply to all recognised financial instruments that are offset according to IAS 32 Financial Instruments: Presentation. The disclosures also apply to recognised financial instruments that are subject to an enforceable master netting arrangement or similar agreement, irrespective of whether the financial instruments are off set in accordance with IAS 32.

The Company hopes that adopting the amendments to IFRS 7 will lead to demanding more disclosure on offsetting rights.

IAS 32 (Amended) - Financial Instruments: Presentation - offsetting financial assets and liabilities

IASB issued on 16 December 2011, amendments to “IAS 32 - Financial Instruments: Presentation - offsetting financial assets and liabilities”, effective from 1 January 2014, and retroactive. These amendments were adopted by European Commission Regulation n° 1256/2012, of 11 December.

The amendments now introduced add implementation guidelines that help solve inconsistencies in practical application. The new guidelines explain that the phrase “legal enforceable rights to off-set” means that the right to offsetting may not be contingent, in view of future events, and must be enforceable in the normal course of business, in the case of non-compliance and the occurrence of insolvency or bankruptcy on the part of the entity and all counterparties.

These application guidelines also specify the characteristics of gross liquidation systems, making it the same as liquidation on a net basis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ciáveis Revalorizados”), com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2012. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

Na sequência da alteração à IAS 12, os impostos diferidos relativos às propriedades de investimento devem ser mensurados assumindo que o valor contabilístico das propriedades de investimento registadas com base no modelo de justo valor de acordo com a “IAS 40 - Propriedades de Investimento”, será recuperado integralmente por via da venda. Anteriormente, era permitido assumir que o valor de balanço das propriedades de investimento seria recuperado pela venda ou pelo uso, conforme a intenção do órgão de gestão.

A Companhia não teve impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adoptadas pela União Europeia:

Apresentação de itens em outro rendimento integral - alteração da IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2012. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

A presente alteração, permite que uma entidade continue a apresentar duas demonstrações separadas, uma de resultados e outra de rendimento integral (com esta última a iniciar pelos resultados e contemplar outro rendimento integral), impõe porém a:

- Apresentação separada das rubricas de outro rendimento integral que possam vir a ser reclassificadas para resultados, das que nunca poderão ser objecto de tal reclassificação para resultados;
- Uma entidade que apresente as rubricas de outro rendimento integral antes do efeito fiscal, deverá igualmente afectar o efeito fiscal às duas subcategorias referidas ponto anterior; e
- Alteração da designação “demonstração de rendimento integral” para “demonstração de resultados e de outro rendimento integral”, ainda que outro título possa ser utilizado.

As alterações afectam apenas a apresentação e não têm qualquer impacto na posição financeira ou desempenho da Companhia.

IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

O IASB procedeu a diversas alterações na IAS 19. Este conjunto de alterações inclui alterações fundamentais, como a remoção da opção pelo mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados dos activos do plano, a simples clarificações e reajustamento de texto. A Companhia procedeu, em 2011, a uma alteração voluntária de política contabilística passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais em outro rendimento integral (OCI).

Porém, as alterações terão impacto no gasto líquido do benefício já que o retorno esperado dos activos do plano passa a ser calculado utilizando a mesma taxa de juro aplicável ao desconto da obrigação de benefício definido. Esta situação também não terá impacto ao nível das demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre activos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações passaram a exigir que a entidade divulgue informação sobre as quantias compensadas na demons-

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

The Company does not expect any significant impact to arise from the adoption of these amendments to IAS 32, bearing in mind the accounting policy adopted.

IAS 27 (Amended) - Separate Financial Statements

IASB issued, on 12 May 2011, amendments to “IAS 27 - Separate Financial Statements”, effective from 1 January 2014, and retroactive. These amendments were adopted by European Commission Regulation n° 1254/2012, of 11 December.

Bearing in mind the review of the process for defining the consolidation perimeter according to IFRS 10, IAS 27 (amended) now regulates separate accounts, exclusively.

The amendments aim, on the one hand, to clarify disclosures demanded of an entity preparing the separate financial statements, now being required to disclose the main location (and the country of the head office) where the business of the most significant subsidiaries, associates and joint ventures is conducted, and, if applicable, the parent company.

The previous version demands only disclosure of the country where the head office is located or the residence of such entities.

However, the date of entry into force and the demand to adopt all standards for consolidation were aligned at the same time (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 and the amendments to IAS 28).

The Company does not expect any effect from the application of this amendment on the financial statements.

IFRS 10 - Consolidated Financial Statements

IASB issued, on 12 May 2011, “IFRS 10 - Consolidated Financial Statements”, effective from 1 January 2013, and retroactive. This standard was adopted by European Commission Regulation n° 1254/2012, of 11 December, with the requirement that it must be applied after 1 January 2014.

IFRS 10, revokes part of IAS 27 and SIC 12, and introduces a single control model that determines whether an investment should be consolidated.

The new control concept involves an assessment of the power, exposure to variable returns and the connection between the two. An investor controls when exposed (or with rights) to variable returns from involvement with and may use power over the to affect the amount of the investor's returns. (de facto control).

The investor assesses to what extent control exists over the investee's relevant business, taking into consideration the new concept of control. The assessment should be made in each report period because the relationship between power and exposure to variable returns can change over time.

Control is usually assessed on the legal entity, but specific assets and liabilities of the investee may also be assessed (referred to as “silos”).

The new standard introduces other amendments such as: i) requirements for subsidiaries under consolidated financial statements transfer from IAS 27 to this standard and ii) more disclosures are required, including specific disclosures on structured entities, whether or not consolidated.

The Company does not expect any impact from the application of this standard on its financial statements.

IFRS 11 - Joint Agreements

IASB issued, on 12 May 2011, “IFRS 11 - Joint Agreements”, effective from 1 January 2013, and retroactive. This standard was adopted by European Commission Regulation n° 1254/2012, of 11 December, with the requirement that it must be applied after 1 January 2014.

This new standard, that revokes IAS 31 and SIC 13, defines “joint control”, introducing the control model defined in IFRS 10 and demands that an entity that is party to a “joint agreement” determines the type of joint agreement in which it is involved (“joint operation” or “joint venture”), assessing its respective rights and obligations, and recording them accordingly.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

tração da posição financeira e a natureza e extensão dos direitos de compensação e acordos similares (ex. colaterais).

As novas divulgações são aplicáveis a todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também são aplicáveis a instrumentos financeiros reconhecidos que sejam sujeitos a um contrato principal (*master*) de compensação ou acordo similar, independentemente de terem sido ou não sido compensados de acordo com a IAS 32.

A Companhia espera que a adopção das alterações à IFRS 7 passe a exigir maior extensão nas divulgações sobre direitos de compensação.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação - compensação entre activos e passivos financeiros

O IASB emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adopção destas alterações à IAS 32, tendo em conta a política contabilística já adoptada.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro.

Tendo presente a revisão do processo de definição do perímetro de consolidação segundo o IFRS 10, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as actividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adopção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

IFRS 11 eliminates the option of proportional consolidation for entities that are jointly controlled. In their turn, entities that are jointly controlled and that meet the criterion of “joint ventures” should be recorded in accounts using the equity method (IAS 28).

The Company does not expect any impact from applying this amendment to its financial statements.

IAS 28 (Amended) - Investments in Associates and Joint Ventures

IASB issued, on 12 May 2011, amendments to “IAS 28 - Investments in Associates and Joint Ventures”, effective from 1 January 2013, and non-retroactive. These amendments were adopted by European Commission Regulation n° 1254/2012, of 11 December, with the requirement that it must be applied after 1 January 2014.

As a result of the new IFRS 11 and IFRS 12, IAS 28 was amended and became known as IAS 28 - Investments in Associates and Joint Ventures, and regulates the application of the equity method applicable for both joint ventures and associates.

The Company does not expect any impact from applying this amendment to its financial statements.

IFRS 12 - Disclosure of holdings in other entities

IASB issued, on 12 May 2011, “IFRS 12 - Disclosures of holdings in other entities”, effective from 1 January 2013, and retroactive. This standard was adopted by European Commission Regulation n° 1254/2012, of 11 December, with the requirement that it must be applied after 1 January 2014.

The objective of the new standard is to demand that an entity disclose information that helps users of financial statements to assess: a) the nature and risks associated with investments in other entities and; b) the effects of such investments on financial position, performance and cash flow.

IFRS 12 includes the obligations of disclosure for all forms of investment in other entities, including joint agreements, associates, special vehicles and other vehicles that are off balance sheet.

The Company is analysing the effects of fully applying IFRS 12.

IFRS 13 - Fair Value Measurement

The IASB issued, on 12 May 2011, “IFRS 13 - Fair Value Measurement”, effective from 1 January 2013, and non-retroactive. This standard was adopted by European Commission Regulation n.º 1255/2012, of 11 December.

IFRS 13 provides a unique source of guidance on fair value measurement and replaces guidance currently found scattered throughout IAS/IFRS. Subject to limited exceptions, IFRS 13 is used when measurement of fair value, or its disclosure, is demanded, or permitted, by other IAS/IFRS.

The Company is currently reviewing its methods used to determine fair value with the aim of determining whether this standard will have some impact on its financial statements.

Although most disclosures demanded by IFRS 13 regarding financial assets and liabilities are already in force, adoption of IFRS 13 will demand that the Company provide additional disclosures. These include disclosure of fair value hierarchy for non-financial assets and liabilities, and disclosure of fair value measurements in the level 3 category.

Standards, amendments and interpretations issued but not yet effective for the Company:

Investment Entities - Changes to IFRS 10, IFRS 12 and IAS 27 (issued on 31 October 2012)

The amendments introduced apply to a particular category of business that is referred to as “investment entity”. The IASB defines the term “investment entity” as an entity whose business purpose is to invest funds solely for returns from capital appreciation, investment income, or both.

An investment entity must also evaluate the performance of its investments on a fair value basis. Such entities could include private equity organisations, venture capital organisations, pension funds, sovereign wealth funds and other investment funds.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre os dois. Um investidor controla uma sociedade quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa sociedade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as actividades relevantes da participada, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre activos e passivos específicos de uma participada (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 11 - Acordos Conjuntos”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações respectivos, e os contabilize em conformidade.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. Em seu turno, entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, alterações à “IAS 28 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de Janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de Dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de Janeiro de 2014.

O objectivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: a) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; b) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, desempenho e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

The amendments provide an exception to the consolidation requirements in IFRS 10 and require investment entities to measure particular subsidiaries at fair value through profit or loss, rather than consolidate them. The amendments also set out disclosure requirements for investment entities.

The amendments are effective from 1 January 2014, with early adoption permitted. Early adoption allows investment entities to apply these amendments at the same time as they fully apply IFRS 10.

The Company does not anticipate any impact from applying this amendment to its financial statements.

Improvements to IFRS (2009-2011)

Annual improvements to the 2009-2011 cycle, issued by IASB on 17 May 2012, introduced amendments effective from 1 January 2013, and retroactive, for standards IFRS 1, IAS1, IAS16, IAS32, IAS34 and IFRIC2.

IAS 1 - Presentation of Financial Statements

Improvements clarify the difference between voluntary additional comparative information and minimum comparative information demanded. On the whole, minimum comparative information demanded refers to that of the previous period.

IAS 16 - Tangible Fixed Assets

IAS 16 was amended to clarify the concept of service equipment that may comply with the definition tangible fixed assets and as such not recorded under inventories.

IAS 32 - Financial instruments and IFRIC 2

These standards were adjusted in order to clarify that taxation related to the distribution of dividends to holders of capital, is handled as laid down in "IAS 12 - Tax on Income", thus avoiding any interpretation that could mean a different application.

IAS 34 - Interim financial report

The amendments to IAS 34 permit the alignment of disclosure demands for all assets of segments with all liabilities, in interim periods. These improvements also allow for interim information to be consistent with annual information with regard to the change made to the name of the profit and loss statement and other comprehensive income.

The Company does not expect any significant impact to arise from adopting these amendments, bearing in mind that accounting policies adopted are in line with guidelines provided.

IFRS 9 - Financial instruments (issued in 2009 and amended in 2010)

IFRS 9 (2009) introduced new requirements for the classification and measurement of financial assets. IFRS 9 (2010) introduced additional requirements related to financial liabilities. IASB currently has a project underway to make amendments limited to the classification and measurement contained in IFRS 9 and new requirements to deal with impairment of financial assets and accountancy coverage.

The requirements of IFRS 9 (2009) represent a significant change in the current requirements provided in IAS 39, with regard to financial assets. The standard contains two primary categories of measurement of financial assets: depreciated cost and fair value. A financial asset will be measured at depreciated cost should it be held under the business model the objective of which is to hold the asset in order to collect the contractual cash flows and the terms of its cash flows give rise to payments, on specific dates, related only to nominal amount and interest in force. All other financial assets will be measured at fair value. The standard eliminates the categories currently existing in IAS 39 of "held to maturity", "available for sale" and "accounts receivable and payable".

The standard allows the entity, at initial recognition, to make an irrevocable election to present in other comprehensive income subsequent changes in the fair value of an investment in an equity instrument within the scope of this IFRS and that is not held for trading. No amount recognised in OCI will be reclassified to profit and loss on any future date. In

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia está a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12.

IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

A IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação de como é obtida a mensuração ao justo valor e substitui toda a orientação que se encontra, presentemente, dispersa ao longo das IAS/IFRS. Sujeito a excepções limitadas, a IFRS 13 é aplicada quando a mensuração ao justo valor, ou a sua divulgação, é exigida, ou permitida, por outras IAS/IFRS.

A Companhia está presentemente a rever as suas metodologias para a determinação do justo valor com o objectivo de determinar se esta norma terá algum impacto nas suas demonstrações financeiras.

Embora a maior parte das divulgações exigidas pela IFRS 13 relativas a activos e passivos financeiros já estivessem em vigor, a adopção da IFRS 13 irá exigir que a Companhia proporcione divulgações adicionais. Estas incluem a divulgação da hierarquia do justo valor para activos/passivos não financeiros, e divulgações sobre mensurações de justo valor que sejam categorizadas como nível 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Companhia:

Entidades de Investimento - Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de Outubro de 2012)

As alterações efectuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objectivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos.

Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2014, com uma adopção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar estas alterações na mesma data de aplicação plena da IFRS 10.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de Maio de 2012 introduziram alterações, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS1, IAS16, IAS32, IAS34 e IFRIC2.

IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é relativa ao do período anterior.

IAS 16 - Activos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de activos fixos tangíveis não sendo assim contabilizados em inventários.

IAS 32 - Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

the meantime, dividends generated from such investments, are recognised in profit and loss instead of in OCI, unless they clearly represent a partial recovery of the investment cost.

Investments in equity instruments, for which the entity does not present the amendments for fair value in OCI, will be measured at fair value with the amendments recognised in profit and loss.

The standard demands that derivatives built into contracts for which the main contract is a financial asset, covered by the scope of the application of the standard, are not separated: quite the contrary, the hybrid financial instrument is fully evaluated to determine whether it is measured at depreciated cost or at fair value.

IFRS 9 (2010) introduces a new requirement applicable to financial liabilities designated at fair value, by choice, and now imposes separation of the component of change in fair value attributable to the credit risk of the entity and its presentation in OCI, instead of in profit and loss. With the exception of this amendment, IFRS 9 (2010) on the whole transposes the guidelines for classification and measurement provided in IAS 39 for financial liabilities, without any substantial amendments.

IFRS 9 comes into effect for annual periods that begin on, or after, 1 January 2015, with early adoption permitted. IASB decided to make amendments the same as for IFRS 9 in order to accommodate practical questions and other aspects.

The Company began a process to assess the potential effects of this standard but is waiting for the outcome of the amendments announced, prior to completing the respective assessment. Given the nature of the Company's business, it is likely that this standard will have a relevant impact on its financial statements.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

IAS 34 - Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos activos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efectuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Companhia não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção destas alterações, tendo em conta que as políticas contabilísticas adoptadas encontram-se em linha com as orientações emitidas.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. O IASB tem presentemente um projecto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros e a contabilidade de cobertura.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo de forma a colher os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes activos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada acção, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo hóspede (contrato principal) seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra de forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 torna-se efectiva para períodos anuais que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2015 com adopção antecipada permitida. O IASB decidiu proceder a alterações imitadas à IFRS 9 de forma a acomodar questões práticas e outros aspectos.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respectiva avaliação. Dada a natureza das actividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

ANEXO 1 - INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

ANNEX 1 - INVENTORY OF INVESTMENTS AND FINANCIAL INSTRUMENTS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS

Código Designação

IDENTIFICATION OF SECURITIES

Code Name

1 FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES / SUBSIDIARIES, ASSOCIATES, JOINT UNDERTAKINGS AND OTHER HOLDINGS				
1.1 Títulos Nacionais / <i>National securities</i>				
1.1.1 Partes de capital em filiais / <i>Capital shares in subsidiaries</i>				
722910037201	EMPRESA GESTORA DE IMÓVEIS DA RUA DO PRIOR, S.A.			
				sub-total (1.1.1)
1.1.4 Partes de capital em outras empresas participadas e participantes / <i>Capital shares in other company holdings</i>				
PTLUI0AM0003	LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.			
922910000501	SPA - SOC. PORTUGUESA DE ADMINISTRAÇÕES, S.A.			
PTMGFOAM0006	MG - GESTÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS - NOMINATIVAS			
925910032601	RESIDÊNCIAS MG - SERVIÇOS DE SAÚDE, S.A.			
722910042701	BOLSIMO - GESTÃO DE ACTIVOS, S.A.			
722910042601	GERMONT - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A.			
				sub-total (1.1.4)
1.1.8 Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes/ <i>Debt securities in other holdings companies</i>				
PTCMKLE0004	MONTEPIO TOP RENDIMENTO 1.ª série	taxa variável	1,564% - 08/2018	
PTCMKOE0001	MONTEPIO TOP RENDIMENTO 2.ª série	taxa variável	1,442% - 08/2018	
PTLUIAOE0001	LUSITANIA COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. 1.ª emissão	taxa variável	1,926% - 09/2014	
				sub-total (1.1.8)
				total (1.1)
2 OUTROS / <i>OTHER</i>				
2.1 Títulos Nacionais / <i>National securities</i>				
2.1.1 Instrumentos de capital e unidades de participação / <i>Capital instruments and investment units</i>				
2.1.1.3 Unidades de participação em fundos de investimento / <i>Investment units in investment funds</i>				
PTYMENLM0008	FUNDO POSTAL ACÇÕES			
PTNOFAIM0008	FUNDO VISION ESCRITÓRIOS			
				sub-total (2.1.1.3)
				sub-total (2.1.1)
2.1.2 Títulos de dívida / <i>Debt securities</i>				
2.1.2.1 De dívida pública / <i>Public debt</i>				
PTOTEGOE0009	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO - SETEMBRO	taxa fixa	5,450% - 98/2013	
PTOTE1OE0019	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO - JUNHO	taxa fixa	4,375% - 03/2014	
PTOTEYOE0007	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO - ABRIL	taxa fixa	3,850% - 05/2021	
PTOTE3OE0017	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO - OUTUBRO	taxa fixa	3,350% - 05/2015	
PTOTE5OE0007	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO - ABRIL	taxa fixa	4,100% - 06/2037	
PTOTEMOE0027	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO - JUNHO	taxa fixa	4,750% - 09/2019	
PTOTENOE0018	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO - JUNHO	taxa fixa	4,450% - 08/2018	
PTOTEEOE0029	OBRIGAÇÕES DO TESOIRO - JUNHO	taxa fixa	4,800% - 10/2020	
				sub-total (2.1.2.1)
2.1.2.3 De outros emissores / <i>Other issuers</i>				
PTBRIHOM0001	BRISA - AUTO ESTRADAS DE PORTUGAL	taxa fixa	4,500% - 06/2016	
PTCG1LOM0007	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	taxa fixa	5,125% - 09/2014	
PTRELAOM0000	REN, REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.A.	taxa fixa	7,875% - 08/2013	
PTBCLQOM0010	BCP, BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.	taxa fixa	5,625% - 09/2014	
PTBLMGOM0002	BES, BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.	taxa fixa	5,625% - 09/2014	
PTCPEHOM0006	REFER, REDE FERROVIÁRIA, S.A.	taxa fixa	5,875% - 09/2019	
PTCPEJOM0004	REFER - REDE FERROVIÁRIA, S.A.	taxa fixa	4,675% - 09/2024	
PTCFPAOM0002	CP - COMBÓIOS DE PORTUGAL	taxa fixa	4,170% - 09/2019	
PTCG2YOE0001	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	taxa fixa	4,250% - 10/2020	
PTCGF11E0000	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	taxa fixa	3,875% - 06/2016	
				sub-total (2.1.2.3)
				sub-total (2.1.2)
				total (2.1)

(Euro)

Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
Quantity	Amount of nominal value	% of nominal value	Average acquisition price	Total value of acquisition	Book value Unit	Total
84.000			40,40	3.393.801	40,40	3.393.801
84.000				3.393.801		3.393.801
281.125			5,95	1.673.750	5,95	1.673.750
16.959			7,69	130.456	7,69	130.456
15			0,00	0	0,00	0
100			1,00	100	1,00	100
4.966			100,00	496.602	100,00	496.602
50			100,04	5.002	100,04	5.002
303.215				2.305.910		2.305.910
	2.000.000	100,00%		2.000.000	75,54%	1.510.861
	1.250.000	100,00%		1.250.000	75,75%	946.833
	18.000.000	100,00%		18.000.000	100,00%	18.000.000
0	21.250.000			21.250.000		20.457.694
387.215	21.250.000			26.949.711		26.157.405
2.500			5,09	12.719	8,98	22.446
250.000			3,72	930.131	3,87	968.600
252.500				942.850		991.046
252.500				942.850		991.046
	3.213.998	102,24%		3.286.093	101,97%	3.277.278
	10.000.000	101,46%		10.146.038	101,29%	10.128.891
	11.500.000	90,24%		10.377.611	82,16%	9.448.746
	2.000.000	100,16%		2.003.200	94,90%	1.898.100
	3.000.000	97,42%		2.922.594	69,04%	2.071.290
	8.700.000	83,66%		7.278.395	86,26%	7.504.276
	3.500.000	100,28%		3.509.732	93,79%	3.282.738
	14.960.000	91,86%		13.742.247	91,98%	13.759.657
	56.873.998			53.265.911		51.370.977
	7.500.000	99,57%		7.467.900	96,18%	7.213.139
	7.500.000	100,80%		7.559.643	101,01%	7.575.817
	2.000.000	105,90%		2.118.000	104,67%	2.093.402
	2.000.000	99,86%		1.997.255	97,59%	1.951.780
	6.000.000	102,90%		6.174.254	97,57%	5.854.494
	1.000.000	102,71%		1.027.100	100,93%	1.009.293
	8.000.000	100,13%		8.010.156	82,48%	6.598.210
	3.800.000	98,86%		3.756.600	77,00%	2.926.089
	5.500.000	99,06%		5.448.490	85,74%	4.715.788
	3.000.000	99,71%		2.991.167	90,21%	2.706.300
	46.300.000			46.550.564		42.644.313
0	103.173.998			99.816.475		94.015.289
252.500	103.173.998			100.759.325		95.006.335

ANEXO 1 - INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
ANNEX 1 - INVENTORY OF INVESTMENTS AND FINANCIAL INSTRUMENTS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS			
Código	Designação		
IDENTIFICATION OF SECURITIES			
Code	Name		
2.2 Estrangeiros / Foreigners			
2.2.1 Instrumentos de capital e unidades de participação / Capital instruments and investment units			
2.2.1.1 Acções / Shares			
XS0214398199	BARCLAYS BANK PLC	pref. s/voto	4,750% - 05/2020
XS0229864060	BBVA, INTL PREF UNIPERSON	pref. s/voto	3,798% - 05/2015
XS0266971745	BBVA, INTL PREF UNIPERSON	pref. s/voto	4,952% - 06/2016
			sub-total (2.2.1.1)
2.2.2 Títulos de dívida / Debt securities			
2.2.2.1 De dívida pública / Public debt			
DE0001135085	REPÚBLICA ALEMÃ	taxa fixa	4,750% - 98-2028
BE0000303124	REINO DA BÉLGICA	taxa fixa	4,250% - 04-2014
FR0000188989	REPÚBLICA FRANCESA OAT	taxa fixa	4,000% - 03-2013
FR0000189151	REPÚBLICA FRANCESA OAT	taxa fixa	4,250% - 03-2019
FR0010163543	REPÚBLICA FRANCESA OAT	taxa fixa	3,500% - 05-2015
NL0000102242	REINO DA HOLANDA	taxa fixa	3,250% - 05-2015
DE0001135283	REPÚBLICA ALEMÃ	taxa fixa	3,250% - 05-2015
FR0010192997	REPÚBLICA FRANCESA OAT	taxa fixa	3,750% - 05-2021
DE0001135267	REPÚBLICA ALEMÃ	taxa fixa	3,750% - 04-2015
ES0000012932	BONOS ESPANHA	taxa fixa	4,200% - 05-2037
AT0000A011T9	REPÚBLICA DA ÁUSTRIA	taxa fixa	4,000% - 05-2016
IT0003644769	REPÚBLICA ITALIANA - BTPS	taxa fixa	4,500% - 04-2020
DE0001135309	REPÚBLICA ALEMÃ	taxa fixa	4,000% - 06-2016
ES0000012106	BONOS ESPANHA	taxa fixa	4,300% - 09/2019
AT0000A001X2	REPÚBLICA DA ÁUSTRIA	taxa fixa	3,500% - 05/2021
NL0000102275	REINO DA HOLANDA	taxa fixa	3,750% - 06/2023
DE0001135390	REPÚBLICA ALEMÃ	taxa fixa	3,250% - 09/2020
DE0001135374	REPÚBLICA ALEMÃ	taxa fixa	3,750% - 08/2019
			sub-total (2.2.2.1)
2.2.2.3 De outros emissores / Other issuers			
XS0093667334	BEI - BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTOS	taxa fixa	5,625% - 98/2028
XS0158363852	CDC IXIS	taxa fixa	5,375% - 02/2027
XS0124750471	BANK OF AUSTRIA	taxa fixa	5,750% - 01/2013
XS0100221349	COMMERZBANK	tx. var. ind. - curv. swap	5,250% - 99/2019
XS0097222466	ING - NEDERLAND BANK NV		5,250% - 99/2019
XS0164437351	LANDESBANK SCHLESWIG KIEL	taxa fixa	4,250% - 03/2013
FR0000487258	EDF - ELECTRICITÉ DE FRANCE	taxa fixa	5,500% - 01/2016
XS0162867880	TELEFONICA EUROPE BV	taxa fixa	5,125% - 03/2013
XS0163023848	IBERDROLA INTERNATIONAL BV	taxa fixa	4,875% - 03/2013
XS0173793216	POLO III - CP FINANCE	taxa fixa	4,700% - 03/2015
XS0176838372	ALTADIS FINANCE BV	taxa fixa	5,125% - 03/2013
XS0173501379	BMW FINANCE NV	taxa fixa	5,000% - 03/2018
XS0184927761	GOLDMAN SACHS GROUP INC	taxa fixa	4,750% - 04/2014
XS0186317417	BANK OF AMERICA CORPORATION	taxa fixa	4,625% - 04/2014
XS0187033864	BARCLAYS BANK	subordinadas	4,500% - 04/2019
XS0169888558	VODAFONE GROUP PLC	taxa fixa	5,000% - 03/2018
XS0168882495	VOLKSWAGEN INTL FIN NV	taxa fixa	4,875% - 03/2013
ES0413211055	BBVA - B.B.VIZCAYA Cédulas Hipotecárias	taxa fixa	4,250% - 04/2014
XS0202386743	BNP PARIBAS 777	taxa fixa/frn	0,000% - 04/2014
DE000A0DLU51	EWE AG	taxa fixa	4,375% - 04/2014
XS0202475173	PARPÚBLICA	taxa fixa	4,191% - 04/2014
XS0210318795	DEUTSCHE TELEKOM INT FIN	taxa fixa	4,000% - 05/2015
XS0211034540	GOLDMAN SACHS GROUP INC	taxa fixa	4,000% - 05/2015
XS0211637839	ALLIANZ FINANCE II B.V.	taxa variável	4,375% - 05/2017
XS0215828913	PT INTERNATIONAL FINANCE	taxa fixa	4,375% - 05/2017
ES0211845203	ABERTIS INFRA	taxa fixa	4,375% - 05/2020
XS0214965450	BANCAJA CAPITAL CAVALE	taxa variável	4,500% - 05/2015
XS0213026197	CITIGROUP, INC	taxa variável	4,250% - 05/2030
ES0413211071	BBVA - B.B.VIZCAYA Cédulas Hipotecárias	taxa fixa	4,000% - 05/2025

(Euro)

Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
Quantity	Amount of nominal value	% of nominal value	Average acquisition price	Total value of acquisition	Book value Unit	Total
	1.000.000	98,39%		983.850	80,14%	801.410
	750.000	100,00%		750.000	68,10%	510.757
	1.500.000	100,00%		1.500.000	70,63%	1.059.508
0	3.250.000			3.233.850		2.371.675
	4.000.000	100,54%		4.021.405	140,93%	5.637.099
	9.000.000	100,83%		9.074.260	108,28%	9.745.157
	1.500.000	100,48%		1.507.236	103,93%	1.558.946
	12.500.000	99,86%		12.482.750	122,05%	15.255.745
	1.000.000	100,37%		1.003.700	110,16%	1.101.568
	2.500.000	99,34%		2.483.600	109,51%	2.737.815
	2.000.000	99,81%		1.996.100	109,73%	2.194.555
	2.500.000	100,06%		2.501.500	118,93%	2.973.344
	1.000.000	99,39%		993.900	111,26%	1.112.590
	2.000.000	99,07%		1.981.400	82,84%	1.656.785
	5.000.000	99,41%		4.970.500	114,53%	5.726.678
	4.500.000	100,43%		4.519.500	105,72%	4.757.354
	2.500.000	99,09%		2.477.250	115,66%	2.891.440
	4.000.000	99,08%		3.963.120	98,44%	3.937.745
	3.250.000	95,87%		3.115.634	116,90%	3.799.270
	2.000.000	99,69%		1.993.800	123,86%	2.477.236
	3.000.000	101,10%		3.032.993	120,16%	3.604.784
	3.000.000	103,86%		3.115.776	122,66%	3.679.920
	65.250.000			65.234.424		74.848.032
	1.140.800	99,70%		1.137.378	144,38%	1.647.122
	2.000.000	98,96%		1.979.120	104,68%	2.093.545
	500.000	99,24%		496.200	105,56%	527.802
	468.000	99,80%		467.064	117,64%	550.551
	250.000	100,00%		250.000	111,84%	279.594
	2.500.000	99,16%		2.479.075	104,16%	2.604.080
	500.000	99,20%		496.005	117,78%	588.883
	500.000	99,66%		498.275	104,94%	524.709
	500.000	99,32%		496.615	104,69%	523.467
	2.400.000	98,97%		2.375.220	91,94%	2.206.599
	100.000	99,31%		99.312	104,41%	104.413
	1.000.000	100,59%		1.005.862	121,03%	1.210.277
	3.000.000	101,13%		3.033.766	108,21%	3.246.348
	500.000	100,18%		500.900	107,91%	539.552
	4.500.000	100,76%		4.534.350	104,346%	4.695.118
	1.500.000	99,76%		1.496.400	122,46%	1.836.836
	2.000.000	100,20%		2.004.000	104,67%	2.093.368
	3.700.000	99,30%		3.674.100	104,31%	3.859.511
	1.500.000	99,75%		1.496.250	97,48%	1.462.135
	2.500.000	99,40%		2.485.000	107,77%	2.694.373
	5.000.000	100,05%		5.002.600	97,25%	4.862.402
	3.000.000	99,24%		2.977.050	109,97%	3.298.990
	4.500.000	99,61%		4.482.250	108,94%	4.902.315
	575.000	99,35%		571.263	103,87%	597.265
	2.500.000	99,80%		2.494.950	104,57%	2.614.203
	2.500.000	99,75%		2.493.750	104,99%	2.624.755
	1.000.000	99,70%		997.000	13,49%	134.890
	5.000.000	96,58%		4.829.000	94,94%	4.747.217
	2.000.000	98,55%		1.971.000	99,95%	1.998.978

ANEXO 1 - INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
ANNEX 1 - INVENTORY OF INVESTMENTS AND FINANCIAL INSTRUMENTS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS

Código Designação

IDENTIFICATION OF SECURITIES

Code Name

XS0221854200	PT INTERNATIONAL FINANCE	taxa fixa	4,500% - 05/2025
XS0220989692	ABBEY NATL TREAS	taxa fixa	3,375% - 05/2015
XS0222383027	GLAXOSMITHKLINE CAP PLC	taxa fixa	4,000% - 05/2025
XS0222053315	HSBC HLDGS PLC	taxa fixa	3,625% - 05/2020
XS0225727923	CGD - TRIPLA DIVERSIFICADA	taxa variável	3,000% - 05/2013
XS0225115566	CAIXA D'ESTALVIS DE TERRASSA	tx. var. - div. perpétua	8,000% - 05/2010
XS0229567440	GENERAL ELECTRIC CAPITAL CORP	taxa fixa	4,125% - 05/2035
XS0230315748	PARPÚBLICA	taxa fixa	3,567% - 05/2020
XS0235620142	MORGAN STANLEY	taxa fixa	4,000% - 05/2015
XS0235418828	NORTHERN ROCK PLC	taxa fixa	3,875% - 05/2020
XS0241369577	UNICREDITO ITALIANO	taxa fixa	3,950% - 06/2016
FR0010198036	CADES - CAISSE D'AMORT. DETTE SOC	taxa fixa	3,750% - 05/2020
DE0002760980	KFW - KREDITANSTALT FUER WIEDERAUFBAU	taxa fixa	3,500% - 06/2021
FR0010248641	CREDIT AGRICOLE S.A., FTF BONDS	tx. var. - div. perpétua	4,130% - 05/2015
XS0205497778	BANCAJA, CAJA VALENCIA Y ALICANTE	tx. var. - div. perpétua	4,625% - 04/2014
XS0250729109	ABBEY NATL TREAS - Cédulas Hipotecárias	taxa fixa	4,250% - 06/2021
XS0206920141	SANTANDER PERPETUAL	tx. var. - div. perpétua	4,375% - 04/2014
ES0213211099	BBVA - BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	taxa variável	4,375% - 04/2019
XS0254035768	ABN AMRO BANK NV	taxa fixa	4,250% - 06/2016
XS0252366702	AIG - AMERICAN INTERNATIONAL GROUP	taxa fixa	4,375% - 06/2016
XS0254720633	ROBERT BOSCH GMBH	taxa fixa	4,375% - 06/2016
XS0207157743	AEGON NV	taxa fixa	4,125% - 04/2014
XS0256997007	EDP FINANCE BV	taxa fixa	4,625% - 06/2016
DE000A0JRF80	BASF AG	taxa fixa	4,500% - 06/2016
XS0259283009	BANK OF IRELAND MTGE BNK	taxa fixa	4,000% - 06/2013
XS0259231974	BNG - BANK NEDERLANDSE GEMEENTEN	taxa fixa	4,125% - 06/2016
XS0256967869	RABOBANK NEDERLAND	taxa fixa	4,375% - 06/2021
XS0268105821	UBS AG JERSEY BRANCH	taxa variável	4,125% - 06/2018
XS0267828308	MERRYLL LYNCH & CO	taxa fixa	4,625% - 06/2018
XS0270800815	MORGAN STANLEY	taxa fixa	4,375% - 06/2016
XS0270347304	GOLDMAN SACHS GROUP INC	taxa fixa	4,750% - 06/2021
XS0272770396	GE CAPITAL EURO FUNDING	taxa fixa	4,125% - 06/2016
XS0271858606	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC	taxa fixa	4,350% - 06/2017
XS0289334368	ABN AMRO BANK NV	taxa fixa	4,250% - 07/2017
DE000DB555U8	DEUTSCHE BANK AG	taxa fixa	5,125% - 07/2017
XS0320303943	BNP PARIBAS	taxa fixa	5,431% - 07/2017
XS0170343247	ENEL - SPA	taxa fixa	4,750% - 03/2018
XS0341224151	UBS AG LONDON	taxa fixa	4,875% - 08/2013
XS0303396062	ING Groep NV	taxa fixa	4,750% - 07/2017
XS0339454851	RABOBANK NEDERLAND	taxa fixa	4,750% - 08/2018
XS0342289575	BARCLAYS BANK PLC	taxa fixa	6,000% - 08/2018
XS0369461644	SIEMENS FINANCIERINGSMAT	taxa fixa	5,625% - 08/2018
XS0400780887	ENI SPA	taxa fixa	5,875% - 08/2014
XS0402228471	TOTAL CAPITAL S.A.	taxa fixa	4,750% - 08/2013
XS0413462721	EDP FINANCE BV	taxa fixa	5,500% - 09/2014
XS0422704238	LLOYDS TSB BANK PLC	taxa fixa	6,250% - 09/2014
XS0426090485	RABOBANK NEDERLAND	taxa fixa	4,375% - 09/2016
XS0428147093	SHELL INTERNATIONAL FINANCE BV	taxa fixa	4,375% - 09/2018
XS0428962921	ICO - INSTITUTO DE CRÉDITO OFICIAL	taxa fixa	4,375% - 09/2019
XS0435879605	EDP FINANCE BV	taxa fixa	4,750% - 09/2016
XS0435070288	LLOYDS TSB BANK PLC	taxa fixa	6,375% - 09/2016
XS0432092137	CREDIT AGRICOLE S.A., FTF BONDS	taxa fixa	5,875% - 09/2019
XS0440279338	NATIONAL AUSTRALIA BANK	taxa fixa	4,750% - 09/2016
XS0321334442	CREDIT SUISSE LONDON	taxa fixa	5,125% - 07/2017
ES0414950693	CAJA MADRID	taxa fixa	5,000% - 07/2019
XS0490013801	COMMONWEALTH BANK AUSTRALIA	taxa fixa	4,375% - 10/2020
XS0162990229	EDF - ELECTRICITÉ DE FRANCE	taxa fixa	5,625% - 03/2033
XS0479542580	GAS NATURAL CAP	taxa fixa	4,500% - 10/2020
XS0586598350	EDP FINANCE BV	taxa fixa	5,875% - 11/2016

sub-total (2.2.3)

total (2.2)

3 TOTAL GERAL / GENERAL TOTAL

(Euro)

Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
					Unitário	Total
Quantity	Amount of nominal value	% of nominal value	Average acquisition price	Total value of acquisition	Book value Unit	Total
	2.000.000	99,74%		1.994.800	92,22%	1.844.468
	2.000.000	100,10%		2.002.000	108,13%	2.162.696
	7.000.000	99,09%		6.936.500	118,97%	8.328.098
	4.000.000	99,98%		3.999.100	104,94%	4.197.573
	250.000	99,00%		247.500	97,85%	244.633
	1.000.000	99,50%		995.000	42,51%	425.143
	2.500.000	100,46%		2.511.500	101,46%	2.536.551
	3.400.000	99,45%		3.381.388	86,99%	2.957.634
	4.000.000	99,62%		3.984.600	106,47%	4.258.886
	1.500.000	100,06%		1.500.900	112,37%	1.685.516
	1.000.000	97,50%		975.000	101,61%	1.016.146
	2.000.000	99,17%		1.983.400	116,20%	2.324.067
	1.500.000	96,10%		1.441.500	119,01%	1.785.165
	1.000.000	97,54%		975.400	91,67%	916.674
	1.000.000	100,70%		1.007.000	27,57%	275.702
	4.000.000	99,70%		3.987.900	121,81%	4.872.493
	1.500.000	99,45%		1.491.750	71,88%	1.078.151
	1.000.000	101,10%		1.011.000	84,75%	847.500
	2.500.000	99,65%		2.491.250	112,13%	2.803.341
	2.500.000	100,15%		2.503.750	111,02%	2.775.440
	7.000.000	99,63%		6.974.000	114,85%	8.039.842
	1.000.000	99,17%		991.700	106,28%	1.062.832
	4.500.000	99,52%		4.478.500	105,01%	4.725.671
	6.000.000	100,28%		6.016.500	115,44%	6.926.449
	2.500.000	99,36%		2.484.000	103,00%	2.574.916
	2.500.000	99,27%		2.481.750	114,40%	2.860.051
	2.500.000	99,39%		2.484.750	119,35%	2.983.754
	5.000.000	100,36%		5.018.000	101,22%	5.061.062
	5.000.000	100,10%		5.005.000	106,79%	5.339.575
	2.500.000	99,20%		2.480.050	109,08%	2.726.898
	2.000.000	100,80%		2.016.000	107,51%	2.150.242
	3.500.000	98,58%		3.450.350	111,52%	3.903.161
	2.500.000	98,57%		2.464.250	106,21%	2.655.166
	2.500.000	99,15%		2.478.750	117,84%	2.945.909
	11.000.000	102,39%		11.263.000	119,61%	13.156.662
	9.000.000	101,71%		9.154.097	115,69%	10.411.752
	1.000.000	101,75%		1.017.500	110,45%	1.104.498
	3.000.000	101,55%		3.046.500	104,81%	3.144.288
	3.000.000	99,31%		2.979.300	117,26%	3.517.708
	2.000.000	102,30%		2.046.000	121,10%	2.421.926
	9.500.000	100,11%		9.510.700	118,94%	11.299.010
	5.000.000	102,70%		5.135.000	126,40%	6.319.971
	3.000.000	105,30%		3.159.000	110,82%	3.324.719
	3.000.000	102,90%		3.087.000	104,33%	3.129.969
	500.000	99,70%		498.493	107,54%	537.708
	1.000.000	103,87%		1.038.700	111,49%	1.114.883
	1.500.000	100,46%		1.506.900	113,95%	1.709.185
	7.950.000	101,31%		8.053.983	119,98%	9.538.238
	750.000	99,76%		748.215	99,46%	745.919
	1.000.000	99,92%		999.156	103,98%	1.039.833
	2.900.000	107,10%		3.105.780	120,59%	3.496.985
	3.000.000	105,51%		3.165.314	117,35%	3.520.424
	3.400.000	103,23%		3.509.667	115,49%	3.926.740
	2.400.000	105,04%		2.521.041	119,31%	2.863.375
	2.000.000	103,88%		2.077.500	95,31%	1.906.259
	1.000.000	102,50%		1.025.000	121,11%	1.211.066
	1.900.000	106,49%		2.023.360	133,58%	2.538.093
	2.100.000	93,81%		1.970.065	109,31%	2.295.574
	2.100.000	98,54%		2.069.327	111,21%	2.335.480
	234.783.800			235.779.191		256.970.969
	303.283.800			304.247.466		334.190.676
639.715	427.707.798			431.956.501		455.354.416

ANEXO 2 - DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (Correcções)
ANNEX 2 - PROVISION FOR CLAIMS, FROM CLAIMS FILED IN PREVIOUS FINANCIAL YEARS AND THEIR READJUSTMENTS (Corrections)

(Euro)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2011 (1)	Custos com Sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2012 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
SECTORS/GROUPS OF SECTORS	Claims provisions on 31/12/2011 (1)	Claims costs* Amounts paid in year (2)	Claims provision* on 31/12/2012 (3)	Readjustments (3)+(2)-(1)
VIDA / LIFE	15.372.203	4.024.603	12.224.395	876.795
NÃO VIDA / NON-LIFE	0	0	0	0
TOTAL / TOTAL	15.372.203	4.024.603	12.224.395	876.795

(*) Sinistros ocorridos no ano 2011 e anteriores / Claims made in 2011 and before

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
REPORT AND OPINION OF THE SUPERVISORY BOARD

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
LEGAL RATIFICATION OF ACCOUNTS

**RELATÓRIO E
PARECER DO
CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. vem apresentar o Relatório da acção por si desenvolvida no exercício de dois mil e doze e emitir Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do mesmo exercício.

O Conselho Fiscal acompanhou a situação da Companhia e, em especial as medidas tomadas pela Administração face às dificuldades decorrentes da quebra no mercado segurador, bem como as limitações de ordem financeira que continuaram a fazer sentir-se.

Apesar da situação da crise vivida, a Companhia expressa um aumento do Capital Próprio de 68,16% e uma margem de solvência elevada, que se traduz numa taxa de cobertura de 335,4%.

O Conselho Fiscal manifesta a sua congratulação pelo 25.º aniversário da Companhia celebrado no decurso de 2012.

Da Administração e dos Serviços foram sempre recebidas as informações solicitadas o que facilitou o cumprimento das obrigações deste Conselho.

O Conselho Fiscal recebeu, em tempo útil, da KPMG & Associados, SROC, S.A., a comunicação a confirmar a sua independência e a declarar não ter prestado serviços adicionais, bem como a Certificação Legal de Contas, que foi formulada sem reservas e merece a concordância do Conselho Fiscal.

O Relatório do Conselho de Administração foi objecto de análise e verificação, podendo-se concluir que o seu conteúdo traduz de forma correcta a acção desenvolvida pela Gestão e a evolução da Companhia e está em conformidade com as contas do exercício.

A proposta de aplicação de resultados que contempla um dividendo de Euro 3,00 por acção e o reforço da Reserva Livre.

No decorrer do seu trabalho, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que violasse as disposições legais ou estatutárias em vigor.

Assim sendo, tendo em consideração todas as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços da Companhia e a opinião constante da Certificação Legal de Contas, o Conselho Fiscal emite o seguinte Parecer:

1. Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2012;
2. Que seja aprovada a Proposta de Aplicação dos Resultados do exercício de 2012;
3. Que aos membros do Conselho de Administração seja conferido um louvor pelo seu desempenho e competência.

Lisboa, 14 de Março de 2013

O CONSELHO FISCAL

Manuel da Costa Braz
PRESIDENTE

Norberto da Cunha Junqueira F. Félix Pilar
VOGAL

António Francisco Espinho Romão
VOGAL

**REPORT AND OPINION
OF THE SUPERVISORY
BOARD**

The Supervisory Board of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. hereby submits its audit report on the financial year of 2012 and its opinion on the Board of Directors' Report and Financial Statements for the same year.

The Supervisory Board observed the state of the Company and, in particular, measures adopted by Administration in view of difficulties caused both by decline in the insurance market and financial restrictions that continue to have an effect.

Despite the crisis, the Company shows a 68.16% increase in equity and a high solvency margin, resulting in a coverage rate of 335.4%.

The Supervisory Board would like to congratulate the Company on its 25th anniversary, celebrated throughout 2012.

Administration and Services provided information requested at all times, which helped this Supervisory Board meet its obligations.

The Supervisory Board also duly received from KPMG & Associados, SROC, S.A., notification confirming its independence and declaring that no additional services had been provided, as well as the Legal Ratification of Accounts, which was prepared with no reservations and that merits the approval of the Supervisory Board.

The Board of Directors' Report was also examined and the Supervisory Board concluded that its content correctly reflects the work done by Management and the Company's development, and is in conformity with the accounts for the year.

The Supervisory Board also approves the proposed distribution of profits that includes a dividend of 3.00 Euros per share and a reinforcement to the Free Reserve.

In the course of its work, the Supervisory Board learnt of no situation or procedure that was not in compliance with applicable legal and statutory provisions in force.

This being the case, bearing in mind all information received from the Board of Directors and the Company's Services, and the opinion given in the Legal Ratification of Accounts, the Supervisory Board is of the following opinion:

1. That the Management Report and Financial Statements for the 2012 financial year be approved;
2. That the Proposed Distribution of Profits for the 2011 financial year be approved;
3. That the members of the Board of Directors should be congratulated for their dedication and competence.

Lisbon, 14 March 2013

THE SUPERVISORY BOARD

Manuel da Costa Braz

CHAIRMAN

Norberto da Cunha Junqueira F. Félix Pilar

MEMBER

António Francisco Espinho Romão

MEMBER

**CERTIFICAÇÃO
LEGAL
DAS CONTAS****Introdução**

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. (“Companhia”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 497.551.785 Euros e um total de capital próprio de 52.461.932 Euros, incluindo um resultado líquido de 5.157.899 Euros, as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007-R, de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010-R, de 16 de Dezembro, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

LEGAL RATIFICATION OF ACCOUNTS

Introduction

1. We have examined the financial statements of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. (the “Company”), consisting of the Balance Sheet as at 31 December 2012 (which shows a total balance of 497,551,785 euros and a total equity capital of 52,461,932 euros, including a net profit of 5,157,899 euros), and the statements showing profit and loss, total income, cash flows and changes to equity for the financial year ending on that date, and the corresponding attached documents.

Responsibilities

2. It is the Board of Directors' responsibility to prepare financial statements in accordance with accounting principles generally accepted in Portugal for the insurance sector, as laid down in Enabling Regulation n.º 4/2007, of 27 April, with subsequent amendments introduced by Enabling Regulation n.º 20/2007-R, of 31 December and by Enabling Regulation n.º 22/2010-R, of 16 December, issued by the Instituto de Seguros de Portugal, that are a true and appropriate demonstration of the Company's financial position, the result of its operations, its total income, cash flows and changes to its equity capital, as well as to adopt adequate accounting criteria and policies and maintain an appropriate internal control system.

3. Our responsibility is to express an independent, professional opinion based on our audit of these financial statements.

Scope

4. The audit was done as laid down in the Technical Standards and Practices for Revision/Auditing of the Order of Official Registered Auditors, which stipulate that the audit be planned and executed with a view to obtaining an acceptable level of certainty as to whether the financial statements contain any materially relevant distortions or not. To this end the audit included:

- examining, on a test sample basis, evidence supporting the amounts and disclosures in the financial statements and assessing estimates based on the judgement and criteria defined by the Board of Directors and used in preparing the same;
- evaluating the adequacy of the accounting policies adopted and their disclosure, bearing in mind the circumstances;
- verifying whether the going concern principle is applicable; and
- evaluating the overall adequacy of the presentation of the financial statements.

5. Our audit also verified that the financial information in the management report agrees with the financial statements.

6. We consider that the audit provides a good basis for us to express an opinion on these financial statements.

Opinion

7. In our opinion these financial statements present a true and appropriate view, in all

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador, estabelecidos na Norma n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007-R, de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010-R, de 16 de Dezembro, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de as demonstrações financeiras da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, terem sido examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que emitiu a Certificação Legal das Contas, datada de 21 de Março de 2012, sem reservas ou ênfases. A nossa nomeação como revisores ocorreu em 24 de Abril de 2012, para efectuarmos a revisão legal das contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as Demonstrações Financeiras do exercício.

Lisboa, 11 de Março de 2013

KPMG & Associados

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A. (N.º 189)
Representada por: ANA CRISTINA VALENTE DOURADO (ROC N.º 1011)

relevant material aspects, of the financial position of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., as at 31 December 2012, the result of its operations, its total income, cash flows and changes to equity capital in the year then ending, in accordance with accounting principles generally accepted in Portugal for the insurance sector, as laid down in Enabling Regulation n.º 4/2007, of 27 April, with subsequent amendments introduced by Enabling Regulation n.º 20/2007-R, of 31 December and by Enabling Regulation n.º 22/2010-R, of 16 December, issued by the Instituto de Seguros de Portugal.

Nota bene

8. Without affecting our opinion expressed in the paragraph above, we would like to draw attention to the fact that the financial statements of Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., referring to the financial year ending at 31 December 2011, were audited by a different Company of Official Registered Auditors that issued a legal ratification of accounts dated 21 March 2012, without reservations or emphasis. We were appointed as auditors on 24 April 2012 to do the legal audit of accounts for the financial year ending at 31 December 2012.

Other legal requirements

9. We are also of the opinion that the financial information in the Management Report is in agreement with the financial statements for the year.

Lisbon, 11 March 2013

KPMG & Associados

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA. (N.º 189)
Represented by: ANA CRISTINA VALENTE DOURADO (ROC N.º 1011)

Fotografia
Photography

Gustavo de Almeida Ribeiro

Tradução para língua inglesa
Translation to English

Sheilah S. Cardno

Coordenação e Produção Gráfica
Graphic Coordination and Production

Pepe, Imagem e Comunicação, Lda.

Impressão
Print

Guide, Artes Gráficas, Lda.

Julho 2013

Arrival in Portugal on 5 October 1862 of Princess Maria Pia of Savoy, Queen Consort of D. Luis I

Oil painting by João Pedroso (1825-1890)

Size 102 cm x 190 cm

Dated and signed 1863 - National Palace of Ajuda

This remarkable painting is without doubt one of the finest Portuguese naval scenes and one of the best views of the River Tagus and the city of Lisbon in the nineteenth century.

The painting shows the fleet that brought the future Queen D. Maria Pia, daughter of the King of Italy, Victor Manuel II, to Portugal, and portrays in the foreground the ship on which she sailed, the corvette “Bartolomeu Dias” flying the Royal Standard of Portugal, a sign that King D. Luis was on board.

Besides the “Bartolomeu Dias”, the Royal Navy corvettes “Estefânia” and “Sagres” are also shown, to port and starboard respectively, the ships that escorted the royal vessel from Genoa, along with the three Italian corvettes “Maria Adelaide”, “Duquesa de Génova” and “Garibaldi”, and the tender “Anthion”, all shown in the painting to port, and off the broadside of the “Bartolomeu Dias”, the Italian vessels flying the Italian flag.

The ships dropped anchor in Belém on 5 October 1862, and João Pedroso's painting illustrates this historical moment and is one of the finest representations of the festivities that preceded the royal marriage.

The outline of the Belém Tower is seen in the background, in the midst of a curtain of smoke given off by the gun salutes that marked the arrival of the King of Portugal on board the “Bartolomeu Dias”.

The King was taken to the ship on the Royal Barge followed by the splendid naval flotilla depicted to perfection in the painting, and in which practically every type of vessel found on the River Tagus can be identified: launches, skiffs, river boats, dinghies and barges, and with one three-masted frigate high-lighted. There is a detail of several cutters flying the English, American, French and Brazilian flags, evidence of the presence of foreign diplomats at the event.

The Royal Palace of Ajuda, duly decorated, rises in the background; this palace was to become the Royal Residence.

Agradecimentos

Acknowledgements

A Lusitania Vida agradece à Directora do Palácio Nacional da Ajuda, Dra. Isabel da Silveira Godinho a cedência da imagem da capa.

Lusitania Vida would like to thank the Director of the National Palace of Ajuda, Dra. Isabel da Silveira Godinho, for allowing us to use the painting shown on the cover of this report.

JOÃO PEDROSO GOMES DA SILVA (1825-1890), born in Lisbon, João Pedroso as he was known, is one of the most distinguished Portuguese maritime painters and one of the most esteemed illustrators in wood engraving of the nineteenth century, a subject he taught at the Royal Academy of Fine Arts.

A distinguished academic and teacher of generations of artists, his works were shown at the international exhibitions in Porto in 1865 and Madrid in 1871.

João Pedroso exhibited regularly from 1862 to 1884 in the halls of the Sociedade Promotora de Belas-Artes and he was an active collaborator in illustrating the regular publications of his day, in particular “Ramalhete”, “Arquivo Pitoresco”, and the Contemporary Review “Portugal-Brasil” and “Revista Occidente”.

Chegada a Portugal em 5 de Outubro de 1862 da Princesa D. Maria Pia de Saboia, Rainha consorte de D. Luís I

Quadro a óleo da autoria de João Pedroso (1825-1890)

Dim. 102 cm x 190 cms

Datado e assinado em 1863 - Palácio Nacional da Ajuda

Este notável quadro é, sem dúvida, uma das melhores pinturas de marinha portuguesa e, uma das mais expressivas representações do Rio Tejo e da cidade de Lisboa no Séc. XIX.

O quadro representa a esquadilha que conduziu a Portugal a futura Rainha D. Maria Pia, filha do Rei de Itália, Victor Manuel II e regista em primeiro plano o navio que a transportou, a corveta “Bartolomeu Dias” que ostenta o Pavilhão Real Português significando que o Rei D. Luís se encontrava a bordo.

Além da “Bartolomeu Dias”, encontram-se ainda representadas as corvetas da Armada Real “Estefânia” e “Sagres”, respectivamente, a bombordo e estibordo, navios que a escoltaram desde Génova, conjuntamente com três corvetas italianas “Maria Adelaide”, “Duquesa de Génova” e “Garibaldi” e o aviso “Anthion”, navios que na pintura se situam a bombordo e pela alheta da “Bartolomeu Dias” e que arvoram o pavilhão italiano.

Tendo os navios fundeado em Belém em 5 de Outubro de 1862, o quadro de João Pedroso ilustra o descrito momento histórico e constitui uma das mais expressivas representações das festividades que antecederam o enlace real.

Em fundo, recorta-se a Torre de Belém, envolta na cortina de fumo originada pelas salvas de canhão que assinalam a chegada do Rei de Portugal a bordo da “Bartolomeu Dias”, para onde se deslocou na Galeota Real seguida pelo luzido cortejo naval que a pintura primorosamente representa, onde é possível identificar, praticamente, todos os tipos de embarcações do Rio Tejo: lanchas, botes, varinos, catraios, canoas, faluas e com destaque para uma fragata.

Regista-se o pormenor de alguns escaleres arvorarem os pavilhões, inglês, americano, francês e brasileiro, revelando desta forma a presença no acontecimento de diplomatas estrangeiros.

O quadro é encimado pelo Palácio Real da Ajuda também engalanado e que passou a ser a Residência Real.

JOÃO PEDROSO GOMES DA SILVA (1825-1890), natural de Lisboa, João Pedroso como ficou conhecido é um dos mais ilustres pintores de marinha portugueses e um dos mais conceituados ilustradores em gravura de madeira do séc. XIX, disciplina de que foi professor na Academia Real de Belas-Artes.

Académico de mérito e professor de gerações de artistas, os seus trabalhos figuraram nas exposições internacionais do Porto em 1865 e de Madrid em 1871.

João Pedroso expôs regularmente de 1862 a 1884 nos salões da Sociedade Promotora de Belas-Artes e foi activo colaborador na ilustração das publicações periódicas do seu tempo com destaque para o “Ramalhete”, o “Arquivo Pitoresco”, a Revista Contemporânea “Portugal-Brasil” e da “Revista Occidente”.

